

Diário do Legislativo de 05/11/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 84ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 60ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Abertura da Audiência Pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2004/2007"

1.3 - Evento Realizado na 82ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da Audiência Pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2004/2007"

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/11/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questão de ordem - Correspondência: Mensagens nºs 468 a 471/2005 (encaminham o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.682 e os Projetos de Lei nºs 2.775 a 2.777/2005, respectivamente), do Governador do Estado - Propostas de Ação Legislativa nºs 441 a 654/2005, de autoria popular - Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.778 a 2.784/2005 - Requerimentos nºs 5.576 a 5.585/2005 - Requerimento da Deputada Jô Moraes - Proposição não recebida: Requerimento da Comissão de Direitos Humanos - Comunicações: Comunicações das Comissões de Turismo, de Saúde, de Meio Ambiente e de Administração Pública - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Leite, André Quintão e Weliton Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento da Deputada Jô Moraes; deferimento - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Célio Moreira - Durval Ângelo - Ermanno Batista - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jesus Lima - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Ollinto Godinho - Pinduca Ferreira - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente em exercício, Deputado Fábio Avelar, demais colegas Deputadas e Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembléia, quero externar uma preocupação, não só na condição de parlamentar estadual, mas também na qualidade de cidadão.

Estamos assistindo ao desenrolar das CPIs do Congresso Nacional e vendo um empurra-empurra com a barriga. Não está havendo uma apuração de forma objetiva, como a população gostaria de ver. Com isso, não vemos as cassações de mandatos que deveriam acontecer.

Isso muito nos preocupa. O caso do Deputado Federal José Dirceu é um dos maiores exemplos. Uma hora, um vem e pede prazo regimental; outra hora, ganha-se um prazo no Supremo Tribunal Federal. E o Congresso Nacional, Sr. Presidente, continua devendo à população brasileira uma resposta, que ainda não chegou aos ouvidos de cada cidadão brasileiro no que diz respeito à cassação dos mandatos. Isso tem que acontecer, pois, diante de tudo que já foi apurado e constatado pelas três CPIs em andamento, em especial pelas Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do "Mensalão", esperávamos que a resposta fosse um pouco mais ágil.

No caso do Deputado Federal José Dirceu, estamos vendo, passivamente, o Congresso adiar e, quem sabe, aguardar para se pronunciar no ano que vem.

Esperamos, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional, que os nossos Deputados Federais por Minas se manifestem quanto ao assunto que está em pauta e que toda a população brasileira vem cobrando, a fim de que esse processo não acabe em pizza e para que uma apuração dessa envergadura, que scandalizou todo o País, não fique em águas mornas, como vem ocorrendo com as três CPIs.

Sabemos que há valores exorbitantes transferidos pelo Sr. Marcos Valério, proprietário da empresa SMP&B e de outras empresas, como a DNA, envolvidas no chamado "valerioduto", a vários políticos. Infelizmente, não estamos vendo o Congresso atuar de forma mais firme e eficaz. Temos pessoas que tiveram contas no valor de R\$700.000,00 pagas pelo Sr. Marcos Valério. Até o presente momento, não vemos, por parte do Congresso Nacional, uma posição firme e contundente nas apurações e, certamente, no julgamento pelo Conselho de Ética.

Fazemos aqui, então, esta questão de ordem, para que a Assembléia de Minas possa se manifestar, por meio dos Deputados Estaduais, e para que possamos cobrar um pouquinho mais de agilidade. Esperamos que as CPIs e o Conselho de Ética do Congresso Nacional dêem mais celeridade a este assunto.

Aguardamos que, com a Assembléia de Minas assistindo a tudo que está acontecendo - e parte das apurações passam por este Estado -, as nobres Deputadas e os nobres Deputados cobrem de Brasília uma postura mais firme, mais aguerrida no que se refere a todo esse lamaçal. Que, então, tenhamos uma apuração mais rigorosa e mais propositiva no que diz respeito à cassação dos mandatos dos Deputados Federais e do Senador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Correspondência

- O Deputado Célio Moreira, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 468/2005*

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, a Proposição de Lei nº 16.682, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, veículos e estabelecimentos que menciona.

Ouvida, a Advocacia-Geral do Estado assim se manifestou quanto aos dispositivos a seguir vetados:

Incisos I e III do art. 1º:

"I - estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais, estádios e ginásios esportivos, academias de ginástica, hotéis, clubes, locais de trabalho e outros locais com aglomeração ou circulação média diária igual ou superior a mil e quinhentas pessoas;

III - trens, metrô, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros;"

Razões do Veto

"O art. 6º da Constituição da República arrola a saúde como um dos direitos sociais do cidadão, entendendo-se o termo "direito social" como sinônimo de norma de ordem pública, com a característica de ser imperativa e inviolável, ou seja, de observância obrigatória em um Estado

Social de Direito. Nesse contexto, o Estado Federado como um todo delega responsabilidades a cada uma de suas esferas, tendo em vista a eficácia modal e temporal no atendimento do interesse público. Esta a razão por que o legislador constituinte fez constar do inciso II do art. 23 da Carta Magna serem de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: a saúde, a assistência pública e a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Em desdobramento, o inciso XII do art. 24 determina ser de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde. A competência dos Estados, evidentemente, poderá ser suplementada pela interveniência legislativa dos Municípios, tal como dispõe o inciso II do art. 30.

Ora, considerando o requisito da eficácia modal e temporal no atendimento ao interesse público que acima referimos, fica evidenciado que a instalação de desfibrilador cardíaco em recintos em zonas urbanas (estações rodoviárias e ferroviárias, centros comerciais, ginásios esportivos, academias de ginástica, hotéis, clubes e locais com circulação média diária igual ou superior a mil e quinhentas pessoas, dentre outros) deve ser objeto de tutela do Município, e não do Estado. Daí as razões de concluirmos pela inconstitucionalidade do disposto no inciso I do art. 1º.

Com referência ao inciso III do mesmo artigo, a instalação de desfibrilador em trens, metrô, aeronaves e embarcações foge igualmente à tutela do Estado. Com efeito, o inciso I do art. 22 da Constituição Federal estabelece ser de competência privativa da União legislar sobre direito marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, dentre outros. A competência da União se ratifica, outrossim, quando consideramos que as embarcações e aeronaves cobrem freqüentemente rotas internacionais, penetrando no território de outros países, e o inciso I do art. 21 da Constituição Federal dispõe ser de competência da União a representação nacional perante Estados estrangeiros. Assim, também aí se configura, no nosso entender, a inconstitucionalidade que argüimos para o dispositivo."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente a proposição em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa.

Respeitosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 469/2005*

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A medida ora proposta se explica em razão da Lei nº 15.460, de 13 de janeiro de 2005, não conter dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O crédito suplementar no valor de R\$57.239.181,00 (cinquenta e sete milhões duzentos e trinta e nove mil cento e oitenta e um reais) destina-se a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, despesas contratuais, construção e reparos de unidades prediais em comarcas do Estado e aquisição de equipamentos e utilizará as seguintes fontes de recursos:

I - anulação de dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no valor de R\$39.559.026,00 (trinta e nove milhões quinhentos e cinquenta e nove mil e vinte e seis reais);

II - excesso de arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária previsto para o corrente exercício no valor de R\$17.680.155,00 (dezessete milhões seiscentos e oitenta mil cento e cinquenta e cinco reais).

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus nobres pares o expediente em anexo.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 2.775/2005

Autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$57.239.181,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar a dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$57.239.181,00 (cinquenta e sete milhões duzentos e trinta e nove mil cento e oitenta e um reais), para atender a despesas assim especificadas:

I - despesas com pessoal e encargos sociais no valor de R\$39.559.026,00 (trinta e nove milhões quinhentos e cinquenta e nove mil e vinte e seis reais);

II - despesas contratuais para atender a novas varas e comarcas no valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais);

III - despesas com construção e reparos de unidades prediais em comarcas do Estado no valor de R\$3.680.155,00 (três milhões seiscentos e oitenta mil cento e cinquenta e cinco reais);

IV - despesas com aquisição de material permanente no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais).

§ 1º - As despesas previstas no inciso I serão financiadas com recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$39.559.026,00 (trinta e nove milhões quinhentos e cinquenta e nove mil e vinte e seis reais).

§ 2º - As despesas previstas nos incisos II, III e IV serão financiadas com recursos provenientes de excesso de arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária previsto para o corrente exercício, no valor de R\$17.680.155,00 (dezessete milhões seiscentos e oitenta mil cento e cinquenta e cinco reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 470/2005*

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. A medida ora proposta se explica em razão da Lei nº 15.460, de 13 de janeiro de 2005, não conter dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao orçamento do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

O crédito suplementar no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) destina-se a cobrir despesas com pensões, auxílios alimentação e creche, reformas na sede do Tribunal, atualização de página na Rede Mundial de Computadores, desenvolvimento de sistema de informação processual e aquisição de equipamentos de informática, móveis e livros.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus Nobres Pares o expediente em anexo.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.776/2005

Autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$350.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar a dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para atender a despesas assim especificadas:

I – despesas com pensões no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II – despesas com auxílios alimentação e creche no valor de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

III – reforma na sede do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais no valor de R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais);

IV – atualização do sítio e desenvolvimento de sistema de informação processual no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

V – aquisições de mobiliário, de equipamentos de informática e de livros, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o Projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para Parecer, nos termos do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 471/2005*

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$17.041.807,00, ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Lei Orçamentária Anual não contém dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento do Ministério Público, medida só viável mediante proposta legislativa, o que ora se cumpre.

O crédito suplementar destina-se a cobrir despesas de pessoal e encargos sociais, pensões, manutenção e aquisição de imóvel, e utilizará as

seguintes fontes de recursos:

I - excesso de arrecadação prevista para o corrente exercício no valor de R\$16.191.807,00 (dezessete milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e sete reais);

II - contrato de repasse nº 0174.794-57/2005, firmado em 25/08/2005, entre a união, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais no valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus Nobres Pares o expediente em anexo.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.777/2005

Autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$17.041.807,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar a dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$17.041.807,00 (dezessete milhões quarenta e um mil oitocentos e sete reais), para atender a despesas assim especificadas:

I - despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais no valor de R\$12.911.807,00 (doze milhões quarenta e um mil oitocentos e sete reais);

II - despesas com pagamento de pensões no valor de R\$1.280.000,00 (um milhão duzentos e oitenta mil reais);

III - despesas com manutenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais no valor de R\$2.000.000,00;

IV - despesas com aquisição de imóvel para instalação da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Histórico e Turístico do Estado de Minas Gerais no valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - As despesas previstas nos incisos I, II e III serão financiadas com recursos provenientes de excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, no valor de R\$16.191.807,00 (dezesseis milhões cento e noventa e um mil oitocentos e sete reais).

§ 2º - As despesas previstas no inciso IV serão financiadas com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 0174.794-57/2005, firmado em 25/8/2005, entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 441/2005

Do CMAS-BH e da REVTS - Rede Evangélica 3º Setor, propondo a criação prioritária de Centros Vocacionais Tecnológicos em áreas de risco social localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, voltados especialmente para grupos sociais e étnicos minoritários. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 442/2005

Da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, propondo a disponibilização, nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), de recursos específicos para a inclusão digital de pessoas com deficiência visual. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 443/2005

Da Câmara Municipal de Santa Luzia, propondo o recrutamento de profissionais capacitados para orientação aos usuários dos CVTs, evitando-se a ingerência político-partidária na seleção. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 444/2005

Do Sind-UTE, propondo a capacitação complementar para os profissionais da educação no Programa de Inclusão Digital. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 445/2005

Do Sind-UTE, propondo a implementação de rede de computadores nas escolas estaduais, com cobertura plena até 2007. (- À Comissão de

Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 446/2005

Do Fórum Mineiro de Educação Infantil, Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento de Luta Pró-Creche, propondo investimento na capacitação de professores, aquisição de material pedagógico, adaptação de prédios e mobiliário para a inclusão, com qualidade, das crianças de seis anos no ensino fundamental. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 447/2005

Da Fetaemg, propondo a continuidade de estudos para os egressos dos programas de alfabetização na área rural. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 448/2005

Do Sind-UTE, propondo a ampliação dos recursos técnicos e humanos do Conselho do Fundef. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 449/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a ampliação da dotação orçamentária do Programa 2.915 - Alimentação Escolar para o Ensino Médio em R\$5.000.000,00. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA nº 450/2005

Do Fórum Mineiro de Educação Infantil, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento de Luta Pró-Creche, propondo a ampliação da dotação orçamentária do Programa 4.913 - Capacitação de Profissionais da Educação Infantil - em R\$500.000,00. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 451/2005

Da Câmara Municipal de Santa Luzia, propondo a introdução da merenda escolar nas escolas de ensino médio dos Municípios menos desenvolvidos. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 452/2005

Da Câmara de Vereadores de Santa Luzia, propondo a extensão do atendimento dos Centros Estaduais de Educação Continuada, em especial do centro situado no Município de Santa Luzia, ao ensino médio. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 453/2005

Da Câmara de Vereadores de Santa Luzia, propondo a manutenção permanente de cursos de atualização em informática para atender aos servidores das escolas e ex-alunos, bem como de cursos direcionados aos alunos com necessidades educacionais especiais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 454/2005

Da Câmara de Vereadores de Santa Luzia, propondo a diminuição do número de alunos nas salas de aula. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 455/2005

Da Atrevo - Associação dos Amigos do Trevo, propondo a capacitação para o trabalho e criação de cursos técnicos no ensino médio. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 456/2005

Da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de MG, propondo a inclusão da merenda escolar obrigatória no ensino médio, com prioridade para alunos do período noturno. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 457/2005

Da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, propondo a ampliação da oferta do ensino médio diurno, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 458/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo o fornecimento de merenda escolar para alunos e professores do ensino médio. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 459/2005

Da Atrevo - Associação dos Amigos do Trevo, propondo a implantação gradual do ensino em horário integral, oferecendo aos alunos, além das disciplinas curriculares básicas, educação musical, educação ambiental, ética e filosofia, esportes e informática, entre outras. (- À Comissão de

Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 460/2005

Da Atrevo - Associação dos Amigos do Trevo, propondo a ampliação da rede física escolar, em especial na pré-escola e no ensino fundamental, por meio de pequenas escolas situadas nos bairros. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 461/2005

Da Atrevo - Associação dos Amigos do Trevo, propondo a capacitação de professores e ampliação do quadro funcional, conforme demandar a implantação do novo Currículo Básico Comum. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 462/2005

Da Fetaemg, propondo a revisão dos processos de nucleação, de modo que esta, se necessária, ocorra no próprio meio rural, como meio de reduzir a demanda de transporte escolar. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 463/2005

Da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de MG, propondo o transporte escolar obrigatório nas comunidades rurais para os alunos do ensino fundamental e do ensino médio. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 464/2005

Do Sind-UTE, propondo a capacitação de todas as categorias profissionais da educação, englobando os servidores efetivos e os designados, até 2007. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 465/2005

Do Sind-UTE, propondo a ampliação do Programa Escola Viva, Comunidade Ativa para todas as áreas de risco social até 2007. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 466/2005

Do Sind-UTE, propondo o estabelecimento de critérios de equidade definidos pelo IDH (Fundação João Pinheiro) nas contratações de obras e aquisição de materiais e equipamentos. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 467/2005

Do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra - Movimento Afro-Esmeraldense, propondo a capacitação de docentes e a elaboração de material didático para o ensino da história e da cultura afro-brasileira, em cumprimento da Lei Federal nº 10.639, de 2003. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 468/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo a contratação de empresas especializadas em limpeza e conservação de caixas d'água nas escolas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 469/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo o retorno das cadernetas escolares. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 470/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo a inclusão de conteúdos de educação ambiental nos currículos das escolas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 471/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo a contratação de disciplinários para as escolas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 472/2005

Da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, propondo a contratação de vigilância armada nas escolas no período das 17 às 7 horas, com vistas a evitar furtos e atos de vandalismo. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 473/2005

Da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola, propondo a extensão às Escolas Família Agrícola dos programas de inclusão digital, de capacitação de educadores, de acesso ao livro didático para os alunos do ensino médio, bem como o repasse às referidas instituições do valor integral da bolsa de estudo, instituída pelo Decreto nº 43.978, de 2005. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 474/2005

Da Universidade Vale do Rio Verde, de Três Corações, propondo o levantamento das necessidades municipais na área educacional, visando a ações futuras de fixação do homem no campo. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 475/2005

Da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de MG, propondo a efetivação de auxiliares de serviços de educação básica e professores que trabalham há mais de 10 anos nas escolas e posterior capacitação profissional desses servidores. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 476/2005

Da Fundação Israel Pinheiro - Circuito Turístico Caminhos dos Rios da Serra do Espinhaço, propondo a inclusão, na área de qualificação de mão-de-obra, de ação específica para a correta exploração turística de terras indígenas em todo o âmbito da Estrada Real, em especial na aldeia pataxó de Carmésia, um dos Municípios do recém-criado Circuito Turístico Caminhos dos Rios da Serra do Espinhaço. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 477/2005

Da Tropa Serrana, propondo a reativação do Conselho Consultivo do programa Estrada Real, previsto na Lei nº 13.173, de 1999, e no seu decreto regulamentador, ambos ainda em vigor, tendo em vista que esta mesma proposta foi aprovada na última revisão do PPAG, mas não teve efeitos práticos. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 478/2005

Do Departamento de Turismo da Prefeitura de Nova Lima, propondo o desenvolvimento de um plano de revitalização, preservação e manutenção do Rio das Velhas e seus afluentes, incluindo programa de educação e conscientização ambiental, de maneira a oferecer à população regional e aos turistas melhor infra-estrutura turística ambiental, em consonância com os objetivos do programa Estrada Real. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 479/2005

Da Raça Direitos Humanos e Ambientais, propondo a divulgação, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, do que é realmente a Estrada Real; estabelecimento de parceria com as escolas públicas, em nível estadual, para a confecção de cartilhas e realização de concursos entre os alunos, visando despertar neles a vocação turística. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 480/2005

De Domingues Eventos M.E, Mandel Malaguti Promoção Cultural, propondo a disponibilização, em cada cidade beneficiada pela Estrada Real, de mapa com detalhamento sobre capacidade de hospedagem, número de restaurantes, de salas de espetáculos, etc. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 481/2005

Da Tropa Serrana, propondo a adoção, pela Setur-MG, do projeto Trilhas Parques, para sinalização de percursos de caminhantes, ciclistas e cavaleiros, inclusive em vias secundárias, também previstos em lei. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 482/2005

Do CMAS - BH, propondo a preparação de afrodescendentes quilombolas - rurais e urbanos - e indígenas para atuação como agentes culturais, sociais e ambientais, incluindo-os assim no mercado de trabalho, como forma de geração de emprego. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 483/2005

Da Tropa Serrana, propondo a adoção, pelo poder público, de símbolo oficial da Estrada Real, de preferência o criado pela artista plástica Yara Tupinambá quando funcionária da Turminas, em lugar do símbolo hoje utilizado, de propriedade da Fiemg, que, muitas vezes, cobra "royalties" por seu uso. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 484/2005

Da Tropa Serrana, propondo a destinação de verba para implantação de sinalização no programa Trilhas Parques, tendo em vista que em 2003 foi destinado recurso de R\$342.000,00 para esse fim, mas o valor foi desviado para outras aplicações. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 485/2005

Da Tropa Serrana, propondo a comunicação ao proponente, por via postal, do acatamento de sua emenda, de forma a evitar o ocorrido no ano de 2004, quando o recurso aprovado para sinalização do projeto Trilhas Parques ficou retido no Orçamento por falta de informação. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 486/2005

Da Tropa Serrana, propondo a inclusão, no projeto Estrada Real, das variantes BH/Macacos/Honório Bicalho/Raposos/Sabará, como acesso alternativo para ecoturistas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 487/2005

Da Tropa Serrana, propondo a inclusão, no projeto Estrada Real, da variante que liga a região oeste da Serra do Cipó, através de Caeté/Santa Luzia/Jaboticatubas/Santana do Riacho, para finalmente voltar ao curso principal em Conceição do Mato Dentro. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 488/2005

De Maura Assunção Viegas, propondo a transferência de parte do recurso de propaganda e divulgação da Estrada Real para recuperação e manutenção das vias de acesso. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 489/2005

Do Departamento de Turismo da Prefeitura de Nova Lima, propondo a criação de selo de qualidade da Estrada Real para produtores rurais instalados nas margens e no entorno desse circuito, interessados em comercializar seus produtos (queijos, doces, hortifrutigranjeiros, artesanato, etc.), com suporte, chancelas e outorgas concedidas pelo poder público, além de garantia de qualificação profissional e sanitária aos produtores interessados. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 490/2005

Do Instituto Estrada Real, propondo a integração dos projetos estruturadores para desenvolvimento de ações conjuntas por parte das Secretarias de Estado de Turismo, Educação, Ciência e Tecnologia, etc. Ex.: implantação de CVT na Estrada Real; Educação (patrimônio histórico, meio ambiente, história). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 491/2005

Do Instituto HÓU – para a Cidadania, propondo a priorização do geoprocessamento da Estrada Real nos municípios mineiros, na faixa marginal de até 100km, a fim de abranger localidades com diferentes características e vocações. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 492/2005

Do Instituto HÓU – para a Cidadania, propondo a elaboração de programas para atender grupos de turistas estrangeiros no percurso da Estrada Real até Parati, RJ, com atividades que incluam treinamento em escolas de futebol. (- À Comissão de Participação Popular.)

Proposta de Ação Legislativa nº 493/2005

Do FOCAS - Fórum das ONGs do Circuito das Águas, propondo a revitalização de estâncias hidrominerais, qual seja: implantação de hotel-escola em Cambuquira; criação da APA - Circuito das Águas; elaboração de Plano Diretor de Turismo (local e regional); ações de infraestrutura; criação de Agência de Desenvolvimento Sustentável do Circuito das Águas; ações de divulgação. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 494/2005

Da Associação dos Servidores da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte - Asselurb, propondo a implantação de um CVT ou, pelo menos, de telecentro no Centro de Referência do Professor. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 495/2005

Da Tropa Serrana, propondo a disponibilização de espaço (teatro de arena) no prédio "Rainha da Sucata" para sediar o Museu Clube da Esquina, responsável pela divulgação do importante movimento cultural-musical de Belo Horizonte e entorno. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 496/2005

Da Raça Direitos Humanos e Ambientais, propondo a capacitação e organização de ambulantes, flanelinhas, taxistas e outros prestadores de serviços, com oferecimento de cursos de espanhol e inglês, para atendimento a freqüentadores do circuito cultural da Praça da Liberdade. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 497/2005

Da Raça Direitos Humanos e Ambientais, propondo a instalação, na Praça da Liberdade, de circuito 24 horas, a exemplo do existente na cidade de Curitiba. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 498/2005

Da Atrevo - Associação dos Amigos do Trevo, propondo a criação de um museu interativo de ciências e tecnologia a ser instalado no prédio da Uemg, com a denominação de Museu de Ciências Beatriz Alvarenga, como homenagem à grande professora mineira. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 499/2005

Do Atrevo – Associação dos Amigos do Trevo, propondo a criação do Museu das Águas e Meio Ambiente na Área de Diretrizes Especiais do Trevo, na região da Pampulha em Belo Horizonte. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 500/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a constituição democrática de Conselho Estadual das Cidades, com caráter deliberativo, para superar a fragmentação das políticas públicas urbanas e garantir a integração das áreas temáticas e setoriais (desenvolvimento urbano, habitação, saneamento ambiental, transporte, saúde, trânsito e mobilidade urbana). (- À Comissão de Participação Popular.)

Proposta de Ação Legislativa nº 501/2005

Do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, propondo a implementação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e na Resolução nº 25, de 2005, do Conselho das Cidades, tais como: debates, audiências públicas, plebiscitos e referendos. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 502/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a implementação de uma política de desenvolvimento urbano que ofereça um Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano, estruturado nas várias esferas do Estado, com instâncias de representação do poder público e da sociedade civil, que atue de forma descentralizada, permanente, consultiva, deliberativa e fiscalizadora, conforme suas atribuições, visando articular as políticas e ações das áreas setoriais do desenvolvimento urbano expressas por:

- 1 - Conferências Municipais das Cidades;
- 2 - Conselho Estadual das Cidades. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 503/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a parceria da Cohab com entidades populares do tipo cooperativas e associações, visando à obtenção de moradia popular com qualidade e de baixo custo. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 504/2005

De Membro da Comissão de Melhorias da Cohab, propondo o cumprimento da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, para fazer justiça aos mutuários da Cohab, deixando de cobrar-lhes indevidamente parcelas já quitadas de financiamento habitacional. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 505/2005

Da Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais - Famemg -, propondo a exclusão, no Programa 213 – Lares Geraes, da Ação 1.105 – Locação Lares Geraes Segurança, que prevê a construção de conjuntos habitacionais destinados exclusivamente a agentes de segurança pública, o que vai contra o princípio da inclusão social e contribui para aprofundar a ausência do Estado em determinadas comunidades. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 506/2005

Da Famemg, propondo a alteração da meta física da Ação 1.078 – Plano Mineiro de Habitação Popular –, passando de 10.363 para 20.726, e da meta financeira, passando de R\$ 87.500.000,00 para R\$175.000.000,00 alteração também da finalidade da ação para: "financiar a produção e a reforma de moradias na zona urbana, prioritariamente para famílias com renda até três salários mínimos". (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 507/2005

Da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos do Conjunto Taquaril, propondo a construção de habitação de qualidade, com equipamentos de lazer, escolas, creches, hospitais regionais, aproveitando-se mão-de-obra local. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 508/2005

Da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos do Conjunto Taquaril, propondo a alteração da denominação dos atuais Centros de Saúde para Centros de Tratamento de Doenças, considerando-se que a saúde envolve alimentação, saneamento básico e meio ambiente saudável. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 509/2005

Da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos do Conjunto Taquaril, propondo a priorização de investimentos em ações de prevenção, e não na construção de hospitais. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 510/2005

Dos Conselhos Odete, Baleia, MOB, propondo a informação aos Conselhos Municipais e Estaduais do valor disponível para cobertura de despesas com aquisição de órteses e próteses, bem como para atendimento de outras necessidades dos deficientes. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 511/2005

Dos Conselhos Odete, Baleia, MOB, propondo a adaptação de ruas, de calçadas e de ônibus, para dar condições de acessibilidade ao cadeirante. (- À Comissão de Participação Popular.)

Proposta de ação legislativa nº 512/2005

Dos Conselhos Odete, Baleia, MOB, propondo a realização de seminário para discutir as questões de acessibilidade com os deficientes. (- À

Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 513/2005

Do Delegado do Conselho Municipal Saúde-BH, propondo a aplicação efetiva dos recursos oriundos do FGTS, do FAT, do FAZ e do FDS em saneamento e no Plano Especial de Habitação Popular, com atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 514/2005

Da Associação Cultural e Esportiva dos Moradores do Bairro Campo Alegre, propondo a visita técnica da Copasa ao conjunto habitacional Campo Alegre, situado na nascente do brejo Bacuraus, em razão do lançamento de dejetos da Granja Verde - conjunto habitacional situado nas barrancas do referido curso d'água. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 515/2005

Da Organização da Sociedade Civil Verde Água, propondo a criação, no Programa 80, da seguinte ação orçamentária na unidade Sedru: despoluição dos esgotos sanitários nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Meta para 2006: 25 cidades; valor R\$25.000.000,00;

Meta para 2007: 25 cidades; valor R\$25.000.000,00. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 516/2005

Do Sind-Saúde/MG, propondo a prestação de contas dos recursos da Copasa-MG aos Conselhos de Saúde, para apreciação e deliberação das propostas, conforme previsto na Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 517/2005

Do Sr. Nicodemus de Arimathea e Silva Júnior, propondo o envio mensal, aos Conselhos Municipais de Saúde, de lista dos profissionais das equipes de PSF, com a respectiva lotação e a jornada de trabalho discriminada por atividade. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 518/2005

Do Conselho Estadual de Saúde, propondo a escolha das unidades hospitalares a receberem recursos do Pro-Hosp mediante discussão e aprovação nos conselhos de saúde dos municípios da microrregional, e não da macrorregional envolvida. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 519/2005

Do Conselho Estadual de Saúde, propondo o estímulo à implantação de Comissão Intergestores Bipartite - CIBs - microrregionais, acompanhado do compromisso com a implantação de colegiados microrregionais e macrorregionais de conselhos de saúde que promovam a discussão acerca das políticas regionalizadas de saúde. Para tanto, as Diretorias de Ação Descentralizadas de Saúde - Dads - deverão disponibilizar condições de infra-estrutura para as atividades dos referidos colegiados de conselhos, tendo em vista que os colegiados de conselhos (microrregionais e macrorregionais) têm caráter consultivo e correspondem a uma ação regionalizada do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais que vem implantando a idéia. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 520/2005

Do Conselho Estadual de Saúde, propondo a auditoria dos recursos da câmara de compensação que custeiam ações extra-tetos da Programação Pactuada e Integrada - PPI - conforme os padrões e as normas do Sistema Nacional de Auditoria, para maior eficiência e eficácia em sua utilização; preenchimento do cargo de Auditor por profissional médico (conforme legislação específica). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 521/2005

Da Famemg, propondo a construção, a aquisição de equipamentos e a contratação de recursos humanos para um hospital de alta ou média complexidade no Vale do Jequitinhonha. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 522/2005

Do Sind-Saúde, propondo a regulamentação, por lei, do Conselho Estadual de Saúde. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 523/2005

Do Sind-Saúde, propondo o controle, pelo Conselho Estadual de Saúde, de todos os recursos orçados no setor saúde. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 524/2005

Do Sind-Saúde, propondo a elaboração do orçamento para a saúde obedecendo-se à Resolução nº 322, de 2003, do Conselho Nacional de Saúde. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 525/2005

Do Sind-Saúde, propondo a fiscalização, pelos conselhos de saúde, de todas as entidades prestadoras de serviços de saúde, quando financiadas por recursos previstos na EC-29. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 526/2005

Do Sind-Saúde, propondo a execução da gestão dos serviços de saúde em órgãos públicos pelo poder público. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 527/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a implantação de unidades para atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, nos Municípios onde forem construídos os Centros Regionais de Internação de Adolescentes (meta física: 10 Municípios). (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 528/2005

Da Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras do Brasil, propondo o desenvolvimento de trabalho, pela Secretaria de Defesa Social, juntamente com a Secretaria de Educação, voltado para a comunidade jovem branca e negra de vilas, favelas e periferia, com vistas a criar uma lacuna entre o piso da faixa etária prisional atual e os jovens que ainda virão a completar a maioridade. Esse trabalho deve ser feito em horário integral, de tal modo que o jovem permaneça na unidade escolar das 7 horas às 18 horas, ou até o horário em que os responsáveis estejam disponíveis para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Estado. Pode ser realizado em parceria com clubes desportivos, que disponibilizarão os Centros de Treinamento e farão o acompanhamento do jovem no horário extraclasse. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 529/2005

Da Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras do Brasil, propondo a criação do sistema de liberdade vigiada pelo processo de agente condicional comunitário: cada interno retorna a seu domicílio anterior, onde os moradores conhecem suas raízes, tendo uma nova oportunidade de reintegração social, observado o dispositivo de lei que reza sobre a liberdade condicional. Esse processo se desenvolverá por meio de parceria com cooperativas de agente condicional (Força - Tarefa de Agente Condicional de Comunidade - Fortac), sendo os cooperativados e agentes comunitários capacitados pela Sedese, pela Fundação João Pinheiro e por outras entidades que o governo considerar competentes para tal fim. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 530/2005

Da Câmara Municipal de Itaobim, propondo a adoção de providências, pela Secretaria de Defesa Social, para combater a violência e reduzir a criminalidade no Município de Itaobim. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 531/2005

Do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim, propondo a implantação de mais três unidades do Programa Fica Vivo, em Betim, e sua ampliação nas cidades mais violentas. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 532/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a ampliação da faixa etária determinada na Ação 4.958 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio -, alterando-a de "18 a 21 anos" para "8 a 21 anos". (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 533/2005

Do Sindecon-MG, propondo a implantação de bibliotecas e salas de aula nos presídios do Estado, por meio das Secretarias de Educação e de Defesa Social, com o objetivo de facilitar a reinserção social do detento após o cumprimento da pena. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 534/2005

Da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - Prefeitura de Santa Luzia, propondo a inclusão do Centro Público de Promoção do Trabalho em todos os Municípios, por meio de lei, e não por negociação com o poder municipal, para que todos os Municípios tenham o Programa Primeiro Emprego, com contrapartida do governo do Estado e do Município. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 535/2005

Do Movimento Popular da Mulher, propondo a implantação de projeto cultural e socioeconômico para apoiar os Municípios e organizações não-governamentais no atendimento às mulheres vítimas de violência, com adoção de políticas de proteção e amparo a essas mulheres, visando à sua recuperação e integração ao meio social por meio de atividades culturais, educacionais e profissionalizantes. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 536/2005

Da Asmare, propondo a inclusão, no planejamento para 2006, de assistência a famílias que vivem em lixões e a associações e cooperativas de catadores de papel do Estado. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 537/2005

Das seguintes entidades: Credeq – Centro de Tratamento de Alcoolismo e Drogas -, Comunidade Terapêutica de Tratamento de Dependência Química, Adequad, Núcleo de Valorização à Vida - Nova Lima -, Delegacia Regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas e Associação Família de Caná, propondo a inclusão no PPAG, como ação do Projeto Estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, do Programa Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, criado pelo Decreto nº 44.107, 14/9/2005. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 538/2005

Das seguintes entidades: Cogemas, Conselho Estadual da Assistência Social, Fórum Mineiro de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social e Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a manutenção dos recursos próprios de co-financiamento, no valor de R\$3.000.000,00, previstos para o Centro de Referência da Assistência Social, para o ano de 2006 (Ação 4.359). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 539/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a ampliação da meta da Ação 1.576 – Implantação do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - Sopia - nos Conselhos Tutelares dos Municípios, tendo em vista o número de Conselhos Tutelares já implantados no Estado, o que requer um aumento da meta financeira correspondente ao aumento do número de Conselhos Tutelares implantados. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 540/2005

Do Fórum Mineiro de Assistência Social, do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Regional de Serviço Social e do Cogemas, propondo a manutenção, como meta financeira da Ação 1.990 – Implantação do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação das Políticas de Assistência Social, do valor correspondente ao crédito autorizado dos recursos próprios do Estado no Orçamento de 2005 para essa mesma ação, por ser um dos eixos prioritários para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 541/2005

Do Fórum Mineiro de Assistência Social, do Conselho Estadual de Assistência, do Conselho Regional de Serviço Social e do Cogemas, propondo a manutenção, como meta financeira da Ação 4.775 - Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle da Política de Assistência Social, do valor correspondente ao crédito autorizado dos recursos próprios do Estado no Orçamento de 2005 para essa mesma ação, por ser um dos eixos prioritários para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 542/2005

Do Fórum Mineiro de Assistência Social, do Conselho Estadual de Assistência, do Conselho Regional de Serviço Social e do Cogemas, propondo a manutenção, como meta financeira da Ação 4.633 - Descentralização das Políticas de Assistência Social, do valor correspondente ao crédito autorizado dos recursos próprios do Estado no Orçamento de 2005 para essa mesma ação, por ser um dos eixos prioritários para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 543/2005

Dos Conselheiros Estaduais de Assistência Social, propondo alterações da Ação 4.728 - Apoio aos Municípios na Política de Assistência Social: mudança do nome para "Apoio às 17 Diretorias Regionais da Sedese para Assessoramento dos Municípios na Implantação da Política de Assistência Social, na Perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - Suas -"; mudança da redação de sua finalidade para "Recompor, requalificar e apoiar tecnicamente as 17 Diretorias Regionais da Sedese para assessoramento aos Municípios, adequando-as às novas atribuições demandadas para o Estado para implantação da Política de Assistência Social, na perspectiva do Suas"; mudança da meta financeira, visando à manutenção do crédito autorizado dos recursos próprios do Estado previsto no Orçamento de 2005. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 544/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a manutenção da meta financeira da Ação 4.951 - Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, prevista para 2005, uma vez que para 2006 houve uma redução de 50%. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 545/2005

Do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim, propondo o aumento de recursos para programas de geração de renda. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 546/2005

Do Grupos de Fé e Política da Assessoria Parlamentar da Vereadora Suzane de Santa Luzia, propondo a manutenção da Ação 4.487 - Curumim - no Município de Santa Luzia. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 547/2005

Do Cogemas, propondo a reordenação do Orçamento e do PPAG, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social - Norma Operacional Básica - Sistema Único de Assistência Social (proteção social básica e proteção social especial). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 548/2005

Do Fórum Mineiro de Assistência Social, do Conselho Estadual de Assistência Social e do Conselho Regional de Serviço Social, propondo a

incorporação, no PPAG e no Orçamento para 2006, de ação destinada à inclusão produtiva, com vistas à implantação de serviços socioassistenciais que promovam a autonomia e a geração de renda de famílias vulnerabilizadas, cumprindo as novas atribuições da Pnas/Nob/Suas, com meta financeira no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 549/2005

Do Fórum Mineiro de Assistência Social, do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Regional de Serviço Social - 6ª Região, do Colegiado de Gestores Municipais - Cogemas - e da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a inclusão, no PPAG e no orçamento de 2006, de ação direcionada à implantação dos Centros Regionais Especializados de Assistência Social, cumprindo as novas atribuições do Estado previstas pela Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica do Suas, respeitando o pacto federativo, com meta financeira de R\$800.000,00. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 550/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a ampliação da meta física da Ação 4.942 - Família Acolhedora, elevando o número de Municípios (um para cada macrorregião do Estado) e o aumento proporcional da meta financeira. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 551/2005

Da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a alteração do nome da Ação 4.955, excluindo a expressão "em risco de", ficando com a seguinte redação "Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte". (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 552/2005

Da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a destinação de recursos do Tesouro do Estado no valor mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano, para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 553/2005

Da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a construção do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente a ser implementado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 554/2005

Da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a realização de seminário e capacitação de Conselheiros Municipais pelo Cedca-MG - R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); elaboração de material gráfico (fôlderes, cartazes, cartilhas) - R\$300.000,00 (trezentos mil reais); divulgação da campanha através da mídia - R\$300.000,00 (trezentos mil reais). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 555/2005

Da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo ações do Cedca-MG: plano de comunicação do Cedca-MG, confecção e manutenção do "site" do Cedca-MG e outras ações - R\$200.000,00 (duzentos mil reais) e a descentralização das ações do Cedca-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 556/2005

Da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, propondo a realização de plenárias microrregionais, de reuniões itinerantes das comissões temáticas e captação dos Conselheiros Estaduais, R\$300.000,00 (trezentos mil reais). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 557/2005

Do Grupo de Fé e Política da Assessoria Parlamentar da Vereadora Suzane, de Santa Luzia, propondo a qualificação dos profissionais que atuam na Casa Lar de Santa Luzia; a implantação de serviço de acompanhamento psicológico para as crianças abrigadas; a melhoria da qualidade nutricional da alimentação a elas oferecida. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 558/2005

Da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, propondo a revisão e a ampliação, com outros indicadores - como capacidade de gestão -, dos critérios de seleção de Municípios (pelo IDH) para implantação do Cras, Sipiá, Minas Sem Fome, etc., a fim de favorecer cidades em crescimento, próximas da Capital, e em processo de empobrecimento, devido à grande migração de pessoas e ao desemprego, entre outros fatores. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 559/2005

Do Movimento Nacional de Luta pelo Direito ao Transporte Público, propondo a inclusão, no Projeto Estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, da seguinte ação: financiamento de transporte público para adolescentes e pessoas de famílias vulnerabilizadas, usuários das ações 4628 (Segundo Tempo), 4516 (Ciame), 4487 (Curumim), 4359 (Cras) e 4365 (Proteção Social Básica ao Adolescente). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 560/2005

Do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh -, propondo a incorporação, no Projeto Estruturador "Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas", da Ação Escritório de Direitos Humanos, com meta física por Município e meta financeira de R\$250.000,00 para 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 561/2005

Do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, propondo a inclusão, no Projeto Estruturador "Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas", da Ação "Disque Direitos Humanos", com meta financeira de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 562/2005

Do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, propondo a inclusão, no Projeto Estruturador "Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas", da Ação "Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos", sua manutenção em Belo Horizonte e implantação nos Municípios de Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares e Montes Claros, com meta física para cinco Municípios e meta financeira de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 563/2005

Do Grupo III, propondo a ampliação, na Ação 4.200 - Combate à Violação dos Direitos Humanos, da meta física para 60 mil atendimentos e da meta financeira para R\$770.000,00. (- À Comissão de Participação Popular.)

Proposta de Ação Legislativa nº 564/2005

Do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh -, propondo a incorporação, no Projeto Estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, da Ação Memorial de Direitos Humanos, com meta financeira de R\$100.000,00 para 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 565/2005

Do Grupo III, propondo a incorporação, no Projeto Estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, do Programa Unidade de Atendimento Especializado, com meta financeira de R\$1.500.000,00 para 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 566/2005

Do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea -, propondo a destinação de, no mínimo, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a Ação 1.310 - Mutirão pela Segurança Alimentar Nutricional em Minas Gerais - Prosan -, com gestão e execução de entidades da sociedade civil e associações comunitárias, nos moldes de 2004 e 2005, sob coordenação do Consea-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 567/2005

Do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Regional de Nutricionistas, propondo a manutenção da Ação 1.040 - ProPomar, com gestão conveniada com a sociedade civil organizada e sob coordenação do Consea-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 568/2005

Do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Regional de Nutricionistas, propondo a manutenção da Ação 1.117 - Criação de pequenos animais, com gestão conveniada com a sociedade civil organizada da agricultura familiar e sob coordenação do Consea-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 569/2005

Do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Regional de Nutricionistas, propondo a manutenção da Ação 1.974 - Incentivo à produção de peixes em tanques-redes, com gestão conveniada com a sociedade civil organizada da agricultura familiar e sob coordenação do Consea-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 570/2005

Da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana e da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, propondo a criação de ação específica para estimular e manter iniciativas de fomento e capacitação em agricultura urbana, com recursos da ordem de R\$500.000,00, em parceria com entidades da sociedade civil atuantes na área, sob coordenação do Consea-MG. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 571/2005

Da Câmara Municipal de Águas Formosas, propondo a supervisão e fiscalização da atuação de técnicos de Prefeituras colocados à disposição do IEF, bem como nivelamento técnico desses profissionais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 572/2005

Da Associação dos Moradores do Bairro Campo Alegre, propondo o desenvolvimento de projetos de aproveitamento de gás gerado pelo lixo urbano. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 573/2005

Do Movimento Pró-Rio Todos os Santos e do Codema de Teófilo Otôni, propondo o aumento da dotação orçamentária do Igam, dando-lhe condições de atuar de maneira mais efetiva na implantação de comitês de bacias hidrográficas e nas diversas funções que lhe são inerentes. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 574/2005

Da ONG Verde Água, propondo a reeducação e reciclagem dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 575/2005

Da Amefa, propondo a ampliação e institucionalização do apoio financeiro para formação de jovens no meio rural como técnicos multidisciplinares que possam trabalhar em todo o Estado, fortalecendo as Escolas Família Agrícola e outros centros de formação de jovens que trabalham com a agricultura familiar, seja nos sindicatos e associações, seja em novas EFAs. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 576/2005

Da Amefa, propondo a implementação de política que resulte no envolvimento de funcionários de bancos, com vistas a oferecer orientações adequadas às famílias beneficiadas com recursos do governo. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 577/2005

Da Amefa, propondo apoio às ONGs e EFAs na produção de mudas de frutas e árvores nativas. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 578/2005

Da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, propondo a realização de investimentos financeiros no Cetec, para atualização e modernização dos laboratórios (equipamentos e infra-estrutura) e veículos para serviços de campo (mostragem das bacias hidrográficas). (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 579/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a revisão do processo de integração das políticas públicas no Estado, com vistas à transversalidade da área ambiental nas ações de todos os órgãos públicos. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 580/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo o fortalecimento da política ambiental com autonomia e infra-estrutura. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 581/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo dotação orçamentária para criação e implantação de unidades de conservação, proteção e integração. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 582/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a criação de agência de meio ambiente unificando os órgãos e as ações do sistema unificado. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 583/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a criação de agências de desenvolvimento sustentável para gerir, implantar e estimular ações, políticas e projetos ambientalmente sustentáveis. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 584/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - propondo a revisão do licenciamento ambiental no Estado. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 585/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a inclusão, nos programas para a cafeicultura apresentados pela Seapa de programas ambientais de recuperação de nascentes, APPS, reserva legal e proteção do solo. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 586/2005

Da Faemg, propondo a promoção mais efetiva de treinamentos para capacitar técnicos dos núcleos e escritórios regionais do IEF, com relação aos procedimentos para o licenciamento ambiental definidos na DN 74/2004, evitando que se tome como base a DN 1/90. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 587/2005

Do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e do Crea, propondo o estabelecimento de verba específica para assistência técnica na elaboração, administração e monitoramento de programa de gestão integrada de resíduos sólidos, mediante convênios com Municípios. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 588/2005

Da Associação dos Amigos do Trevo - BH -, propondo a destinação de verba de 1% das receitas correntes à Fapemig, conforme disposto na Constituição mineira, para financiar pesquisa básica, em convênio com o Cetec, a Uerng, a Epamig, o Cefet e a UFMG, repassando-se os conhecimentos aos Municípios e empreendedores. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 589/2005

Da Associação dos Amigos do Trevo - BH -, propondo a adoção de procedimentos corretivos, como tratamento de esgotos domésticos, industriais e tratamento de resíduos; pesquisa e desenvolvimento dos "procedimentos limpos" para gerar menos resíduo industrial. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 590/2005

Do Fórum Mineiro Lixo e Cidadania, propondo a ampliação dos recursos de ação Lixo e Cidadania ("Minas sem Lixões"), destinando-se R\$250.000,00 para apoio aos Fóruns Mineiro e Regionais Lixo e Cidadania ("Minas sem Lixões"). (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 591/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a revisão dos convênios do IEF com Prefeituras, os quais permitem a contratação de técnicos para, em nome do órgão, autorizarem supressão de vegetação nativa. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 592/2005

Da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - Unincor -, propondo o fornecimento de mourões, arame e materiais necessários para a proteção de nascentes e áreas de preservação permanente. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 593/2005

Do Mandato Coletivo Pró-Cidadania Deputado Laudelino Augusto, propondo a garantia de recursos no PPAG para a realização de estudos técnicos ambientais necessários para atender à legislação de criação de APAs. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 594/2005

Da Associação dos Moradores do Bairro Campo Alegre, propondo a apresentação ao governo federal de projeto de uso racional dos recursos hídricos, por meio de sistema de gotejamento, nos moldes do projeto desenvolvido na Fazenda Nova Canaã, do Bispo Marcelo Crivela, localizada no sertão da Bahia. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 595/2005

Da Epamig, propondo maior aporte financeiro da Fapemig à Epamig para projetos de pesquisa voltados para a revitalização do Rio São Francisco (atender a 100% dos orçamentos). (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 596/2005

Da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, propondo a criação de um programa de metas de recuperação de florestas e outros ecossistemas, que institua como primeira ação uma moratória de supressão de vegetação nativa no Estado, principalmente na Bacia do São Francisco, excetuados empreendimentos devidamente licenciados. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 597/2005

Da Câmara Municipal de Sarzedo, propondo mais apoio à Emater da cidade de Sarzedo. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 598/2005

Da Agrominas, propondo o incentivo e o apoio aos produtores de café para criarem consórcios ou cooperativas para agregar valor ao café, como beneficiamento, indústria de derivados (café solúvel, "capuccino", etc.) e até mesmo a criação de rede de franquias estruturadas no Estado para atuarem em todo o Brasil e no mercado externo, trazendo mais divisas ao Estado e melhor resultado econômico para os produtores. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 599/2005

Da Prefeitura Municipal de Vasconcelos, propondo a liberação de verbas para os Municípios cascalharem estradas vicinais para contribuir para o escoamento da safra da zona rural. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 600/2005

Da Câmara Municipal de Águas Formosas, propondo a obrigatoriedade, por parte dos conselhos de desenvolvimento rural, de comunicarem à Câmara de Vereadores e às associações rurais o nome de seus membros e as datas de suas reuniões ordinárias. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 601/2005

Da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - Unincor -, propondo a criação de 20 unidades de beneficiamento de café para pequenos produtores, a serem gerenciadas pelas associações. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 602/2005

Do Instituto de Geociências Aplicadas, propondo o estímulo, por parte da Emater, ao uso do sistema de cooperativas pelos produtores rurais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 603/2005

Da Fetaemg, propondo a garantia de atendimento às famílias assentadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, tendo em vista que atualmente 34 associações, beneficiando 826 famílias, já tiveram suas propostas de financiamento para aquisição de imóvel rural aprovadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - Cedps. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 604/2005

Da Associação dos Moradores do Bairro Campo Alegre, propondo o apoio ao desenvolvimento de tecnologia para aproveitamento de energia solar. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 605/2005

Do Mandato Coletivo Pró-Cidadania, propondo a criação do Projeto Estruturador "Revitalização das Estâncias Hidrominerais de Minas Gerais", que leve em conta os aspectos ambientais e turísticos da região, conforme propostas apresentadas pela Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais da Assembléia Legislativa, e que contenha as seguintes ações: elaboração do Plano Diretor do Circuito das Águas; revitalização dos Parques das Águas; estabelecimento de parcerias com o setor privado para investimentos no setor hoteleiro e no turismo de cura; transformação dos Parques das Águas em parques estaduais dentro do Sistema Nacional de Unidade e Conservação da Natureza - SNVC -; criação da área de proteção ambiental - APA - do Circuito das Águas; promoção de campanhas de conscientização e de educação ambiental. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 606/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a capacitação dos jovens, com vistas a orientá-los ao primeiro emprego. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 607/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a criação de incubadoras destinadas ao segmento jovem, que atendam principalmente a fábricas de fundo de quintal, nas áreas de artesanato, trabalho com pedras semipreciosas e fábricas de fundo de quintal. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 608/2005

Da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sectes/MG -, propondo a destinação de recursos do Orçamento de 2006 para as ações "Núcleo Estratégico de Informações para a Competitividade Industrial" e "Centro de Referência em "Software" "Embarcado", no montante de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$300.000,00 (trezentos mil reais), respectivamente. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 609/2005

Da Delegacia de Conselho Municipal da Saúde de Belo Horizonte, propondo a reunião do Governador do Estado com as entidades dos trabalhadores, cujos fundos estão investindo na rede bancária e na bolsa, visando à realização de convênio que direcione esses recursos para a rede produtiva RMBH, incluindo agropecuária e o Pronaf. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 610/2005

Da Delegacia de Conselho Municipal da Saúde - BH, propondo a promoção do encontro das lideranças sindicais com o Senador e Ministro Hélio Costa e com os Deputados Federais Virgílio Guimarães e Sérgio Miranda, membros da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, para que estes esclareçam se os recursos destinados aos Arranjos Produtivos Locais estão comprometidos com o pagamento da dívida pública. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 611/2005

Do Instituto de Desenvolvimento Industrial - Indi -, propondo a criação da entidade gestora do pólo industrial de microeletrônica operacional, com a destinação de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) de recursos do Orçamento de 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 612/2005

Da Prefeitura Municipal de Contagem, propondo a criação de Arranjos Produtivos Locais voltados para empreendimentos produtivos que priorizem a inclusão e o desenvolvimento econômico das mulheres. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 613/2005

Do Instituto de Terras de Minas Gerais - Iter-MG -, propondo o aumento de dotação orçamentária para o Iter-MG, destinando os recursos ao

Programa "Empreendimentos Econômicos Solidários", com vistas à promoção da industrialização e à comercialização da produção agrícola. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 614/2005

Da Incubadora de Empresas do Cefet-MG, propondo o prosseguimento de expansão do fluxo de recursos para os Arranjos Produtivos Locais, pois o retorno social e econômico é expressivo em termos de renda, emprego e impostos. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 615/2005

Da Rede Mineira de Incubadoras - RMI -, Parques Tecnológicos, propondo o fortalecimento da RMI, aumentando o apoio financeiro, institucional e político à entidade, com o objetivo de melhorar os resultados obtidos (aumento de empregos gerados, refletindo no aumento da renda e na arrecadação de imposto para o Estado de Minas Gerais.). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 616/2005

Da Comissão Municipal de Emprego de Passos - CME -, propondo o desenvolvimento de Arranjo Produtivo no setor moveleiro em Passos, visando à geração de empregos, ao aumento do valor agregado da produção e à desconcentração regional da economia mineira. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 617/2005

Da Comissão Municipal de Emprego de Passos - CME -, propondo a reativação, a modernização e a ampliação de incubadora de empresas de base tecnológica em Passos, que, apesar de desativada desde 2001, está estruturada administrativamente, havendo interesse da atual administração municipal em reativá-la, sofisticação tecnológica e desenvolvimento da comunidade compatíveis com o sucesso da medida. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA nº 618/2005

Do Sindicato das Indústrias de Eletroeletrônicos - Sindvel -, propondo a instalação imediata da internet (banda larga) em Santa Rita do Sapucaí. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 619/2005

Do Sindicato das Indústrias de Eletroeletrônicos - Sindvel -, propondo a apresentação da evolução do Orçamento 2006-2007, em relação ao de 2004-2005, no que se refere ao APL de Santa Rita do Sapucaí. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 620/2005

De NIE e da Infovale, propondo a destinação de, no mínimo, R\$50.000,00 para a ação referente ao Núcleo de Informação Estratégica, com vistas à sua consolidação no APL Eletroeletrônico. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 621/2005

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, propondo o asfaltamento da estrada que liga Braz Pires a Catas Altas (cerca de 18km), o que encurtará em 70km a distância entre Ubá e Belo Horizonte. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 622/2005

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, propondo a realização da obra viária do entorno de Ubá, conforme projetos existentes. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 623/2005

Da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, propondo a ampliação do apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia, de forma a possibilitar a transferência de conhecimentos e tecnologias ao setor produtivo, com aporte de recursos para investimentos da ordem de R\$80.000,00, no orçamento de 2006. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 624/2005

Da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, propondo a inclusão, no currículo escolar do ensino médio, de conteúdo relativo à formação e ao desenvolvimento da cultura empreendedora entre os alunos. (- À Comissão de Participação Popular.)

proposta de ação legislativa nº 625/2005

Do Instituto de Terras - Iter-MG -, propondo a colaboração entre o Iter e a Cemig na implantação de energia elétrica nos assentamentos de reforma agrária do Noroeste e em outras regiões mineiras. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 626/2005

Do Conselho de Saúde de Belo Horizonte, propondo a redução da tarifa de energia elétrica para consumo residencial. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 627/2005

Do Conselho de Saúde de Belo Horizonte, propondo a redução da taxa de iluminação pública nos Municípios do Estado. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 628/2005

Do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, propondo a organização de plano de destinação dos terrenos do entorno do aeroporto de Confins, priorizando empresas voltadas para a exportação. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 629/2005

Do Nepal Agenda 21 - Venda Nova -, propondo a instalação de Fórum Permanente para examinar, acompanhar e definir ações relativas ao Aeroporto Industrial Tancredo Neves. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 630/2005

Do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, propondo a realização de seminários e audiências públicas e elaboração do plano diretor microrregional antes da implantação e da implementação do aeroporto industrial, com vistas a direcionar o adensamento populacional e criar infra-estrutura compatível com o empreendimento, de forma a evitar a favelização das cidades vizinhas e garantir habitação de qualidade aos futuros moradores e qualidade humana sustentável, ambiental e social, em consonância com o Estatuto das Cidades. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 631/2005

Da Economia Popular Solidária, propondo a otimização do acesso e da popularização das ações do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - junto ao pequeno empreendedor. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 632/2005

Da Rede Mineira de Incubadoras - RMI -, propondo a criação de fundo destinado a recursos semente para criação de empresas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 633/2005

Da Rede Mineira de Incubadoras, propondo a criação de fundo destinado a investimento como capital de risco em empresas emergentes. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 634/2005

Do Movimento Nacional dos Direitos a Transporte Público de Qualidade, propondo a inclusão, no Pró-Acesso, de ação destinada à construção, junto às rodovias estaduais, de ciclovias que permitam a circulação de bicicletas e motocicletas. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 635/2005

Do Movimento Nacional dos Direitos a Transporte Público de Qualidade, propondo a manutenção, no Programa 633, de ação destinada à construção de portos fluviais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 636/2005

Da Associação Pró-BR 354 - em organização, propondo a alocação de recursos para refazer, em 2006, a rodovia BR-354, que liga Patos de Minas à BR-262 e que se encontra em estado de calamidade. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 637/2005

Do MOT - Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, propondo a alteração do objetivo do Programa 0347, incluindo a construção de estações de transbordo da RMBH. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 638/2005

Da Prefeitura Municipal de Carmésia, propondo a inclusão, no PPAG-2004/2007, de previsão de recursos para uma manutenção mais efetiva em rodovias com aproximadamente 10 a 15 anos de existência e que apresentem alto índice de buracos e outros desgastes. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 639/2005

Da Radial Bioenergética Engenharia, propondo o estudo da viabilidade de fusão do Programa de Recuperação (asfaltamento das rodovias de Minas) ao Projeto de Produção de Biocombustíveis, por via do plantio de oleaginosas nas áreas de domínio das rodovias. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 640/2005

Do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, propondo a inclusão, nesse projeto, da MG-05, com vistas à sua recuperação, manutenção e remoção de famílias assentadas às suas margens. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 641/2005

Da Ong - Trem propondo a garantia de integração dos modos de transporte em Minas Gerais ou como ação nova ou como alteração de finalidade de ação existente. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 642/2005

Do Sr. Luís Mário Giuliani, propondo a garantia de passe livre para os deficientes. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 643/2005

Do Sr. Luís Mário Giuliani, propondo o cumprimento do Estatuto do Idoso. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 644/2005

Do Sr. Luís Mário Giuliani, propondo a criação de projeto de lei que garanta ao idoso o direito ao passe livre nos ônibus intermunicipais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 645/2005

Da Radial Bioenergética Engenharia, propondo a restauração de taludes a montante e a jusante das pistas rodoviárias, reaproveitando pneus sucitados em obras de engenharia, com vistas a recuperar erosões; construção ou proteção de canais de escoamento e drenagem de água pluvial, encabeçamento de pontes, viadutos e elevados, usando a mesma tecnologia, limpa e ambientalmente correta. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 646/2005

Do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra, propondo a implantação de curso virtual de Administração Pública, na Ação 4.145 - Formação, qualificação e capacitação de recursos humanos pela Escola de Governo -, para valorizar e capacitar os funcionários públicos de Minas Gerais. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 647/2005

Do Sind-UTE, propondo a implantação de cursos de capacitação para os servidores da área de Educação, na Ação 4.145 - Formação, qualificação e capacitação de recursos humanos pela Escola de Governo. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 648/2005

Do Sind-Saúde, propondo a não-participação de Oscips em parcerias na área de saúde, na Ação 1.354 - "Adoção de novo modelo de parceria na execução de políticas públicas". (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 649/2005

Do Sind-UTE, propondo a criação de meios de acesso dos órgãos de controle social do Estado às informações do Sisap (folha de pagamento), na Ação 1.851 - "Modernização da gestão e do planejamento". (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 650/2005

Do Sind-UTE, propondo a regularização da situação funcional dos contratos temporários da área de educação. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 651/2005

Do Sind-Saúde, propondo a criação, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 75/2005, de conselhos de caráter deliberativo, com 50% de representantes da sociedade civil, para acompanhar as ações relativas a cada fundo. (Ação nº 1.623: "Implantação do arcabouço fiscalizador-regulatório de PPP em Minas Gerais"). (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 652/2005

Do Sind-Saúde, propondo o repasse direto, e não por meio de parcerias, de R\$25.000.000,00 do total de recursos previstos para PPP para os hospitais da rede Fhemig, para recuperação de instalações e equipamentos. (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 653/2005

Da Asmare, propondo a inclusão, nos termos de parceria feita com os órgãos ligados à área de meio ambiente, das associações de catadores de papel e do trabalho de remoção de famílias de lixões, na Ação 1.029, de "Modelagem de projetos-piloto de PPP". (- À Comissão de Participação Popular.)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 654/2005

Do Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais, propondo seja garantido pelo menos um posto de consulta pública à execução orçamentária do orçamento estadual na cidade mais populosa de cada uma das 10 regiões de planejamento do Estado. (Recursos das Ações nºs 1.118 e 1.122.) (- À Comissão de Participação Popular.)

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, acusando o recebimento do Relatório Final da CPI da Mina Capão Xavier e informando que esse documento foi encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico Cultural, Habitação e Urbanismo, para as providências cabíveis.

Do Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.260/2005 em atenção a pedido da Comissão de Meio Ambiente, e ao Requerimento nº 5.292/2005, em atenção a pedido da Comissão de Participação Popular. (- Anexem-se aos respectivos requerimentos.)

Do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes, solicitando seja incluída, no Orçamento do Estado para 2006, emenda que contemple essa Universidade. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.687/2005.)

Do Sr. Rogério Aoki Romero, Subsecretário de Esportes, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.334 e 5.369/2005.

Do Sr. Rubens Luiz Borges, Defensor Público em exercício na Comarca de Conquista, solicitando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005.)

Do Sr. Elias de Paula de Araújo, Diretor do Fundo Nacional do Meio Ambiente, informando que a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, celebrou convênio para execução do projeto Elaboração de Plano de Manejo da Espécie Ameaçada da Fauna Brasileira. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte, denunciando intervenção do Ministério do Trabalho nesse Sindicato e pedindo providências contra a medida, que consideram arbitrária. (- À Comissão do Trabalho.)

De educadores estaduais de São Tomás de Aquino, solicitando a atenção dos membros desta Casa para a situação dos trabalhadores em educação no Estado. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Ruy Gripp, Vice-Presidente do Núcleo Regional da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, sugerindo que a indústria siderúrgica a ser construída pela Votorantim Metais seja instalada em Governador Valadares. (- À Comissão de Turismo.)

CARTÃO

Do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Fiemg, encaminhando o Relatório da Pesquisa Indicadores Industriais - Fiemg Index - e o documento Estatísticas do Comércio Exterior de Minas Gerais - Fiemg Comex -, divulgados em setembro de 2005. (- À Comissão de Turismo.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.778/2005

Dispõe sobre parâmetros informativos para as condições gerais de contratação nas relações de consumo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei traça parâmetros informativos para as condições gerais de contratação nas relações de consumo.

Art. 2º - As condições gerais de contratação nas relações de consumo receberão numeração de identificação que permita sua diferenciação de outros modelos ou padrões de contratos de consumo do mesmo fornecedor.

§ 1º - Consideram-se condições gerais de contratação, para os fins desta lei, o conjunto de dispositivos contratuais elaborados pelo fornecedor para regular a relação de consumo.

§ 2º - Qualquer combinação de dispositivos contratuais que se diferencie de outra, total ou parcialmente, por conteúdo, natureza ou redação terá numeração de identificação distinta.

§ 3º - É vedada a identificação, por mais de um número, de condições gerais de contratação do mesmo fornecedor que tenham o mesmo conteúdo, natureza e redação.

§ 4º - A numeração de identificação será providenciada pelo fornecedor conforme critérios que estabelecer, observada esta lei e a legislação federal.

§ 5º - As condições gerais de contratação são, para os fins desta lei, consideradas informações basilares e de interesse do consumidor.

Art. 3º - No cabeçalho do instrumento elaborado para regular a contratação com o consumidor constará de forma ostensiva, com o emprego de caracteres legíveis e de fácil identificação, o número de identificação e, quando existirem, os dados para localização das condições gerais de contratação registradas em cartório.

Art. 4º - O consumidor, no ato da contratação, receberá uma via das condições gerais de contratação.

Art. 5º - O consumidor poderá, informando o número de identificação previsto nesta lei ou outro dado suficiente para identificação, requerer diretamente ao fornecedor segunda via das condições gerais de contratação, independentemente da existência, em poder do fornecedor, de cópia do documento em que o consumidor após sua assinatura.

§ 1º - O fornecedor atenderá ao requerimento em até 24 horas.

§ 2º - O direito de requerimento previsto neste artigo será observado ainda que encerrado o vínculo contratual.

§ 3º - O fornecedor poderá cobrar custos razoáveis decorrentes do fornecimento da segunda via especificada neste artigo.

Art. 6º - Será assegurado ao consumidor, antes da contratação, a possibilidade de conhecer e levar consigo para exame as condições gerais de contratação.

Art. 7º - É vedado o emprego, nas condições gerais de contratação, de remissões ou referências a outras condições gerais de contratação que não foram apresentadas e entregues ao consumidor, em original ou cópia, até o ato de contratação.

Parágrafo único - Incluem-se na vedação referida no "caput", entre outros:

I - a remissão a condições gerais de contratação registradas em cartório;

II - a elaboração de instrumento a ser assinado pelo consumidor, no qual não constam todas as condições gerais de contratação;

III - a remissão a normas regulamentares às quais se atribui a qualidade de disposições contratuais, sem que as mesmas constem integralmente no instrumento contratual.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor 60 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: O projeto regula, com fundamento na competência contida no art. 24, V - Produção e consumo - da Constituição Federal, parâmetros informativos para as condições gerais de contratação.

É conveniente uma identificação dos vários tipos de contrato elaborados pelos fornecedores por via de numeração. Tal providência possibilitará um maior controle das cláusulas abusivas tanto pelos cidadãos quanto pelas associações de defesa do consumidor. Permitirá, igualmente, um diagnóstico pelos vários órgãos de defesa do consumidor dos contratos lesivos, que terão uma referência de âmbito estadual, qual seja o número de identificação.

Existem fornecedores que providenciam a numeração dos vários contratos que firmam com consumidores. Na praxe mercadológica, contudo, quando esta providência é observada, trata-se de um número que identifica apenas aquele vínculo contratual, sem compromisso com a criação de um número que permita diferenciar um tipo contratual de outro.

Alguns fornecedores têm efetuado singelas, mas significativas alterações nos contratos padronizados que ofertam no mercado, o que gera complexidade, um emaranhado de regulações particulares e cria, por conseguinte, embaraço à defesa individual e coletiva dos consumidores. Com a exigência de uma nova numeração de identificação a cada vez que houver diversa combinação de dispositivos contratuais que se diferencie de outra por conteúdo, natureza ou redação, será possível controlar o conteúdo desses contratos de forma mais detida.

Ainda, o número de identificação para cada tipo de contrato facilitará ao consumidor acesso às condições gerais de contratação que regulam seu caso particular, sempre que necessário.

A relevância da identificação prevista nesta lei conduz para a necessidade de informar ao consumidor qual o número referente ao seu contrato, o que será providenciado no próprio instrumento contratual, de modo a possibilitar efetivo acesso às condições gerais de contratação.

O fornecedor poderá providenciar a numeração de identificação prevista nesta lei a seu critério, desde que não crie embaraços à informação devida ao consumidor, o que garante a implementação deste dever sem gerar transtornos.

Tem-se constatado com frequência a praxe de não entregar ao consumidor uma via do instrumento em que constem as condições gerais de contratação.

Não raras vezes se percebe que as condições gerais de contratação são elaboradas apenas para satisfazer a forma, sem que exista a necessária preocupação, por parte do fornecedor, de levar tais informações ao conhecimento do consumidor, sem as quais não se pode falar em declaração de vontade. Quando o consumidor solicita ao fornecedor acesso às condições gerais de contratação em fase anterior à realização do contrato, percebe que nem sempre isso é possível. Essa prática prejudica os interesses da sociedade, pois transforma o instrumento contratual num artifício e retira do consumidor o papel de vigilante no saneamento do mercado. Assim, é justo assegurar ao consumidor a possibilidade de, antes da contratação, conhecer e levar consigo para exame as condições gerais que regularão o contrato a ser firmado.

Quando o consumidor não recebe qualquer instrumento em que constem as condições gerais de contratação ou quando, por algum motivo justificável, perde tais informações, surge verdadeira tormenta na sua vida na hipótese de necessidade de defender seus direitos em juízo. Nessas ocasiões, o consumidor depara com a relutância, por parte do fornecedor, em dar-lhe acesso às condições gerais de contratação que regulam seu caso, as quais são matreiramente retidas para embaraçar o acesso ao Poder Judiciário. Entretanto, as condições gerais de contratação conformam documento comum entre as partes, sendo pois conveniente que esta lei especifique o dever de emitir segunda via destas, por requerimento do consumidor.

Outra prática lesiva que se pretende contornar por esta lei é a de afastar o direito do consumidor à informação e à transparência fazendo constar nas condições gerais de contratação remissões ou referências a outras condições gerais de contratação que não lhe foram apresentadas e entregues até a avença. Alguns fornecedores, de maneira até acintosa, têm colhido a assinatura do consumidor em instrumentos que, sem

nenhuma outra especificação, simplesmente remetem para condições gerais de contratação depositadas em locais diversos, a exemplo daquelas que se encontram registradas em cartórios de outros Estados, o que não pode ser permitido. Não existe livre manifestação de vontade com o conhecimento posterior das condições do contrato. Mesmo quando há cláusula que indique a leitura, por parte do consumidor, de condições gerais do contrato depositadas alhures, ainda assim esta lei torna-se relevante, visto que é direito do consumidor receber para manter consigo um exemplar de todas as condições contratuais, a fim de fiscalizar o desdobramento da avença.

As condições gerais do contrato são informações de primeira importância para o consumidor, de forma que as providências informativas previstas nesta lei poderão assegurar que sejam efetivamente conhecidas pelo contratante.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.779/2005

Dispõe sobre o canal telefônico destinado ao cancelamento de contratos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei estabelece o dever de disponibilização de canal telefônico destinado à extinção de vínculo contratual, nos termos que estabelece.

Art. 2º - O fornecedor que disponibilizar serviço de tele-atendimento ao consumidor ou serviço congênere manterá um número de telefone destinado exclusivamente para a extinção de vínculo contratual.

§ 1º - O dever estabelecido no "caput" será observado ainda que o fornecedor disponibilize ao consumidor número de telefone que opere chamadas para outros fins;

§ 2º - O dever estabelecido no "caput" aplica-se ao fornecedor que se utilizar de serviço de atendimento ao consumidor – SAC – ou serviço de venda por telefone.

Art. 3º - Esta lei não se aplica ao fornecedor que atenda principalmente em seu estabelecimento e disponibilize número geral de telefone, sem optar por estruturar um serviço destinado ao tele-atendimento ao consumidor.

Art. 4º - O consumidor que optar por extinguir seu vínculo contratual pelo canal de comunicação previsto no art. 2º, "caput", será atendido por pessoa natural dentro de prazo que não excederá dois minutos, sob pena de o fornecedor reparar ou indenizar danos.

Parágrafo único - É vedado ao fornecedor encerrar a ligação unilateral e automaticamente na hipótese de todos os atendentes estarem ocupados.

Art. 5º - O fornecedor reduzirá a termo todas as determinações que regulam a extinção do vínculo contratual, e remeterá este teor ao endereço indicado pelo consumidor em até dois dias após a realização da chamada telefônica.

Art. 6º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 60 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: O projeto em questão pretende criar regramento que contribua para mitigar práticas mercadológicas abusivas verificáveis quando o consumidor pretende extinguir o vínculo contratual com o fornecedor.

Na vida real, o consumidor tem encontrado várias facilidades para contratar, mas, por outro lado, inúmeros empecilhos para desvincular-se do contrato.

É o que ocorre quando o único canal disponibilizado ao consumidor para o cancelamento do contrato consiste num número de telefone, cuja função não se restringe a esta tarefa, mas abarca outras, ocasionando o congestionamento desta via comunicativa e, por conseguinte, exigindo que o consumidor espere por considerável tempo. Igualmente, é o que se constata quando óbices artificiais são criados para desestimular o cancelamento do contrato. Em alguns casos, identifica-se que as gravações preordenadas para atendimento ao público, quando os ramais estão ocupados, solicitam que o consumidor aguarde na linha, o que ocorre na maior parte das hipóteses de atendimento. Contudo, quando se trata de cancelamento do contrato, a ligação é unilateral e automaticamente encerrada pelo fornecedor. Ainda mais graves são aquelas situações em que o consumidor, via telefone, encerra o contrato, mas posteriormente continua recebendo as cobranças mensais, oportunidade em que muitas vezes não tem como comprovar o cancelamento operado pelo tele-atendimento.

Enfim, a demora no atendimento somado a tais barreiras criadas conformam um cenário em que o fornecedor dispõe de grande margem para manipular condições que causem o desestímulo à extinção do contrato, ainda que durante curto período, exatamente para tornar o consumidor cativo por mais tempo.

Trata-se de questão que merece ser solucionada, a fim de não premiar o fornecedor que atua em detrimento do mercado.

Optou-se no projeto pela expressão "extinção de vínculo contratual", vez que "o vocábulo extinção deve reservar-se para todos os casos nos quais o contrato deixa de existir", incluindo as hipóteses de resilição bilateral e a resilição unilateral (GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense; 1.999, p. 169).

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.780/2005

Dispõe sobre a informação do número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - ou do número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF - do beneficiário ou do cedente de cobrança efetuada por boleto enviado ao consumidor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei regula a informação do número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - ou do número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF - do beneficiário de cobrança efetuada por boleto enviado ao consumidor.

Art. 2º - No boleto de cobrança enviado ao consumidor constará o número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - ou, se for o caso, o número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF - do credor do pagamento.

Parágrafo único - Também será informado o dado especificado no "caput" deste artigo relativo àquele que figura como cedente no boleto.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor 30 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: Nem todo boleto de cobrança enviado ao consumidor informa, com relação ao fornecedor, o número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - ou, quando é o caso, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF. Essa omissão gera graves prejuízos ao consumidor, que não pode conferir a existência nem a idoneidade daquele que pretende receber.

Não são raros os casos em que o consumidor é vítima de golpes, ao pagar, de boa-fé, boletos de cobranças para fornecedores fictícios. Nesses casos, raramente o consumidor consegue receber de volta o que pagou, seja porque o dinheiro já foi sacado da conta, seja porque a própria conta já foi encerrada.

A medida ora pretendida, que não onera, tampouco causa transtornos, certamente contribuirá para que o consumidor confira, caso a caso, as cobranças que lhe são efetuadas.

A violação do dever ora especificado representa, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 1990, serviço inadequado. Assim, a omissão dos dados especificados nesta lei poderá acarretar, nos termos da lei civil, a responsabilização daquele a quem coube emitir ou enviar o boleto, mormente em se considerando a responsabilidade solidária dos fornecedores que integram a cadeia de fornecimento, que deflui da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

Vale ressaltar, por fim, que todo o destinatário de boletos pode ser considerado como consumidor do serviço referente à cobrança por via de boleto ou, no mínimo, considerado como consumidor equiparado nos termos dos arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29 do Código de Defesa do Consumidor.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.781/2005

Dispõe sobre o dever de informar o recebimento de manifestação efetuada pelo consumidor, por via de protocolo escrito.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei regula a informação de recebimento de manifestação efetuada pelo consumidor, por via de protocolo escrito.

Art. 2º - O fornecedor receberá, em cada estabelecimento, manifestação elaborada pelo consumidor para protocolo.

Parágrafo único - O modo de realização do protocolo será definido a critério do fornecedor, desde que não prejudique a finalidade desta lei.

Art. 3º - O consumidor apresentará o documento em duas vias, nas quais serão grafados, por qualquer meio perene, a data e o número de identificação do protocolo, bem como o nome do fornecedor.

§ 1º - É vedado ao fornecedor recusar recebimento de documento apresentado pelo consumidor.

§ 2º - O fornecedor procederá ao protocolo do documento no momento em que for apresentado pelo consumidor.

§ 3º - Uma via do documento será entregue ao consumidor na oportunidade do seu protocolo.

§ 4º - É vedado criar obstáculos que impeçam ao consumidor comprovar a tomada de providências perante o fornecedor.

Art. 4º - O fornecedor que compelir à tomada de outras medidas para a observância desta lei indenizará o consumidor pelos danos sofridos, nos termos da lei civil.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: No desdobramento da relação entre consumidor e fornecedor são travadas manifestações, de parte a parte, destinadas à alteração ou à extinção de obrigações, bem como à cientificação de peculiaridades importantes.

Na prática, o consumidor procede a essas manifestações pela via verbal. Muitas vezes é impelido a fazê-lo por meio do telefone, o que dificulta a obtenção de comprovante que ateste a tomada de providências juridicamente relevantes; contudo, deve ser assegurado ao consumidor manter consigo um comprovante que demonstre, por exemplo, ter solicitado o cancelamento do contrato, para não ser colhido de surpresa em momento posterior.

Ao levar tais comunicações ao fornecedor, o consumidor freqüentemente se depara com a negativa de recebimento de tal documento. Mesmo quando a manifestação é recebida, constata-se a negativa, por parte do fornecedor, em comprovar por escrito o recebimento.

O fato de o fornecedor gerenciar todas as estruturas da contratação requer cuidados para que ele não manipule as informações dessa relação, conforme sua conveniência.

A regulação ora pretendida é de fácil implementação e economicamente viável, principalmente quando se considera que o modo de realização do protocolo será definido a critério do fornecedor, desde que não prejudique a finalidade deste projeto de lei. O protocolo poderá ser providenciado por um simples carimbo.

O intuito é mitigar a praxe mercadológica de criar obstáculos que impeçam ao consumidor comprovar a tomada de providências perante o fornecedor.

O consumidor, de posse de documento com o protocolo que confirma sua entrega, terá meios seguros para demonstrar o exercício de seus direitos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.782/2005

Traça parâmetros para as informações a serem prestadas nos casos de apuração do perfil de crédito do consumidor e regula os direitos decorrentes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei traça parâmetros para as informações a serem prestadas ao consumidor nos casos de apuração do seu perfil de crédito no mercado, bem como regula os direitos que decorrem destas operações.

Art. 2º - Na hipótese de negativa de crédito ao consumidor, o fornecedor lhe entregará, por escrito, declaração que exponha os motivos da recusa.

§ 1º - O dever previsto no "caput" deste artigo aplica-se a qualquer espécie de crédito, incluindo, entre outros, financiamento, crédito em cartão eletrônico e título de crédito.

§ 2º - O dever previsto no "caput" deste artigo deverá ser observado pelo fornecedor que realizar o negócio diretamente com o consumidor, ainda que o crédito tenha sido negado por outro integrante da cadeia de fornecimento do produto ou do serviço, incluindo os negócios efetuados por cartão eletrônico.

§ 3º - O fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, as conclusões do levantamento creditício elaborado, ainda que inexistente qualquer restrição de crédito.

§ 4º - As informações serão consignadas em folha timbrada do fornecedor, que permita identificá-lo como emissor desse documento.

Art. 3º - O fornecedor emitirá recibo contendo especificações detalhadas das cobranças que repassar ao consumidor, referentes à apuração do crédito no mercado.

Art. 4º - É facultado ao consumidor obter as certidões negativas de restrição de crédito junto às entidades que operam esses dados, caso não opte por obtê-las pelo fornecedor a quem cabe conceder o crédito.

Parágrafo único - A cobrança referida no art. 3º desta lei não poderá incluir os custos das certidões obtidas diretamente pelo consumidor nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 5º - Observarão esta lei os fornecedores do mercado imobiliário, inclusive as administradoras de imóveis.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor 30 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: Ao conceder crédito em qualquer transação jurídica o fornecedor tem de precaver-se contra a inadimplência, o que demanda a análise do perfil de crédito do consumidor; todavia o consumidor muitas vezes é surpreendido com negativas sem propósito na concessão do crédito, que partem de apreciações sem respaldo em elementos objetivos.

É necessário combater a prática discriminatória na apuração do crédito, para proporcionar um acesso comum a todos os consumidores que perfazem os requisitos objetivos de idoneidade no mercado.

Ao consumidor que tem o crédito negado, não havendo nenhum suporte jurídico para a recusa, faz-se mister assegurar informações consignadas em veículo perene, para que ele possa reivindicar em juízo a reparação cabível.

Considerando que o consumidor é quem arca com os custos na apuração do crédito, imprescindível que lhe seja entregue, pelo fornecedor, por escrito, as conclusões do levantamento creditício elaborado, ainda que não haja restrição de crédito.

A fim de evitar que o fornecedor se locuplete na apuração do crédito no mercado, vezes em que, não raro, são abusivamente superfaturados os custos efetivamente gastos nesta operação, a expensas do consumidor, este projeto pretende impor a emissão de recibo com especificações detalhadas das cobranças repassadas. Com esse mesmo escopo é que se faculta ao consumidor obter as certidões negativas de restrição de crédito junto às entidades que operam esses dados, caso ele não opte por obtê-las por intermédio do fornecedor a quem cabe conceder o crédito. Vale ressaltar que a exigência do recibo possibilitará a formalização de uma operação que geralmente é efetuada em detrimento do Fisco, formalização essa que servirá, ao mesmo tempo, de desestímulo ao aludido superfaturamento.

Cabe destacar que já existe lei em vigor no Estado do Rio de Janeiro com o objeto similar ao deste projeto, que é a Lei nº 2.868, de 1997, com a nova redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 3.887, de 2002, a qual "obriga as empresas que promovem vendas a crédito a fornecer, por escrito, as razões do indeferimento dos pedidos de financiamento, bem como recibo pelas cobranças de taxas de levantamentos efetuados".

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.783/2005

Dispõe sobre o atendimento do consumidor no estabelecimento do fornecedor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei estabelece pontos ou agências para atendimento do consumidor nas hipóteses que delinea e regula o atendimento em estabelecimentos do fornecedor.

Art. 2º - Serão instalados e mantidos pontos ou agências para atendimento personalizado do consumidor pelos fornecedores de produtos ou serviços que mantêm contratos de adesão firmados com 10.000 (dez mil) ou mais consumidores no Estado de Minas Gerais.

§ 1º - Fica a critério do fornecedor instalar e manter os pontos de atendimento referidos no "caput" nos Municípios com população igual ou inferior a 100.000 (cem mil) pessoas.

§ 2º - O dever previsto no "caput" será observado independentemente de o fornecedor disponibilizar atendimento ao consumidor pela via telefônica ou por qualquer outro meio eletrônico.

Art. 3º - O fornecedor que, em seu estabelecimento, disponibilizar qualquer meio de atendimento eletrônico ou mecânico ao consumidor, providenciará acompanhamento por funcionário preparado para orientar o usuário.

Parágrafo único - É vedado ao fornecedor, na hipótese prevista no "caput", obrigar o consumidor a utilizar exclusivamente o meio de atendimento eletrônico ou mecânico, sem possibilitar-lhe o atendimento pessoal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor 30 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: As novas tecnologias têm facilitado sobremodo a vida do cidadão, mas, por vezes, são aplicadas em detrimento dos direitos do consumidor.

Constata-se na atualidade técnicas de contratação e de relacionamento com o consumidor que fazem surgir desafios, tais como a impessoalidade no negócio jurídico, elevada a graus antes desconhecidos, que muitas vezes vão violar os princípios da boa-fé objetiva, da transparência, da informação e da confiança, todos presentes no CDC.

Na busca pela diminuição generalizada de custos de transação, os fornecedores têm buscado métodos de relacionamento com o consumidor que merecem atenção jurídica.

Atualmente, muitos fornecedores não chegam a ter uma sede fixa. Não é difícil encontrar casos nos quais o fornecedor não tem mais "rosto", não mais aparece. Isso gera uma distância física entre o fornecedor e o consumidor, que é enorme fator de debilidade informativa.

Tais práticas mercadológicas chegam a gerar uma desmaterialização do contrato e uma despersonalização do fornecedor. O consumidor pode até desconhecer com quem se relaciona ou trava contatos durante a performance do contrato. A boa-fé objetiva presente no CDC, contudo, impõe ao fornecedor que não dissimule sua verdadeira identidade ou localização.

A vulnerabilidade do consumidor pode ser recrudescida pela distância e pela falta de informação que, por conseguinte, tolgem a possibilidade de controle do desdobramento contratual. Por vezes, trata-se de uma distância propositadamente criada, para embaraçar o canal de controle

social difuso aberto aos consumidores pelo CDC.

O Estatuto Consumerista surge tendo como um dos seus objetivos primordiais expurgar todas as circunstâncias que possam vir a agravar a natural hipossuficiência do consumidor, evitando o que a doutrina espanhola entende por "degradación de la posición del consumidor" (MUÑOZ, Miguel Ruiz. Introducción: consumidores, mercado y derecho. In Curso sobre protección jurídica de los consumidores. Madrid: Ed. Mc Graw Hill, 1999. pág. 8). O CDC, inegavelmente, tem por fito sanar a complexidade típica das relações hodiernas, a fim de que a posição vulnerável do consumidor não seja salientada ainda mais.

A solução está em assegurar a confiança do consumidor por meio da transparência e de uma proximidade informativa considerável, daí a pertinência das normas ora apresentadas.

Principalmente com relação aos contratos cativos de longa duração, que operam relações jurídicas continuativas que se estendem e se alteram no tempo, faz-se imprescindível assegurar um canal presencial entre os consumidores e os fornecedores, para que a sociedade possa concretizar o desejado controle social do mercado previsto na Constituição.

Quando o fornecedor optar por disponibilizar instrumentos tecnológicos para atendimento do consumidor, deve também providenciar que profissionais preparados acompanhem o usuário desta tecnologia, pois ninguém pode ser obrigado a ter destreza com aparelhos ou métodos recentes. Ainda, não se pode tolher do consumidor o direito a um atendimento pessoal, pois o contrato de consumo é vínculo entre humanos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 183, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DE Nº 2.784/2005

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 39 da Lei nº 11.404, de 25 de novembro de 1994, que contém normas de execução penal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam acrescentados ao art. 39 da Lei nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, os seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 39 - (...)

§ 4º - No edital de licitação de obra ou serviço realizada pela administração pública direta e indireta do Estado, deverá ser prevista a reserva de 10% (dez por cento) das vagas para apenados da localidade em que se desenvolva a atividade contratada, observados os requisitos estabelecidos por esta lei para a prestação de serviço externo pelo condenado e as suas habilidades.

§ 5º - Na avaliação das propostas, será computada pontuação em favor daquelas que atenderem ao disposto no § 4º."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2005.

Zé Maia

Justificação: A Lei Federal nº 7.210, de 11/7/84 - Lei de Execução Penal -, previu a possibilidade de trabalho para o apenado, objetivando sua recuperação.

O art. 36 da citada lei admite o trabalho externo do preso, com as precauções devidas, e o § 1º do mesmo artigo limita a 10%, no máximo, o total de presos a serem empregados.

Em Minas Gerais editou-se a Lei nº 11.404, de 25/1/94, que contém normas de execução penal e estabelece a possibilidade de trabalho para o preso, a ser oferecida pelo poder público, conforme o disposto no § 3º do art. 39, para a sua recuperação e ressocialização.

Este projeto de lei tem o objetivo de tornar efetiva a previsão estabelecida na mencionada lei, dando oportunidade de trabalho para o preso, sem nenhum ônus para o Estado, como forma de contribuir para reintegrar à sociedade aquele que se encontra dela afastado por motivo de cumprimento de pena.

Espera-se, pois, o apoio dos parlamentares à aprovação desta proposta.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.576/2005, do Deputado Elmiro Nascimento, em que solicita seja formulado voto de louvor à Prefeitura Municipal de Varjão de Minas pela realização da 1ª Expo Varjão e pela comemoração do 9º aniversário da cidade. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.577/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Adelmo Moraes Souza por ter sido homenageado pela Associação Médica de Minas Gerais com o título de "Personalidade Médica 2005".

Nº 5.578/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Celso Affonso de Oliveira por ter sido homenageado pela Associação Médica de Minas Gerais com o título de "Personalidade Médica 2005".

Nº 5.579/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. José Gilberto de Souza por ter sido homenageado pela Associação Médica de Minas Gerais com o título de "Personalidade Médica 2005".

Nº 5.580/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Luiz de Freitas por ter sido homenageado pela Associação Médica de Minas Gerais com o título de "Personalidade Médica 2005". (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 5.581/2005, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Procurador-Geral de Justiça com vistas à apuração de denúncias encaminhadas à Comissão por camelôs e trabalhadores informais, a respeito de abuso e arbitrariedade cometidos por policiais da 6ª Cia. da PMMG.

Nº 5.582/2005, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à apuração de denúncias encaminhadas à Comissão por camelôs e trabalhadores informais, a respeito de abuso e arbitrariedade cometidos por policiais da 6ª Cia. da PMMG. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.583/2005, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas ao policiamento no acampamento Jacaré-Curiango, no Município de Santa Vitória.

Nº 5.584/2005, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Chefe da Polícia Civil do Estado com vistas à apuração de denúncias de violações de direitos humanos no acampamento Jacaré-Curiango, no Município de Santa Vitória.

Nº 5.585/2005, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários com vistas à apuração de denúncias de violações de direitos humanos no acampamento Jacaré-Curiango, no Município de Santa Vitória.

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Deputada Jô Moraes.

Proposição Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Brandão, ocorrido em 24/9/2005.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Turismo, de Saúde, de Meio Ambiente e de Administração Pública.

Oradores Inscritos

- Os Deputados João Leite, André Quintão e Weliton Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.583 a 5.585/2005, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em em 26/10/2005, dos Requerimentos nºs 5.448/2005, do Deputado Sebastião Costa, e 5.512/2005, do Deputado Durval Ângelo; de Meio Ambiente - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 26/10/2005, do Requerimento nº 5.494/2005, dos Deputados Márcio Passos e José Henrique e da Deputada Elisa Costa; de Saúde - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 26/10/2005, dos Projetos de Lei nºs 2.434/2005, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2.603/2005, da Deputada Vanessa Lucas, e 2.644/2005, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 5.357/2005, da Deputada Vanessa Lucas, e 5.384, 5.433 e 5.505/2005, do Deputado Doutor Viana; e de Turismo - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 26/10/2005, do Requerimento nº 5.521/2005, dos Deputados Márcio Kangussu e Dinis Pinheiro (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Deputada Jô Moraes, solicitando a destinação da 1ª Parte da reunião ordinária do dia 24 de novembro do corrente ano para homenagear a Associação Profissionalizante do Menor - Assprom - pelo transcurso dos seus 30 anos de fundação. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXII do art. 232 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Agradeço a V. Exa. pela concessão desta questão de ordem. O meu objetivo é comunicar a toda a Casa que todos

os parlamentares, inclusive V. Exa., receberam o convite para o IV Café de Oração de Minas Gerais, a realizar-se no Hotel Grandarrel, amanhã. Contamos com a honrosa presença de todos.

Em segundo lugar, teremos, nesta Casa, também amanhã, às 14 horas, o fórum técnico que debaterá a questão da célula-tronco. A discussão que não foi realizada no Congresso Nacional será feita aqui amanhã, das 14 horas às 16h30min. Após esse horário, como prosseguimento desse dia em defesa da vida, teremos, também aqui, na Assembléia, no Hall das Bandeiras, a santa missa, celebrada pelo nosso Arcebispo Metropolitano, D. Walmor Azevedo. Assim que terminar a missa, teremos, no mesmo local, o "show" em defesa da vida. Serão duas bandas e dois cantores. Será uma grande manifestação dos cristãos em defesa da vida.

A CNBB, na última conferência, tomou a decisão de que se celebrasse a vida e se fizessem manifestações em defesa dela.

No Grandarrel, já está confirmada a presença de D. Walmor, como orador principal, além das presenças do Sr. Clésio Andrade, Governador em exercício; do Sr. Danilo, Secretário de Governo; além dos Secretários Fuad Noman, Agostinho Patrús e Silas Brasileiro, e de Diretores e Presidentes de fundações e autarquias. Estará lá, também, um convidado da Argentina, dando o seu testemunho.

Todos que estão nos assistindo estão convidados a vir à Assembléia participar dos três eventos. Pedimos também que todos nos ajudem a divulgar esses eventos. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, de amanhã, dia 4, às 14 horas, e de segunda-feira, dia 7, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/10/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jésus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Paulo Cesar - Roberto Carvalho - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; João Antônio Saraiva, Secretário Adjunto de Estado de Educação; Silas Brasileiro, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Deputado Ermano Batista, membro da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Deputados Miguel Martini e André Quintão, membros da Comissão de Participação Popular desta Casa; e Bernardo Tavares de Almeida, Superintendente da Central de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Vereador Carlão, ex-Deputado desta Casa; dos gerentes dos programas que serão debatidos na parte da tarde: do Secretário Adjunto de Educação João Antônio Filocre Saraiva e dos gerentes Herculano Anghinetti, da Estrada Real, Teodoro Alves Lage Gerais, Carmem Rocha, do Programa Primeiro Emprego; José Silva, do Minas sem Fome; Luís Afonso, do Projeto Jaíba; Fantini Valério, da Revitalização e Desenvolvimento Sustentável; Danilo Colares, da Plataforma Logística; da Vereadora Ana Pascoal e do Vereador Daniel, de Águas Formosas.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura da audiência pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG-2004/2007".

Palavras do Sr. Presidente

A tarefa de conduzir o processo de desenvolvimento de Minas Gerais é complexa, em razão de fatores como a dimensão territorial do Estado,

as diversidades econômicas e sociais de cada região, as necessidades e demandas de determinados segmentos, as dificuldades de obtenção de recursos para obras e investimentos e as limitações inerentes à administração pública.

Tais entraves podem ser analisados também de outro ângulo, quando os relacionamos com atividades ou setores de atendimento à população: o que fazer para estimular os segmentos produtivos ou para melhorar os serviços públicos de saúde, educação, moradia, transporte, cultura, turismo, meio ambiente, segurança?

Pode-se ainda pensar o desenvolvimento sob a ótica da geração de empregos, da distribuição da renda, do combate à pobreza, da busca de um crescimento sustentável, pelo qual se possa conciliar o desempenho econômico com a correção dos desequilíbrios sociais e regionais.

As demandas e os desafios são grandes e devem ser enfrentados a partir de um planejamento detalhado e consistente, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo e os setores organizados da população.

É preciso repetir responsabilidades, ouvir a classe política, as representações empresariais e dos trabalhadores; enfim, todos os segmentos da sociedade, para que se possam tomar decisões que reflitam os anseios e as necessidades do Estado.

É esse o objetivo da audiência pública que estamos iniciando: o de analisarmos juntos o Plano Plurianual de Ação Governamental referente ao período 2004-2007, que estabelece metas específicas para os diversos setores da vida do Estado, por meio dos 33 projetos estruturadores propostos pelo Poder Executivo. Mais precisamente, estaremos fazendo uma revisão do plano, com o objetivo de avaliar sua execução até o momento e as perspectivas para o ano de 2006, assim como para sugerir alterações ou novas propostas, com a finalidade de aperfeiçoá-lo.

Ao final de nossas atividades, os grupos de trabalho apresentarão suas proposições na sessão plenária final, e, em seguida, elas serão encaminhadas às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa.

As proposições que forem acatadas serão transformadas em propostas de ação legislativa, a serem analisadas pelas referidas comissões e, se aprovadas, serão apresentadas sob forma de emendas ao projeto de revisão do PPAG e do orçamento do Estado para 2006.

É com grande expectativa, portanto, que damos início a esta audiência pública de revisão do PPAG 2004-2007, na perspectiva do desenvolvimento planejado, da discussão e aceitação de sugestões.

Esta Casa, por tradição e princípio, está sempre disposta a colaborar com ações que visem ao aperfeiçoamento dos programas de governo, principalmente por meio do debate e da participação.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento, especialmente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, aos ilustres expositores, aos gerentes dos projetos estruturadores, aos coordenadores dos grupos de trabalho e a todos os presentes, com a certeza de que estamos contribuindo para aprimorar as ações de planejamento do Estado. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Cumprimento o Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; o Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; o Deputado Ermano Batista, membro da Comissão de Fiscalização Financeira, representando a Comissão; todas as autoridades que compõem a Mesa, todos os representantes dos movimentos sociais presentes, todos os representantes de entidades e sindicatos, Vereadores; Prefeitos, Vice-Prefeitos e os Deputados componentes das várias comissões temáticas.

Como Presidente da Comissão de Participação Popular, ressalto a importância deste momento. Temos que fortalecer a democracia representativa para que seja praticada com ética, transparência e compromisso com os direitos do povo brasileiro. Temos que avançar para a democracia direta e participativa. Eleitos pelo povo, temos que ouvi-lo durante todo o mandato, seja no Poder Legislativo ou no Executivo, por meio dos movimentos sociais organizados. Este é o papel da Comissão de Participação Popular.

Cumprimento todos os presentes, que trazem sua contribuição. Ao analisarmos o PPAG 2004-2007, do governo do Estado, é importante conhecermos e avaliarmos o desempenho do planejamento do governo no período 2004-2005, sobretudo nos programas estruturantes. Desejo que, em 2006, estejamos atendendo mais ainda aos anseios da população, sobretudo no setor social.

Já recebemos o resultado do referendo que nos dá o recado de que é preciso que todas as esferas do poder invistam em segurança pública e garantam aos cidadãos o direito à vida e que a paz e a fraternidade reinem, por meio da justiça social e da igualdade. É um desafio para todos nós. Não nos podemos omitir.

Mais uma vez, cumprimento a todas e a todos, sobretudo os membros das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, que terão um árduo trabalho para possibilitar que, no projeto de revisão do PPAG e na lei orçamentária do Estado, atendamos às reivindicações dos participantes deste seminário.

Cumprimento a todos os parceiros desse ousado projeto de investimento da população na revisão do PPAG; esta Casa, por meio das duas comissões; a Consultoria desta Assembléia; a Secretaria de Planejamento do Estado. Cumprimento a todos vocês, de forma especial, porque de nada adiantaria esse nosso desejo, essa vontade política, esse investimento, se não fosse a participação dos movimentos sociais organizados. Obrigada e bom trabalho.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Com a palavra, o Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Seplag, que fará uma exposição sobre o PPAG, intitulada "Avaliação e Perspectivas do PPAG em 2005-2006".

Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães

Bom dia, Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Fábio Avelar, Deputado Ermano Batista, demais membros da Assembléia Legislativa, companheiros de governo, Secretário Silas Brasileiro, Secretário Adjunto João Antônio, demais participantes do governo Aécio Neves, gerentes dos projetos estruturadores, cuja presença agradeço.

É com satisfação que participo deste terceiro processo de avaliação do PPAG. Buscarei, durante minha apresentação, fazer uma abordagem mais ampla sobre os caminhos que estamos traçando no governo Aécio Neves, particularmente no que diz respeito ao planejamento e à

execução dos projetos estruturadores.

Inicialmente, lembrarei os objetivos da revisão do PPAG. Alinhar ações em torno da estratégia do PMDI. Não podemos esquecer que temos uma estratégia definida. Atender, eventualmente, novas demandas sociais que surjam ao longo do governo. Aumentar a transparência e o controle social. O fato de discutirmos esse plano, que apresenta com clareza programas e ações, facilita o controle pelo cidadão. Evitar descolamento entre o Plano e o Orçamento.

O plano era quase uma tarefa formal a ser cumprida pelo Executivo. E o orçamento era, na verdade, a peça fundamental para discutir a alocação de recursos públicos. Estamos vinculando esses dois instrumentos, o Plano e o Orçamento.

Com a minha apresentação, espero contribuir para a reflexão sobre os caminhos percorridos até agora. Lembro rapidamente como o governo Aécio Neves começou, em janeiro de 2003. Tínhamos um déficit implícito no Orçamento de R\$2.400.000.000,00. As vinculações constitucionais comprometiam 103% das receitas correntes líquidas. Tínhamos dificuldades para cumprir as obrigações em dia. Nossa dívida com fornecedores era de R\$1.300.000.000,00, e 72% da receita corrente líquida estava comprometida com o pagamento de pessoal. Os repasses do governo federal estavam suspensos. Não havia crédito internacional, entre outras questões. Esse foi o contexto inicial.

Desde a época da campanha, o plano de governo indicava metas a serem cumpridas. Em 2003, no começo do planejamento, o início da definição dos rumos e das grandes estratégias. Em 2004, quando foi sancionado, se não me engano, em 19 de janeiro, o atual PPAG, começamos a execução e o acompanhamento dos programas nele previstos. A partir de 2005, principalmente depois da conquista do equilíbrio fiscal no final de 2004, estamos conseguindo aumentar significativamente o gasto com investimentos sociais e com o apoio ao desenvolvimento econômico.

Só para lembrar, tudo isso foi subsidiado por documentos que estão à disposição para a consulta de todos os senhores. O primeiro é o plano de governo - "Prosperidade: a Face Humana do Desenvolvimento". É um diagnóstico amplo, feito pelo BDMG durante o ano de 2002, que foi base do planejamento estratégico. O último documento é o PMDI, em vigor, que analisa o horizonte de Minas Gerais até 2020.

O Governador costuma dizer em quase todos os seus discursos que deseja resgatar os compromissos de campanha. Queria lembrar literalmente alguns textos do documento "Prosperidade: a Face Humana do Desenvolvimento": "É preciso introduzir um choque de gestão nas estruturas administrativas, que possibilite desburocratizar, racionalizar gastos, monitorar e avaliar de forma mais eficaz as ações e os resultados das intervenções governamentais." (pág. 18). "Será necessário que o Estado incorpore definitivamente o ensino fundamental como um período de nove anos de duração." (pág. 40). "O governo Aécio Neves implementará a política de construção de novas penitenciárias, com vagas suficientes para eliminar o déficit do sistema." (pág. 150). "Será desenvolvido o programa Viva a Vida, para que seja atingida a meta mobilizadora de reduzir a mortalidade infantil no Estado em 25%." (pág. 27). "O governo estabelecerá um plano de metas para o setor de água e esgoto, para elevar o atendimento médio do abastecimento de água de 90% para 95% e a coleta de esgoto de 62% para 80%." (pág. 128).

Esse é o primeiro documento que orientou o planejamento. Foi o documento que elegeu o Governador Aécio Neves. E estamos no regime democrático e queremos que essa democracia se aprofunde cada vez mais. A partir desse documento, foi construído o PMDI, discutido e aprovado por esta Casa no final de 2003.

Vocês já devem ter visto isso à exaustão, mas não custa lembrar que temos uma visão de futuro: tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver. Temos três opções estratégicas: a primeira é reorganizar e modernizar a administração pública estadual; a segunda, promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis; e a terceira, recuperar o vigor político de Minas Gerais. Para que isso se transforme em ações efetivas, temos um conjunto de projetos estruturadores que, acreditamos, possibilitarão a transformação da visão de futuro em ações concretas para a sociedade mineira.

Só para lembrar, tiramos literalmente um trecho da redação do PMDI, no eixo de reorganizar e modernizar a administração pública estadual: "(...) colocando em prática um choque de gestão em suas estruturas, sistemas e processos administrativos que possibilite descomplicar procedimentos, racionalizar gastos e produzir mais resultados com os recursos disponíveis. O engajamento e a participação de todos os servidores será decisiva." (pág. 103).

Promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis: "(...) viabilizar um novo modelo de desenvolvimento que priorize o capital humano - educação, saúde, trabalho, meio ambiente -; fomenta o desenvolvimento econômico de forma inovadora; e garanta segurança à população." (pág. 103).

Recuperar o vigor político de Minas Gerais: "(...) é condição indispensável ao reequilíbrio federativo em uma perspectiva de integração do País. O governo de Minas estará presente nas discussões e decisões relativas às grandes questões e desafios nacionais (...) e influenciará o País pelo exemplo de gestão pública."

Pego esse trecho para mostrar que há um caminho, um rumo, uma direção maior que faz com que estejamos aqui hoje discutindo o PPAG.

Passarei rapidamente por alguns resultados concretos dos objetivos prioritários do PMDI. São dez os objetivos. O primeiro objetivo é relativo à segurança. Primeiramente, falarei sobre o eixo relativo a choque de gestão, a reorganizar e modernizar a administração pública estadual.

Choque de gestão. O que já conseguimos? O equilíbrio fiscal; novos planos de carreiras; e gestão intensiva dos projetos estruturadores. Posso lembrar mais alguns: pagamento do funcionalismo no início do mês subsequente; pagamento do 13º salário em dia; e outros resultados.

Parceria público-privada. As leis estaduais de PPP foram aprovadas. A unidade PPP está implantada, e o seu corpo técnico contratado e capacitado. Outros técnicos se encontram em processo de capacitação. Foi entregue o "Primeiro Relatório de Modelagem de PPP", e está previsto ainda para este ano o primeiro edital.

No eixo relativo a desenvolvimento econômico-social, lembro o objetivo prioritário nº 1: segurança. Algumas ações que já foram anunciadas e concluídas: implementação de 24 áreas integradas de policiamento na Capital e 56 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, possibilitando a integração de ações e operações policiais; implantação em sete comunidades em Belo Horizonte, Contagem e Betim do programa Fica Vivo; crescimento em 118% do número de vagas do sistema prisional, saltando de 5.300 para 11.600.

Espero que eu esteja mostrando a coerência do nosso planejamento com o plano de governo. Esse é o caminho que buscamos.

Infra-estrutura rodoviária e saneamento. São dois pontos do objetivo prioritário nº 2.

Infra-estrutura rodoviária: 48 obras de pavimentação em andamento e 17 concluídas, totalizando 1.490km de acesso pavimentados; foram recuperados 5.435km de rodovias estaduais - isso com o Pró-Minas; início das obras da Linha Verde - projeto estruturador da plataforma logística e do transporte da região metropolitana.

Educação: distribuíram-se 1.800.000 livros didáticos a 900 mil alunos; foram conectadas à internet 642 escolas do ensino fundamental, beneficiando 771.979 alunos; são 442 escolas do ensino médio conectadas à internet; ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, incrementando em 97 mil vagas em 2005.

Saúde: Pró-Hosp - R\$161.000.000,00 em investimentos, beneficiando 119 hospitais; Farmácia de Minas - R\$53.500.000,00 em investimentos, beneficiando 27 mil pacientes; Saúde em Casa - R\$20.700.000,00 em investimentos, previstos R\$72.000.000,00 em 2006, com 2.994 equipes, beneficiando 769 Municípios. Essas são apenas algumas ações.

A habitação também está prevista no objetivo prioritário nº 3, com a contratação da construção de 10.500 unidades habitacionais no Programa Mineiro de Habitação Popular. Serão construídas 1.034 unidades habitacionais até 2005.

Objetivo prioritário nº 4 - Meio Ambiente. Montagem de 7 Copams regionais, o que significa que 70% dos processos de licenciamento têm sido realizados no interior, com o objetivo de descentralização. Já são 23 parques montados e em funcionamento, vários desses implantados neste governo. São 8.000ha de reflorestamento com pequenos produtores, com apoio direto do IEF, em financiamento; e 220.000ha, com investidores privados. Ai há ação de fomento do sistema de meio ambiente.

Geração de emprego. Financiamento de 11.561 microempresas e pequenas empresas, por meio do BDMG, do Programa Geraminas; 673 projetos apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede, com perspectiva de geração de 163 mil postos de trabalho. Foram gerados 450 mil empregos temporários em obras de saneamento e infra-estrutura rodoviária, principalmente os investimentos da Copasa, Deop e DER.

Desenvolvimento econômico. Foram concluídas três hidrelétricas em 2004 e quatro estão em andamento. A retomada dos acordos e financiamentos internacionais e a implantação do aeroporto industrial Tancredo Neves são apenas alguns exemplos de que o Plano está-se transformando em ações concretas e resultados para a sociedade.

Desigualdade regional. Um amplo programa de inclusão social e digital está sendo implementado por meio do Programa Cidadão-Net. Haverá água tratada e luz elétrica em 100% das escolas das regiões Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri; se não me engano, são 1.200 escolas nessa região, sem água tratada. Como o Projeto Jaíba e a usina hidrelétrica de Irapé, haverá amplo desenvolvimento; esses são alguns exemplos de projetos que podem atenuar a desigualdade nessas regiões.

Saneamento básico. Foram R\$667.800.000,00 em investimentos da Copasa até agora; 1.255 módulos sanitários instalados e 18 sistemas simplificados implantados.

No que diz respeito a recuperar o vigor político, que é o terceiro eixo do nosso plano, citaremos apenas alguns artigos de jornais da imprensa nacional: "Ele, Aécio Neves, sabe que seus índices de popularidade são devidos não ao seu passado político, mas, sim, ao presente do administrador respeitado..." (Aristóteles Drummond, "Gazeta Mercantil", 13/12/2004).

"A Petrobras investirá US\$1.000.000.000,00 na expansão e modernização da Refinaria Gabriel Passos - Regap -, em Betim" ("Gazeta Mercantil", 29/3/2005).

"O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e o Banco Japonês de Cooperação Internacional - JBIC - deverão liberar US\$50.000.000,00 em financiamentos para o Estado de Minas Gerais" ("Valor Econômico", 13/4/2005).

"Minas Gerais recebe US\$35.000.000,00 do Bird. É a primeira vez, em 11 anos, que Minas Gerais recebe recursos de organismos de fomento internacionais..." - ("Gazeta Mercantil", 4/8/2005).

"(...) Bons ventos sopram de Minas: (...) tive condições de constatar o engajamento e o compromisso com a missão do governo de Minas. Notável!" ("Estado de Minas", 17/9/2005). Isso também foi publicado na "Gazeta Mercantil" algumas semanas depois.

Depois de fazer essa ligação entre o plano de governo e o PMDI, chamo a atenção, porque estamos aqui num instante de participação da sociedade. A participação da sociedade está prevista em nossos instrumentos de planejamento desde o início. Ela é uma determinação da Constituição Estadual, porque o PMDI é elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a Seplag - é apenas secretaria executiva, quem encaminha o PMDI à Assembléia Legislativa é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - para lembrar - ele possui representantes de praticamente todas as entidades de representação empresarial, sindical, universidades e alguns representantes da sociedade, além de membros do Executivo Estadual.

Com o PPAG, desde o início contamos com a participação da sociedade organizada, por meio das audiências públicas no processo conjunto com a Assembléia Legislativa. Nas ações de governo, há várias instâncias de participação, que são os conselhos de política setoriais. Só para lembrar, na área da saúde, há vários conselhos bipartites e tripartites em que a sociedade participa da execução.

Além disso, com os instrumentos de avaliação e a melhoria no sistema de informações, esperamos avançar no controle social pelo cidadão. A primeira avaliação foi feita pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social. No PMDI, temos quatro cenários prováveis para Minas Gerais em 2020. Trata-se de uma metodologia construída não para antecipar o cenário mineiro, mas para analisar suas possibilidades, a fim de que sirvam de orientação para os executivos do presente.

Analisamos quatro cenários. No eixo horizontal, temos a situação de Minas Gerais: de um ambiente econômico, político e institucional mineiro ineficiente e fragilizado a um ambiente econômico, político e institucional mineiro eficiente e competitivo. No eixo vertical, as hipóteses do Brasil no desenvolvimento sustentado ou a hipótese de o Brasil manter-se na economia do chamado "stop and go". Esses são os quatro cenários hipotéticos narrados no PMDI.

Enviamos um questionário estruturado a todos os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para verificar, após dois anos, como estávamos caminhando nesse cenário. A avaliação, no eixo negativo, foi de -3 e, no positivo, de +3. A evolução do cenário nacional piorou em menos 5% nos anos de 2003 e 2004. Esses são dados até 15/5/2005, que foi o prazo de resposta aos questionários. Em Minas Gerais tivemos uma avaliação de 1,1 negativo - é claro que são cenários para 2020 -, que aponta para a construção de um cenário de superação de adversidades, ou seja, Minas Gerais consegue caminhar na direção do desenvolvimento sustentável, apesar de o Brasil ainda estar num "stop and go".

Quanto à situação atual, o equilíbrio fiscal e a implantação de um sistema gerencial orientado para resultados foram decisivos para aumentar os investimentos do governo de Minas Gerais.

Na melhoria da qualidade dos serviços públicos, temos gestão profissional em todas as empresas públicas estaduais e o aumento da eficiência na gestão dos processos públicos. No planejamento e no controle orçamentário há credibilidade junto aos fornecedores, o Estado paga em dia, e já não temos dívidas com fornecedores; planejamento integrado a um orçamento realista; fim do contingenciamento dos investimentos, e atendimento ao acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional e a todos os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na capacidade para captar recursos, temos a recuperação da capacidade de realizar operações de financiamento com organismos internacionais. Esta é a situação atual.

Passarei a falar especificamente sobre o gerenciamento dos projetos estruturadores. Antes de falar sobre a execução, gostaria de me referir à nossa experiência de gestão de projeto, implementada no governo Aécio Neves desde setembro de 2003. Conseguimos, neste ano, alcançar uma grande evolução nesse ciclo de planejamento e gestão de projeto, com a elaboração e a revisão do PPAG até 30 de setembro, e de suas principais metas e marcos, a fim de enviar o documento à Assembléia Legislativa juntamente com o Orçamento. Portanto, temos as propostas orçamentárias.

Quanto ao Executivo, começamos a estabelecer os planos operacionais para 2006. Estamos dialogando com cada gerente, definindo quais serão as metas e os marcos para 2006, quais seus compromissos para com a sociedade mineira. O mesmo fazemos com cada órgão ou entidade estratégicos para a execução dos projetos estruturadores, com eles pactuando cronogramas, metas e marcos. Esperamos entrar em janeiro de 2006 com um painel de controle, que é nosso orientador na execução dos projetos estruturadores - que já funciona neste governo -, pronto, ou seja, a pactuação de todas as metas e marcos dos 33 projetos estruturadores.

A cada mês fazemos uma análise da situação geral dos projetos. Fazemos uma avaliação de cada projeto na vertical, o estabelecimento de contramedidas para conseguirmos a execução e a avaliação da carteira do Geraes. Verificamos se há algum órgão ou entidade atrapalhando a execução dos projetos estruturadores. Buscamos, então, uma intervenção e uma pactuação desses órgãos para que seja superada a restrição.

Para terem uma idéia, esse é o painel de controle. Estou dando exemplo do Projeto nº 14, que fala de universalização e melhoria do ensino médio. Ele apresenta os resultados de 2004, os objetivos e as metas pactuadas. Isso pode ser feito num gráfico de metas ou num eixo com os principais marcos de realização. Isso é pactuado com cada gerente. É nisso que acreditamos. Tentamos melhorar significativamente a execução física e financeira dos projetos estruturadores.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Começo agora a abordar a execução orçamentária e financeira dos projetos estruturadores. Esse quadro mostra a execução global dos investimentos estruturadores do dia 19/10/2005. Na primeira coluna, temos a origem dos recursos; na segunda, o crédito inicial, a despesa liquidada e o percentual de despesa liquidada sobre o crédito inicial. Na primeira linha, com recursos de fonte, temos convênios com crédito inicial de R\$88.700.000,00 e uma despesa liquidada de R\$11.600.000,00, ou seja, conseguimos executar 13% de convênios. Com operações de crédito, de R\$122.000.000,00 conseguimos executar R\$12.000.000,00, ou seja, 10%. De recursos livres do Tesouro Estadual, de um crédito inicial de R\$192.800.000,00, conseguimos liquidar, até 19/10/2005, R\$136.100.000,00, equivalendo a uma execução de 71%. Do Tesouro e doações, não havia crédito inicial. Por isso, tivemos uma despesa liquidada em virtude de crédito suplementar. Do Tesouro referente a taxas, tivemos R\$26.700.000,00 de crédito inicial, com 3,6 de execução. Do Tesouro vinculado, tivemos R\$143.000.000,00, com R\$86.000.000,00 de liquidado, correspondendo a 61% de executado até 19/10/2005. Do Tesouro, recursos da Codemig, R\$78.000.000,00. Desse total, executamos R\$62.000.000,00 até dia 19, com 81% de execução. Em termos totais, de um crédito inicial de R\$652.000.000,00, tivemos uma despesa liquidada de R\$314.000.000,00. A execução de recursos com o Tesouro está em 66%, o total com 48%, e as demais fontes com 11%.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Quero chamar a atenção dos senhores para este gráfico: Execução Orçamentária Linear. Se tivéssemos uma execução ideal, planejada, de 8,3% ao mês, para chegar a 30 de dezembro com 100% de execução, deveríamos estar, no dia 20 de outubro, com 80%. O que estamos conseguindo com os recursos do Tesouro Estadual? No dia 20 de outubro, estaremos com 66% de execução. Portanto, estamos acima de 80% da execução linear, o ideal, em 20 de outubro.

Vou abordar resultados físicos dos projetos estruturadores. Serão abordados em detalhes pelos gerentes nos grupos de trabalho. Peço desculpas, de antemão, aos gerentes, pois não vou ser fiel aos resultados de alguns projetos, que têm resultados muito mais precisos.

Redução da criminalidade violenta em Minas Gerais. Penso que o principal dado é o do aumento das vagas no sistema prisional de 118%. Temos a implantação do Gabinete Integrado de Segurança Pública; 1.189 policiais civis e militares treinados em conjunto; e a inauguração do Centro de Internação de Adolescentes, que já são cinco no total. A execução orçamentária e financeira desse projeto é essa mostrada. De um crédito inicial de R\$107.000.000,00, temos uma despesa liquidada, até o dia 19, de R\$36.000.000,00, dos quais, com recursos do Tesouro, estamos com uma execução de 76%. Temos problemas com os recursos das demais fontes. Convênios e operações de crédito, apenas 10%.

Corredores radiais. A execução de obras de conservação e manutenção da MG-050, no período anterior à concessão. Esse é o principal foco desse projeto, ou seja, preparar a MG-050 para a PPP. Executamos, em termos totais, 36% dos recursos. Aí só há recursos do Tesouro.

Potencialização da logística do Triângulo. São trechos de investimento em rodovia, na região do Triângulo. Entregamos Campo Florido, Pirajuba, Ribeirão Dourado, Limeira do Oeste e o Entroncamento 864. Também entregamos outras obras ao longo do período. A execução é de 62% até 19 de outubro.

Pró-Acesso. A situação do Pró-Acesso, como falei anteriormente, são 48 obras em andamento e 17 trechos já concluídos. Temos uma terraplanagem de 444km concluídos. O programa executou 121% do Tesouro. Por que isso? Porque fizemos créditos suplementares além do orçamento inicial e zero das demais fontes, porque estava prevista uma operação de crédito que não entrou e também um convênio com o DNIT, que não foi efetivado.

Reestruturação da plataforma logística e de transportes de Belo Horizonte. Estamos em um processo de montagem do edital do Anel do Contorno Norte do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, e a ordem de início das obras da Linha Verde será efetivada este ano. Estamos ainda com uma execução baixa, 4%, porque agora é que foi possível o projeto começar.

Oferta de gás natural. Esse é um projeto executado fora do orçamento fiscal, por isso aparece zero aqui, mas, se não me engano - e o número não está aqui -, o gasto da oferta de gás natural, este ano, aproxima-se dos R\$40.000.000,00. Se não me engano, são R\$37.000.000,00. Vejo o gerente confirmando ali esse dado, acertei.

Plataforma logística de comércio exterior em Belo Horizonte. Há várias ações na transformação do aeroporto internacional de Confins, contrato de arrendamento, redução de ICMS para a Gol Linhas Aéreas, a Varig e a TAM, as empresas aéreas, para se fazer ali um aeroporto industrial. Houve o início da promoção da plataforma com visita a várias empresas. A plataforma está com execução de 32%.

Empresa Mineira Competitiva, com uma execução de 99% dos recursos orçamentários. A grande inovação foi a instalação do Minas Fácil, um projeto extremamente ousado para buscar implantar uma empresa em Minas Gerais em oito dias corridos.

Cem por cento da eletrificação rural no Estado. Vocês conhecem esse projeto pela imprensa, e ele teve um grande atraso, em vista do convênio com o governo federal, do acerto quanto aos detalhes entre os governos federal e estadual, mas já temos a ligação de 29 mil clientes no programa, em 650 municípios. Temos a elaboração de projetos para mais de 7 mil clientes e a execução de obras em 735 Municípios. As obras já estão em andamento para ligar 20.411 clientes. Com o acerto do convênio com o governo federal, esperamos que esse programa siga em um ritmo muito mais acelerado.

Energia para o Noroeste de Minas: esse projeto também tem execução zero, porque esse dinheiro do crédito inicial viria de uma operação com o BID que não se realizou nem deve realizar-se este ano. O que está sendo feito tem investimento da Cemig. Assinamos o contrato desse projeto com as construtoras para a realização de 80% das obras em maio. Portanto, o programa está dentro do previsto. Não me lembro dos gastos do orçamento da Cemig.

Parcerias público-privadas: são vários resultados que já mostrei aos senhores no início. E temos uma execução orçamentária baixa de 11% de recursos do Tesouro.

Centro Administrativo de Minas Gerais: reforma do prédio do Bemge concluída, para transferência de órgãos e entidades. O relatório de meio ambiente está em andamento. Inicialmente tínhamos R\$11.600.000,00 de crédito e realizamos 6%, já que há o recurso de R\$10.000.000,00 que não foi necessário até o momento.

Choque de gestão: são várias realizações na área de planos de carreira de servidores públicos, de acordo de resultado, de treinamento de novos administradores públicos e de treinamento do Superintendente de Planejamento e Gestão de Finanças. De um orçamento inicial de cerca de R\$7.700.000,00, conseguimos uma realização de 42%.

Melhoria e ampliação do ensino fundamental: já citei vários resultados no momento em que apresentei os dados da educação, portanto não os repetirei agora. Estamos com 46% de realização com recursos do Tesouro até 19 de outubro.

No ensino médio, estamos com 66% de execução até 19 de outubro e com os resultados que relatei antes, quando me referi aos objetivos prioritários.

Circuito Cultural da Praça da Liberdade: já temos o projeto vencedor da solução para o atual prédio da Fazenda; temos a conclusão dos projetos de obras na cobertura dos prédios da antiga Defesa Social e atual Polícia Civil e da Secretaria de Transportes e Obras Públicas. Estamos com execução de 12% dos recursos do Tesouro.

Programa Primeiro Emprego: assinatura do CPPT com vários Municípios do interior. Já foram encaminhados 4.500 "kits" e treinados 4.165 trabalhadores até o início de setembro. Estamos com execução de 55% de recursos do Tesouro.

Inclusão social de famílias vulnerabilizadas: estamos com o crédito inicial de R\$22.000.000,00 e com recursos do Tesouro de 53%.

Os dados do programa Minas sem Fome, realizado pela Emater, não aparecem no Siaf. A execução orçamentária da Emater não se dá nesse sistema. Portanto, essa empresa é obrigada a alimentá-lo depois de fechar o seu balanço. Por isso não aparecem os dados agora, mas, até 30 de outubro, estaremos com todas as metas do Minas sem Fome, relativas a um convênio com o governo federal firmado em 2004, cumpridas.

O Projeto Jaíba tem uma execução orçamentária de 75%. Grandes eventos, como a entrega da infra-estrutura completa da Estação de Bombeamento III e a da ponte da cidade de Jaíba, muito desejada pela população e o assentamento e o treinamento de 212 famílias, entre outros resultados, serão apresentados pelo gerente na reunião temática.

AgroMinas: lembro-me de um resultado significativo, que foi a implantação do Centro de Inteligência do Café em São Paulo, realizada há alguns meses; a certificação de empresas e torrefadoras de café; o Encontro Sul-Mineiro de Cafeicultores, entre outros. Estamos com 49% de execução com recursos do Tesouro.

Saúde em Casa tem execução de 51%. Esse projeto foi iniciado em abril e já faz o atendimento de 2.994 equipes de Saúde da Família, em conjunto com Municípios e o governo federal.

Regionalização da assistência à saúde. Temos investimentos significativos nos hospitais regionais e microrregionais, o que também será apresentado à tarde, em detalhes. Execução do Tesouro, 45%. Só temos recursos do Tesouro nesse projeto.

Saneamento básico: temos um total de obras em andamento em esgotamento sanitário só em 2005, de R\$431.000.000,00 no orçamento da Copasa, e de abastecimento de água de R\$159.000.000,00. A execução é zero. Estamos executando esse projeto com recursos do orçamento fiscal da Copasa e alguns investimentos relativos ao orçamento de 2004. Portanto, não aparece aqui porque são restos a pagar de 2004.

Lares Geraes é um projeto que teve grande impulso a partir de 2005. Contratamos a construção de 10.500 casas, com a execução de 7% do Tesouro Estadual.

Estrada Real, vários resultados na área, com a execução de recursos estaduais de 23%.

Espero ter sido mais claro e transparente na execução dos projetos estruturadores e das ações de governo. Não acredito que haja outro ente da Federação, talvez algum Município, no plano de Estado federado, ou mesmo da União, que tenha tanta transparência em seus números e esse foco em seus projetos estratégicos.

Para 2006 e 2007, apresentarei apenas a elevação do orçamento por área. Isso será abordado pelos gerentes nos grupos temáticos. Para o desenvolvimento econômico, estão previstos recursos de R\$14.000.000,00 do Tesouro para 2006, e R\$130.000.000,00 de todas as fontes, um aumento de 66% dos recursos do Tesouro e, de todas as fontes, 6%. Esse valor é baixo, porque estou considerando apenas o orçamento fiscal.

O orçamento das empresas, como a Gasmig, a Cemig e a Copasa, não entra aí.

Desenvolvimento social. Tesouro, R\$580.849.473,00, uma elevação de 104% dos recursos do Tesouro ligados a desenvolvimento social. Em 2005, saímos de um crédito inicial de R\$285.000.000,00 para R\$580.000.000,00. Esse é o dado que consta no documento que está na Assembléia. E uma elevação de todas as fontes de 64%.

Gestão pública, uma elevação dos recursos do Tesouro de 256%, e, de todas as fontes, de 205%.

Infra-estrutura, de R\$19.000.000,00 para R\$207.000.000,00, elevação de quase 1.000% nos investimentos.

Gostaria de associar essas informações ao início da minha fala. Essa elevação de investimentos só foi possível, dado o equilíbrio fiscal. Seria impossível o governo do Estado de Minas Gerais falar de investimentos da ordem de R\$1.600.000.000,00 sem o equilíbrio fiscal.

Encerro minha fala deixando claro o papel da gestão pública responsável para a elevação dos investimentos e da produção de resultados para a sociedade mineira. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Informamos ao Plenário que os participantes deverão formular perguntas ao expositor por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Solicitamos aos participantes que se identifiquem com nome completo e entidade que representam, dispensando a formalidade das saudações para que possamos agilizar os trabalhos. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para a resposta. Propomos blocos de cinco perguntas. Informamos também que o debate na parte da tarde será fundamental e pedimos aos participantes que dêem a sua contribuição nos grupos temáticos.

Debates

A Sra. Presidente - Pergunta de Ludovico Pinto, Vereador de Três Marias, dirigida ao Subsecretário Tadeu Barreto: "O senhor falou em segurança apenas para a Grande BH. O meu Município, Três Marias, é referência em organização social, mas não tem o que é obrigação do Estado. Falta viaturas e o efetivo é insuficiente. Como o senhor explica isso?"

O Vereador Vicente de Paula, da Frente Sul-Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pergunta ao Subsecretário: "Há, no orçamento, previsão de construção de centro de internação para adolescentes no Sul de Minas?"

Antes das respostas, com a palavra, o Sr. Aloísio Lopes, Presidente do Sindicato dos Jornalistas.

O Sr. Aloísio Lopes - Bom dia a todos. Cabe ressaltar a importância desta audiência pública para a sociedade civil. É um espaço democrático para discutir o orçamento público, iniciativa inovadora no Brasil. É uma oportunidade fundamental para democratizar a gestão pública.

Estamos, a cada dia, aperfeiçoando a democracia; tanto é que acabamos de sair de um referendo em que o povo brasileiro pôde dar sua opinião a respeito do porte de armas. São igualmente importantes os plebiscitos que defendemos em relação à transposição do Rio São Francisco, ao leilão dos postos de petróleo e à dívida externa.

Peço licença à Mesa para falar rapidamente de um assunto não relacionado ao Orçamento público. Na luta pela democracia, muitos brasileiros se destacaram, alguns ainda estão vivos, outros mortos, até mesmo por assassinato.

Estou dizendo isso porque hoje, 25 de outubro, estamos lembrando a morte do jornalista Vladimir Herzog, que, há 30 anos, foi assassinado no Doi-Codi de São Paulo. Para os jornalistas e para as entidades democráticas da sociedade civil, ele se tornou um símbolo da democracia.

O Sindicato dos Jornalistas realizará hoje, em homenagem a Herzog e às instituições democráticas, um ato pela liberdade de imprensa. Convidamos os parlamentares e os presentes para se juntarem a nós.

O Deputado André Quintão - Bom dia aos participantes deste evento.

Conforme previsto na programação, o Subsecretário fez uma importante exposição sobre o assunto em pauta, e, nos grupos, teremos a oportunidade de aprofundar projeto por projeto, do ponto de vista de metodologia de execução orçamentária, de referências e metas.

O primeiro ponto que devemos frisar é o processo. Com o apoio de pessoas e entidades que acreditam no processo, estamos desenvolvendo na Assembléia Legislativa uma metodologia de acompanhamento participativo do planejamento de políticas públicas no Estado de Minas Gerais, fortalecendo o papel de fiscalização do Poder Legislativo. Isso é muito importante.

Faço questão de ressaltar essa experiência, que, de forma inédita, iniciou-se no Brasil a partir de 2003, e dizer que temos trabalhado em parceria com a Secretaria de Planejamento.

Estamos conseguindo fazer esse debate sobre as metas, que, muitas vezes, fica distante da população e das entidades. Fico feliz quando o governo vem a nós prestar contas, explicar por que um projeto tem execução orçamentária de 99% e merece aplausos, por que outro tem 0%, e outro, 13%. Independentemente das motivações e de críticas ou elogios na gestão, essa é a discussão mais importante. E é papel do Legislativo fazer isso. Não podemos perder a oportunidade.

Hoje temos uma metodologia de acompanhamento de execução. Já podemos avaliar as metas físicas de 2004, porque não basta avaliar a execução orçamentária. É preciso ver as metas. Chegaremos, tenho certeza, em pouco tempo, à avaliação do impacto das políticas públicas na vida do cidadão. Esse caminho é muito importante. Não podemos perder essa chance.

A exposição não é dirigida ao atual governo do Estado. A morosidade na execução orçamentária, revelando problemas de gestão pública, é um problema dos governos. Analisando a execução orçamentária de 2004, acredito que alguns projetos ficarão devendo. Temos projetos com 8%, 13%, 19% e 0,62% no final de 2004. Faremos essa avaliação nos grupos. São projetos como o da revitalização do São Francisco, o Minas sem Fome, o Estrada Real, o Saúde em Casa, entre outros. Nos grupos, será importante que sejam apresentadas justificativas e explicações sobre a execução orçamentária tímida, que também está presente em 2005. Temos programas estruturadores, portanto prioritários, com 3%, 1,45%,

7% e 2% até o dia 30 de setembro, em áreas também fundamentais. É o papel de fiscalização da Assembléia.

Outra questão importante são as emendas populares. No ano passado, felizmente, conseguimos aprovar 35 emendas populares, entre 45 emendas aprovadas. Aumentamos o Orçamento em R\$4.500.000,00 com emendas populares. Uma dessas emendas, em 2003, criou o Projeto nº 31, de inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Esse programa tem dez projetos com emendas populares. Na execução orçamentária um pouco mais esmiuçada desse programa, percebemos que seis dessas emendas populares estão com execução inferior a 15%, e três emendas estão com a execução entre 20% e 50%. Ou seja, as emendas populares no Projeto nº 31 são aquelas que têm uma execução orçamentária abaixo da média do próprio programa, que tem 35% de execução média. Sabemos que a credibilidade do processo depende muito da execução das emendas apresentadas pela sociedade civil. Essa questão é fundamental. O Projeto nº 31 não é importante apenas porque se refere à área social, mas sim porque é um projeto oriundo de emenda popular e merece um carinho e um acompanhamento especial.

Desses seis projetos com execução inferior a 15%, cinco são custeados com recursos próprios do governo do Estado. Então, não existe a argumentação de que é recurso do governo federal que não veio ou de empréstimo que não chegou. São recursos próprios do governo do Estado. Falo sobre essa questão em nome da credibilidade do processo participativo, que vem sendo construído com muita seriedade por parte da Assembléia, de entidades e da Secretaria de Planejamento.

Por fim, quero dizer que o mesmo acontece na área da criança e do adolescente. Na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente foi apresentado um diagnóstico da execução orçamentária do orçamento da criança pela Frente de Defesa. Temos cinco a seis projetos da área da criança e do adolescente com execução zero. Apontaremos isso nos grupos de trabalho, na parte da tarde. Criança e adolescente são prioridade absoluta, de acordo com o Estatuto da Criança. Na área da criança e do adolescentes não podem faltar recursos próprios, principalmente quando muitos desses projetos são de recursos ordinários, próprios do governo do Estado. E no acréscimo de recursos para o próximo ano, que é outro dado importante, temos um crescimento aproximado de 27%, em média, do orçamento nos projetos estruturadores. Mas, na área social, por exemplo, o Projeto nº 31, que é um projeto popular de inclusão social de famílias pobres, temos um decréscimo de 11%. Temos um acréscimo geral e um decréscimo de 11% exatamente no projeto resultado de emenda popular voltado para a inclusão social de famílias pobres, que tem como foco principal a criança e o adolescente.

Falei sobre isso na conferência da assistência ao Secretário de Planejamento, Anastasia. No bolo do recurso orçamentário dessa revisão, precisamos ampliar o recurso para a área social.

Tão importante quanto o choque de gestão é o choque social, ou seja, recursos para a área social. A execução orçamentária da área social é menor, se for comparada com o crescimento da previsão do orçamento para 2006. Estamos vendo uma Defensoria Pública forte pedindo mais recursos. O objetivo é priorizar ações voltadas para a defesa do cidadão mais pobre, que precisa de defesa pública, da participação do Estado na defesa de seus direitos.

Faremos várias observações aos grupos de trabalho. O projeto Minas sem Fome está tendo uma grande redução. A justificativa é que os convênios federais não foram renovados. O governo do Estado está aumentando 500 milhões no investimento dos projetos estruturadores. O combate à fome em Minas não é prioridade do ponto de vista de recursos próprios? O Suas é a grande prioridade nacional. Quem trabalha nessa área sabe disso. Queremos a oficialização de 3 milhões de contrapartida, que correspondem a 0,4% do bolo do recurso denominado investimento social. Isso não é garantido, é a primeira reivindicação da conferência estadual, que reuniu 2 mil delegados da área da assistência social.

Neste momento importante, não estamos aqui simplesmente para homologar uma apresentação, mas exercer esse debate crítico. Reconhecemos que houve avanços. É importante que se diga isso. Concordo com o Subsecretário Tadeu: o foco, a metodologia, o gerenciamento intensivo, a seriedade dos gerentes, a presença do governo é muito importante. Faço questão de registrar isso sempre. Como militante e como pessoa que se debruçou sobre o orçamento social, entendo que esta é a oportunidade de promovermos um choque social no orçamento para o ano de 2006. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Antes de passar às considerações do Subsecretário, informamos que os grupos de trabalho se reunirão às 14 horas, na Escola do Legislativo, na Av. Olegário Maciel, 2.161. Será a oportunidade de todos os movimentos sociais darem sugestões sobre diferentes temas. Os grupos são: Educação, Cultura e Turismo, Saúde e Habitação, Segurança e Inclusão Social. Amanhã, às 8 horas, os demais grupos farão seus debates: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, Fomento ao Desenvolvimento, Infra-Estrutura de Transporte e Logística, Planejamento e Gestão.

Repetindo: hoje, às 14 horas, na Escola do Legislativo, farão seus debates os seguintes grupos: Grupo 1 - Educação, Cultura e Turismo; Grupo 2 - Saúde e Habitação; Grupo 3 - Segurança e Inclusão Social. Com a palavra, o Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Serei bem objetivo. O Vereador Ludovico Pinto Júnior, de Três Marias, indagou sobre investimentos específicos no Município. No que diz respeito ao programa de interiorização de segurança, destinamos R\$25.000.000,00 para cidades como Montes Claros, Uberlândia, Teófilo Ottoni, entre outras. Acho interessante que essa pergunta específica sobre Três Marias seja dirigida ao gerente ou ao gerente adjunto do grupo temático, que poderá fornecer mais informações sobre viaturas, armamentos, contingentes de polícia e reformas de delegacias, porque não tenho aqui informações sobre esses temas específicos. Gastamos neste ano R\$25.000.000,00 no programa de interiorização de segurança. Estou falando sobre investimentos em equipamentos de maneira geral e em viaturas.

O Sr. Vicente de Paula fez uma pergunta sobre a previsão de construção de centro de internação do adolescente no Sul de Minas. Na verdade, temos investimentos na interiorização da segurança nas cidades de Varginha, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Poços de Caldas. Para 2006, pelo que está definido até agora, não há a previsão de centro de internação de adolescente para o Sul do Estado. No próximo ano, teremos em Itaúna, Ubá, Igarapé, Pirapora, Araguari, Santa Luzia e Ipatinga. Isso é o possível. A evolução da nossa discussão é saber que planejar e fazer orçamento é alocar recursos não mais tão escassos, mas limitados. Nunca conseguiremos atender todas as demandas sociais no período de um ano, temos de fazer escolhas. É por isso que esse processo é muito rico.

Nesse aspecto, refiro-me às ponderações do Deputado André Quintão, no intuito de ressaltar o processo. O Executivo está colocando essas questões com a maior clareza, pois acreditamos que a participação da sociedade ajudará também na execução dos projetos. Não é só o envolvimento para sugerir eventuais mudanças, mas de participar também da execução das propostas de soluções. Se pensarmos, por exemplo, na questão do adolescente infrator, veremos que é um problema complexo. O Estado federado não tem condições de enfrentar sozinho uma questão dessa magnitude. Precisa de parcerias com os Municípios, com organizações da sociedade civil - que são fundamentais - e também com o governo federal, que precisa ocupar-se da segurança pública com maior ênfase.

O acompanhamento de metas e a avaliação de impactos também é uma meta do Executivo Estadual. Temos melhorado cada vez mais nossos sistemas de monitoramento da execução dos projetos estruturadores. Somos mais humildes quanto à avaliação de impactos e caminhamos mais devagar, porque não é algo simples de fazer.

Quereria começar, Deputado André Quintão, pela sua última ponderação: Minas sem fome. Vamos aumentar o recurso do Tesouro Estadual em 7.878%, em 2006. Aumentaremos os investimentos em desenvolvimento social, com recursos do Tesouro, em 104%. Temos de compreender

que o desenvolvimento social envolve outras questões além da assistência social. Ela é fundamental, o governo está sendo inovador na implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas. Acabamos de fazer um crédito suplementar de 3 milhões para a implantação do Suas. No entanto, o apoio ao desenvolvimento social envolve investimentos significativos na saúde, por exemplo. Que programa é mais importante que o Saúde em Casa? É importante também atuar na regionalização da saúde e equipar os hospitais no interior. Na área da educação, desde a campanha do Governador, o compromisso é ampliar o período escolar para nove anos e receber alunos de seis anos. Isso já está concluído, estamos partindo para o terceiro ano. Esses são investimentos sociais.

Quanto às questões mais específicas, espero que a gerente possa explicar por que não conseguimos executar mais que 15% dessas cinco ações resultantes de emendas parlamentares com recursos do Tesouro Estadual.

Por isso temos gerentes responsáveis e servidores públicos comprometidos com os projetos, para que nos possam responder quais foram efetivamente as restrições para execução das cinco emendas populares que tinham recursos do Tesouro Estadual. São esses os meus comentários.

O Sr. José Fernandes Pacheco - Bom dia a todos. Ao longo da exposição do Secretário, o Carlão e eu "focamos" bastante - gostamos disso. Elogiamos muito a sua apresentação, a forma respeitosa como o Estado a expôs, mas encontramos alguns pontos, logo vistos também pelo Deputado André Quintão.

Acredito que um planejamento precisa esclarecer as prioridades. Para nós, a revitalização do Rio São Francisco é prioridade, mas consta apenas como nota de rodapé nesse planejamento. Literalmente, a Ação nº 1.030 está lá embaixo, apenas com o título.

Ontem o senhor se referiu a "stop and go", lembrei-me de fazer "stop and back". Houve uma discussão a respeito da revitalização do Rio São Francisco, e disseram que a Copasa alocou para a recuperação do rio recursos correspondentes a 10% do que ela polui. Quer dizer, a empresa nem indeniza os danos que causa ao rio. Essa é uma observação.

A outra observação se refere à fala do Deputado André Quintão quando disse que a questão da criança é prioridade absoluta por causa do estatuto. Digo que é mais do que isso, essa prioridade está na nossa Constituição Federal.

Quando o Governador Aécio Neves tomou posse, havia sério problema: onde colocar os adolescentes que precisam de medidas socioeducativas? A menos que esteja enganado - admito essa possibilidade, assim como no item anterior a respeito dos recursos da Copasa -, não vejo manifestação de que o governo resolverá o problema dos 53 adolescentes dos Municípios de Betim e Contagem que estão jogados entre criminosos, porque não há lugar apropriado para eles.

A Sra. Presidente - Pergunta de Millon Henrique de Oliveira, da Associação dos Deficientes do Oeste de Minas: "Estão garantidos recursos para a fonte de custeio da implantação da lei que garante o passe livre intermunicipal para deficientes e carentes? Essa lei existe há mais de 15 anos e até hoje não foi implementada".

Pergunta de Henrique Maia dirigida ao Dr. Tadeu: "Qual o apoio financeiro e técnico do governo federal ao programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco?".

Pergunta do Engenheiro Mecânico Nísio de Souza Armani: "Dr. Tadeu, com relação ao saneamento básico, o esgotamento sanitário implica também em tratamento do esgoto sanitário?".

Com a palavra, o Sr. Renato Barros, para questionamento oral.

O Sr. Renato Barros Costa - Bom dia a todos. Parte da minha pergunta foi respondida um pouco pelo Deputado André Quintão, quando disse que na discussão dos grupos poderemos esmiuçar mais as áreas afins nas quais nos inscrevermos, mas não posso perder a oportunidade de fazer algumas considerações, com base nas exposições feitas, para destacar alguns pontos.

O primeiro deles é em relação à Oscip que foi citada. Várias Oscips estão sendo instaladas. Não poderia deixar de falar, na questão da saúde, sobre a Oscip que foi constituída no Pronto-Socorro de Venda Nova, em Belo Horizonte, onde o Estado, ao longo dessa semana, desativará o setor de politraumatizados, reduzindo o atendimento na portaria. Desativará os PAs para a transformação desse hospital, que é de urgência e emergência, em hospital de área fechada.

Em várias oportunidades apresentamos o nosso posicionamento. Defendemos as ONGs, mas entendemos que uma Oscip não é pertinente à área de saúde. Sobre essa primeira medida, estamos, conclamando a Frente Parlamentar da Saúde, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para fazer essa discussão. Na parte da tarde, esperamos aprofundar essa discussão sobre o nível de investimento que está sendo feito por esse governo na área da saúde. Aachamos que o recurso ainda é ínfimo.

Também queria discutir um pouco mais sobre os planos de carreira. Tivemos a oportunidade de aqui discutir os planos de carreira dos trabalhadores das áreas de saúde e educação. Dissemos claramente ao governo que o plano ora apresentado não atendia aos trabalhadores da saúde, e algumas categorias ainda permanecem em greve. Esperamos que o governo tenha sensibilidade de manter a negociação dos pontos apresentados nesta Casa, com assinatura das lideranças partidárias. As negociações foram fechadas pelo Governo. Esperamos que a Casa invista para atender os pontos que foram acordados.

Seria esse o meu questionamento. Na parte da tarde aprofundaremos na questão da minha área específica, a da saúde. Temos de melhorar e tirar algumas rubricas que não nos atendem e são contrárias a tudo aquilo que está previsto pelos conselhos de controle social.

A Sra. Presidente - Pergunta de Adriano Porto, do Sindicato dos Economistas: "Qual o percentual de recursos federais na viabilização dos projetos do PPAG em convênios e recursos para financiamento à Copasa, Cemig, Gasmig ou outras empresas estatais?".

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - O primeiro comentário, feito pelo Sr. Pacheco, a respeito da revitalização do São Francisco, no pé de página, não sei que documento é esse. Só para esclarecer, nenhum documento nosso sobre o Rio São Francisco é distribuído pelo Executivo Estadual. Só um comentário sobre essa questão do pé de página. A questão do Rio São Francisco e o meio ambiente está inserida no núcleo estratégico do governo. É o Objetivo Prioritário nº 4, gestão ambiental, século XXI, uma ocupação do Secretário de Meio Ambiente, de integração das três entidades de meio ambiente. Estamos fazendo várias ações, na Copasa. Não consigo comentar a sua informação de que o investimento da Copasa signifique apenas 10% do que ela polui. Não entrarei nesse debate, isso poderá ser esclarecido mais a tarde, com engenheiros da Copasa ou com o gerente do projeto. Estamos investindo significativamente na bacia do São Francisco; há investimento da Copasa, o projeto de manejo integrado de bacias, por meio da Emater, entre outras atividades da revitalização do São Francisco. Estamos priorizando a meta Rio das Velhas - 2010. Conhecemos o tamanho e a dimensão desse projeto. Esperamos contar também com recursos do

governo federal.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Só estou querendo esclarecer que não foi o Poder Executivo que preparou esse documento. Sobre o Orçamento da Criança e do Adolescente, na verdade li o documento do Ipea que chama de Orçamento da Criança e do Adolescente todos os investimentos sociais que buscam atender à criança e ao adolescente. Portanto, se vamos falar do Orçamento da Criança e do Adolescente, o documento oficial, a que tive acesso, inclui investimentos em educação e saúde.

Quanto à sua pergunta específica sobre Betim, está previsto um centro de internamento para os adolescentes de Betim, com 80 vagas.

O Sr. Milton pergunta sobre o passe livre intermunicipal. Pedirei a alguém da área da Sedese que responda à sua questão porque não tenho condições de fazê-lo, dada a especificidade do questionamento.

O Henrique pergunta sobre o apoio financeiro e técnico do governo federal ao Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco. Esta questão poderá ser abordada em detalhes pelo gerente do grupo temático.

Com relação ao saneamento básico, esgotamento sanitário implica também tratamento de esgoto sanitário. Há um tratamento primário, a que se segue o secundário. Mas quando falamos em saneamento básico, tratamento de esgoto, inclusive o do secundário, estamos nos referindo a centenas de milhões de reais. Começamos pelo tratamento primário a fim de ter condições de prosseguir na tarefa, que deve ser enfrentada com outros entes da Federação. O Estado Federado sozinho não consegue resolver essa questão. São muito altos os valores para o tratamento de esgoto, principalmente o secundário. Mas estamos nos ocupando disso. A ordem de início dos trabalhos na ETE Onça foi dada na semana passada. Está prevista a primeira etapa do tratamento do Onça para março ou abril do próximo ano, representando um avanço significativo no tratamento de esgoto da Bacia do São Francisco. São R\$156.000.000,00 a serem aplicados na Estação de Tratamento de Esgoto do Onça.

Quanto aos comentários do Sr. Renato Barros sobre a Oscip de Venda Nova, não disponho de detalhes sobre o assunto e gostaria que ele abordasse a gerente que fará a exposição sobre o choque de gestão.

Quanto à Oscip na área da saúde, a equipe da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag - esteve em São Paulo para conhecer as experiências de Oscips na área de saúde. Pelo pouco que conheço sobre o assunto, há experiências exitosas. Portanto, não tenho preconceito contra trabalhar com Oscip também na área da saúde.

Quanto à questão de plano de carreira, não entrarei nesse debate, porque se trata de um assunto que não acompanho por ser de grande complexidade nas áreas da saúde e da educação. Esse assunto não é pertinente à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

"Qual o percentual de recursos federais na viabilização dos projetos do PPAG em convênios, recursos, financiamentos à Copasa, à Cemig, à Gasmig e a outras empresas?" A Copasa, como qualquer empresa de saneamento, busca recursos de financiamentos nas agências nacionais de financiamento, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal - não sei qual é o percentual.

A maior parte do financiamento da Copasa diz respeito à geração de caixa próprio. Na Cemig, idem. É uma grande empresa com grande geração de caixa. É claro que ela tem capacidade de pegar recursos não só em nível nacional, como também em nível internacional. Ela tem ações cotadas em bolsas internacionais. Ela pode buscar financiamento em vários lugares. Esse é o caso da Gasmig, que mudou de patamar com a Petrobrás. Todos os investimentos de 2005, R\$37.000.000,00, são de geração de caixa próprio. Os investimentos para o próximo ano, R\$278.000.000,00, serão para a expansão da oferta de gás. Os recursos do parceiro, da Petrobrás, serão fundamentais para a realização desses investimentos. Consegui comentar sobre a Copasa, a Cemig e a Gasmig, que hoje tem uma administração profissional e busca recursos de financiamento nas instituições disponíveis. A Copasa hoje está em discussão com o JBIC, a instituição de financiamento japonesa. Retomamos os contatos internacionais. Agora podemos captar recursos em agências internacionais.

O Sr. Matias Ribeiro dos Santos - Quero dirigir minha pergunta ao Deputado André Quintão. A violência no Brasil já chegou aos céus. Mas quero falar sobre a questão da segurança no que tange a militares. Nos Estados Unidos, quando o militar é destituído da instituição, ele tem um acompanhamento de vida pregressa. No Brasil, por que a Câmara dos Deputados e as Assembléias não criam uma lei para monitorar a vida de um policial destituído da corporação? Esse policial fica à revelia, aliando-se a quem quer que seja. Vivemos, anteriormente, um caso terrível. Um militar, fazendo curso de oficialato, deu um tiro numa pessoa numa briga de trânsito. É sabido que a Polícia Militar tem dois pesos: disciplina e divisa. Pergunto por que não criam uma lei para acompanhar esses militares destituídos? Segurança não se faz somente por meio de armas. Por opção, por princípios cristãos, votei no "sim à vida". Sabia que não ganharia. Não houve o contrapeso da balança. Como desarmar pessoas, se não se criam leis disciplinares para punir o homem? Se todos fôssem os santos, Jesus Cristo não precisaria ter descido à terra e morrer.

A outra pergunta é: "por que passamos dificuldades e não temos empregos?". Quero perguntar ao Governador do Estado por que não acaba com o desemprego e por que os pátios dos Detrans, das Prefeituras e das delegacias estão lotados de veículos apodrecendo. Queria dirigir minha pergunta ao Ministério Público, porque é ele quem julga as causas.

A Sra. Regina Mendes - Bom-dia. Estivemos este ano com o Governador de Minas, que lançou o selo dos 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos o compromisso do Governador de que a questão da criança e do adolescente será uma ação prioritária de governo. Como representante do conselho estadual, quero dizer que todo o conselho se empenha em captar recursos de renúncia fiscal para investimento na área da criança e do adolescente. O Fundo não tem alocação do governo para investimento na área da criança e do adolescente. O Conselho tem dificuldades de infra-estrutura, e sabemos a dificuldade que é governar um Estado da dimensão de Minas Gerais. O Conselho tem uma atuação estadual, e, sem mecanismos efetivos de comunicação, não temos como fazer um bom trabalho.

Só para citar alguns exemplos, o Conselho é responsável pela elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e tem um plano de combate à violência e ao abuso sexual, mas não temos sequer um "site" para estar em contato com os conselhos municipais. Precisamos de maior alocação de recursos governamentais no Conselho Estadual e no FIA.

Outra questão que desejo apontar é a baixa execução orçamentária em diversos programas. A Frente de Defesa e os representantes não governamentais procuram acompanhar a execução orçamentária, e, depois de mapear todo o trabalho infantil em Minas, vimos quanto ele ainda está presente no Estado. Precisamos investir nisso. Os recursos são alocados, mas ainda temos uma baixa execução orçamentária: 35%. Gostaria de ouvir o representante da Secretaria de Planejamento e os Deputados representantes da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente. Obrigada.

A Sra. Presidente - Pergunta da Sra. Elizete Aparecida Mota, da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, ao Secretário: "Há uma perspectiva de melhora nas doações de órtese e prótese pelo governo?"

Pergunta do Sr. Fábio de Souza Luiz, da Prefeitura de Betim: "Pergunto como cidadão, e não como representante da instituição em que

trabalho. Na apresentação do PMDI, falou-se sobre a revitalização de algumas centenas de quilômetros de asfalto das rodovias estaduais, entre outras ações de recuperação dessas rodovias. No início deste ano, em uma das estradas estaduais do Município de Betim, nove funcionários públicos perderam a vida em um acidente que aconteceu sobre uma ponte em que passa apenas um veículo de cada vez. Moradores e familiares mobilizaram-se para pedir a construção de outra ponte, e, conforme o noticiário da TV, a obra não poderia ser feita por não haver recursos para esse fim. Por favor, comente essa aparente controvérsia".

Pergunta do Sr. Marinho Miranda, assessor de planejamento, da Casemg: "No planejamento estratégico da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como está sendo tratada a questão de armazenagem, considerando que a Casemg, embora conserve Minas Gerais no seu nome, já não é uma empresa estadual e vinculada à Secretaria de Agricultura?".

Rosilene Rocha, do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social: "Com a implantação do Suas, Minas deve-se organizar para sua adesão ao Sistema e acessar novos recursos federais. Como a proposta orçamentária de 2006 pode propor um decréscimo de quase R\$3.000.000,00 para assistência social, justamente um corte para os mais pobres, o que corresponde a 11,68% em relação ao valor nominal do crédito autorizado em 2005? É o Projeto Estruturador nº 31".

A última pergunta deste bloco é do Vereador Daniel Ramos, da Câmara Municipal de Águas Formosas: "Quais as verdadeiras razões para ligação do programa Luz para Todos? As escolas do Município não receberam água tratada, e o Minas sem Fome, há dois anos, não chega a Águas Formosas".

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - A questão referente à criança e ao adolescente realmente é fundamental e determinante para o desenvolvimento social de Minas e do Brasil. A respeito das estruturas de conselhos, sei que melhoramos a implantação do sistema de informação para a infância e a adolescência nos Conselhos Tutelares Municipais, núcleos de Ipatinga, Varginha, Caxambu, Patos de Minas, Uberlândia e Juiz de Fora, e fizemos o monitoramento "in loco" em 20 Municípios. Quer dizer, algo está sendo feito, apesar de insuficiente, para tentar promover a erradicação do trabalho infantil. Mas há outras ações em andamento.

Com certeza, a questão da criança e do adolescente será tema de discussão do processo legislativo. Poderemos avançar nessa área, que, efetivamente, é prioridade do governo, tanto que incluímos nesses projetos estruturadores, em negociação com a Assembléia Legislativa, o Inclusão Social das Famílias Vulnerabilizadas. E também elevamos os recursos de 2004 para 2005 e os mantivemos no mesmo patamar para 2006. Como disse, a gerente do projeto poderá dar maiores explicações sobre ações específicas.

A respeito da tragédia na estrada estadual de Betim; na verdade, audiência popular serve também para que sejamos informados de demandas evidentes, ou seja, a existência de uma ponte em situação precária deve chegar ao conhecimento do órgão que faz o planejamento do investimento na recuperação das estradas estaduais.

Só para lembrar, a malha rodoviária estadual é constituída de 13.000km. O que conseguimos fazer ainda é pouco para recuperá-la totalmente. No entanto, já trabalhamos 2.500km em 2004 e, em 2005, atingiremos 4.700km, quase 5.000km. Portanto, 50% da malha rodoviária estadual será recuperada. O Governador tem apresentado algumas propostas sobre a transferência da Cide para os Estados para, eventualmente, melhorarmos o investimento na infra-estrutura rodoviária.

A Casemg é hoje uma empresa federalizada. Como não há nenhum projeto estruturador envolvido diretamente com armazenagem, particularmente não tenho informações sobre esse tema.

A questão do Suas e de assistência social é uma discussão recorrente. Serei repetitivo se comentá-la novamente agora.

O Minas sem Fome e água tratada na escola não atingiram Águas Formosas. É vantagem da audiência pública receber informações precisas. Se efetivamente a escola estadual de Águas Formosas não tem água tratada, gostaria que essa informação me chegasse pessoalmente, porque é decisão do governo resolvê-la. Tentaremos viabilizá-la o mais rápido possível por via da Copasa ou de outra forma.

Por sua vez, o Minas sem Fome não consegue chegar aos 853 Municípios. Estou vendo o gerente ali, que faz tudo, mas atingir todos eles é impossível. Imagino que algumas cidades próximas de Águas Formosas devem ter o Minas sem Fome, mas não conseguimos atingir todos os Municípios mineiros.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Deputado André Quintão, para responder à questão a ele dirigida.

O Deputado André Quintão - São duas perguntas, uma do Matias e outra da Regina, do Conselho Estadual. Primeiro, Matias, a Assembléia avançou quando aprovou mecanismos que tratam dos servidores da área de segurança que não têm comportamento condizente com suas funções, a fim de que sejam desligados, evidentemente, resguardados seus direitos de defesa nos processos próprios do serviço público. Já tivemos esse cuidado aqui, em votação há aproximadamente um ano, em uma legislação importante.

Em relação à utilização dos veículos que ficam nos pátios, isso já foi objeto de uma pergunta, em outro evento, e sua sugestão será encaminhada à Presidente da Comissão de Participação Popular, a fim de identificarmos o mecanismo próprio de regulamentação da utilização desses veículos, quando não procurados.

A Regina faz uma pergunta sobre a execução orçamentária da área da criança. Como coordenador da Frente Parlamentar da Criança, afirmo que, na conferência estadual, e até formalmente, alertamos o governo sobre a morosidade na execução orçamentária do chamado Orçamento Criança. Faço uma ressalva. Quando me refiro ao Orçamento Criança, não é apenas às políticas no campo da assistência social. Refiro-me também a outras áreas, como, por exemplo, o primeiro emprego para o jovem e a capacitação de profissionais para a área de educação infantil, o que abordarei à tarde.

O projeto de revisão de Plano Plurianual para 2006 exclui ação de capacitação de profissionais dos Municípios na área de educação infantil. Sabemos que educação infantil é uma responsabilidade municipal e esperamos que o Fundeb, incluindo crianças de até 3 anos, seja aprovado o mais rápido possível no Congresso, para que os Municípios tenham fonte de financiamento. Mas acho perfeitamente possível a cooperação técnica com os Municípios na implantação da educação infantil, o que já foi objeto de audiência pública nesta Assembléia, e é papel do Estado, assim como educação infantil, na área da assistência. Na área da assistência, sinceramente, o problema não é de gerente do programa.

Até para não termos dúvida sobre os números, o orçamento autorizado para o Projeto nº 31 para 2005 é de mais de R\$25.000.000,00; o previsto para o ano que vem é de pouco mais de R\$22.000.000,00. Fornecerei o número exato.

Projeto de Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas: autorizados, para este ano, R\$25.417.000,00; previstos, para o ano que vem, R\$22.448.000,00. Há uma redução de R\$2.920.000,00. Está no Orçamento. Se compararmos com o crédito inicial para este ano, há uma

redução de 1,81%. Os estruturadores para o ano que vem estão aumentando em mais de R\$500.000.000,00. Se aumentam o geral em R\$500.000.000,00 e reduzem o estruturador em R\$31.000.000,00, que é o Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, sinto-me no direito, como militante na área, não só como Deputado, de fazer, legitimamente - estamos aqui para isso -, a defesa de que haja redistribuição para a implantação do Suas.

No geral, essa questão da execução orçamentária não se restringe à área da assistência. Os exemplos que mencionei - Empresa Mineira Competitiva, Revitalização do São Francisco e Estrada Real - não são políticas do campo da assistência social e tiveram execução orçamentária tímida no ano de 2004.

No caso do Minas Sem Fome, até para que tenhamos a mesma compreensão que tive no Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, é evidente que há um crescimento do recurso próprio do Estado para o ano que vem. No ano passado, o recurso previsto do Estado para este ano foi de R\$112.000,00. Por que foi de R\$112.000,00? Porque o programa era majoritariamente realizado com recurso do Fome Zero. Hoje, o próprio Secretário admite na imprensa que, se conseguirmos mais convênios, poderá haver o acréscimo do previsto para o Minas sem Fome, porque 90% vem do recurso do Fome Zero, do governo federal. Quando pegamos uma base muito pequena de recurso, quando comparamos com o deste ano, é evidente que podemos crescer 7.000%, 8.000%, porque a base era R\$112.000,00. Acho muito pouco para um programa prioritário. Que bom que estão previstos R\$8.112.000,00 para o ano que vem!

São essas as observações que queria fazer, mas, na parte da tarde, vamos discutir o Orçamento Criança e toda a sua situação. Na área da saúde estamos com problema para identificar as rubricas. É uma área em que ainda não conseguimos acompanhar o Orçamento. Mas, nas áreas de educação, profissionalização e outras, estamos conseguindo fazer, não apenas no âmbito da assistência.

A Sra. Presidente - Gostaria de registrar que a pergunta relativa à criança e ao adolescente foi dirigida a todos os parlamentares que fazem parte da Frente em Defesa da Criança e do Adolescente. Também faço parte, mas me considero incluída pelas observações do Deputado André Quintão e não vou fazer referência ao assunto.

Estamos encerrando o recebimento de perguntas porque o nosso horário é até às 12 horas. Temos de ter um intervalo para o almoço, e não podemos atrasar-nos para o debate dos grupos às 14 horas, na Escola do Legislativo.

O Sr. Bernardo - Quero fazer apenas um comentário rápido sobre a exposição do Deputado André Quintão. Deputado, os seus números nunca coincidem com os números da Seplag. No caso do Empresa Mineira Competitiva, a execução é de 99%. São dados do Siafi. Em relação ao programa Minas Sem Fome, dos recursos disponibilizados pelo governo federal, que estão no caixa para execução, a Emater irá executar acima de 90% desses valores neste ano. O percentual atual é de 66%. Vou utilizar o mesmo argumento de V. Exa. Ele começou com uma base muito baixa no primeiro ano. No segundo ano, aumentamos os recursos de R\$5.000.000,00 para R\$11.000.000,00. Dobramos o valor do programa. E o valor atual é de R\$22.000.000,00. O programa não pode crescer 100% a cada ano porque existe uma decisão de alocação de recursos que deve respeitar as outras áreas do governo. Mas devemos lembrar sempre que o primeiro programa que sofreu o incremento de recursos num ambiente de restrição severa fiscal do Estado foi o programa de assistência social. Pegar o incremento no momento em que o governo ainda convivia com o déficit público, o programa de inclusão social é aquele que observa o maior aumento de recursos em termos percentuais. São essas as oscilações.

O Deputado André Quintão - Não vamos polemizar, mas existe um relatório feito pelo assessor técnico da Assembléia Legislativa Rogério Gurjão, sobre 2004, com execução orçamentária de 32% do Empresa Mineira Competitiva e de 20% do projeto Minas Sem Fome. Depois, poderemos sentar-nos para ver qual a defasagem em relação à execução de 2004, uma vez que 2005 ainda não terminou.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Primeiro, estamos com todos os números e preparados para discutir a avaliação de 2005-2006, com os dados que trouxemos de 2005. Além disso, gostaria - com toda a relevância da questão da assistência social, que é fundamental, e vejo a participação majoritária de pessoas dessa área porque esta é uma audiência pública de revisão do PPAG - de ampliar o debate. Precisamos ampliar o debate e ver outras áreas carentes, como as rodovias. Houve uma demanda na questão da ponte da região metropolitana. Estamos fazendo muita coisa, e ainda há muita coisa para ser feita. Estamos falando de uma malha rodoviária de 13.000km. Estamos conseguindo chegar ao final de dezembro com a meta significativa de 7.900km. Existem outras demandas.

Alguém se referiu aqui ao saneamento básico, ao tratamento de esgoto. Isso é seriíssimo, porque o impacto recai diretamente na revitalização do Rio São Francisco. Isso demanda recursos de centenas de milhões.

Convido os senhores a ter uma visão da revisão do PPAG e não apenas da revisão da nossa aplicação na linha de assistência social e, eventualmente, de políticas dessa natureza.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Sr. Glauco Davi de Oliveira Souza, representante da Associação dos Defensores Públicos.

O Sr. Glauco Davi de Oliveira Souza - É um prazer participar deste debate. Parabéns a Comissão de Iniciativa Popular por ter aberto a discussão dos projetos estruturadores do governo.

A Defensoria Pública se faz presente com um número representativo de Defensores, porque há uma questão na ordem do dia que nos angustia muito: a possibilidade de continuar funcionando e aplicar nossas políticas de atendimento à vista da proposta orçamentária feita pelo governo.

A Defensoria Pública goza atualmente de autonomia, em razão da reforma do Judiciário, que lhe deu tratamento equitativo, semelhante ao do Ministério Público, ou seja, concedeu-lhe liberdade para fazer sua proposta orçamentária, definir suas políticas de atendimento e independência para executá-las.

Diferentemente do que previu a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovadas por esta Casa, tal não se deu, ensejando tratamento discriminatório em relação aos demais entes autônomos que tiveram preservadas suas respectivas propostas no projeto de lei que chegou a esta Casa.

Percebo que em vários projetos estruturadores há pertinência temática com o trabalho ordinário das atribuições da Defensoria Pública. Nas áreas da saúde e da habitação, por exemplo, vejo que seria perfeitamente cabível algum tipo de inserção, de modo que a Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições, pudesse ser uma parte importante em programas de regularização fundiária, com fundamento no Estatuto da Cidade e na montagem dos planos diretores. Essa é a primeira indagação.

A segunda indagação refere-se à área de inclusão social. A Defensoria Pública já tem um trabalho permanente na área da infância e da juventude e no atendimento das mulheres vítimas de violência. Pretende estabelecer também uma política de atendimento sistemático junto aos encarcerados nas delegacias de polícia e nos estabelecimentos prisionais. A realidade que se apresenta é a dificuldade de se colocar isso em prática, na medida em que os recursos são insuficientes.

Hoje é o início de uma campanha para revisão da proposta. Indago primeiramente do Deputado André Quintão: "é viável a participação da Defensoria Pública nos projetos estruturadores referidos, se ela não dispõe de recursos suficientes para a execução de suas políticas de atendimento? Se viável, como isso se daria?".

E ao Dr. Tadeu Barreto, faço duas perguntas: "a proposta orçamentária da Defensoria Pública é, de fato, prioridade para o governo? Considerando que as propostas orçamentárias dos demais entes autônomos foram preservadas no projeto de lei que chegou a esta Casa, que parâmetros orientaram o valor estabelecido pelo governo, a nosso ver, de forma unilateral e absolutamente insuficiente no cotejo com a proposta que a Defensoria Pública lhe enviou?". Na verdade, significa cerca de um décimo daquilo que é apresentado para o Ministério Público, a quem do que é proposto para a publicidade oficial.

São números que devem ser mantidos, mas o tratamento não se deu em relação à Defensoria Pública. Queríamos, então, ter a resposta a isso, porque pretendemos sensibilizar o governo e esta Casa para uma revisão. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Percebemos que a Defensoria Pública está mobilizada, e isso é bom. A mobilização social de todos os segmentos é muito importante.

Pergunta de Mércia Xavier, do Sind-UTE: "Em que momento o programa Escola em Rede, da Secretaria Estadual de Educação, vincula metas fiscais ou recursos financeiros ao programa Inclusão Digital?".

A Sra. Maria Ângela Rocha Pereira - Bom-dia. Cumprimento os componentes da Mesa e os Deputados desta Casa, na pessoa do Deputado André Quintão, que sempre acompanhou, antes mesmo de ser Vereador, a defesa da assistência social como política pública. Vejo os Deputados João Leite, Adelmo Carneiro Leão, Maria Tereza Lara e Elisa Costa, que se agregam cada vez mais ao grupo dos defensores da assistência social como política pública.

Um dos objetivos da revisão do PPAG, claramente dito, é a ampliação da transparência e do controle social, com o qual concordamos.

O Conselho Estadual de Assistência Social vem dedicando-se cada vez mais ao entendimento da questão orçamentária e financeira. A Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho dedica-se muito a essa questão, estudando junto com a Sedese, que nos traz informações e está conosco na discussão sobre a questão orçamentária. Não se faz controle social de política pública sem entender a questão orçamentária, financeira e muito menos sem ter recursos do fundo da assistência social para desenvolver a política de assistência.

Os espaços para discutirmos a política pública de assistência social são bem-vindos. A implantação do Suas é um sistema inovador, democrático e descentralizado. É uma nova organização e gestão da assistência social em ações de proteção social, e por níveis de complexidade: proteção social básica, proteção social especial, proteção social especial de média e alta complexidades. É muito novo para todos nós. O Governador do Estado fez uma adesão ao pacto, colocando R\$3.000.000,00 de recursos para a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social - Cras -, cujos recursos estamos aguardando. A Comissão Intergestora Bipartite - CIB - já fez a pactuação desse recurso, e o Conselho Estadual já aprovou essa pactuação. Estamos aguardando a liberação para fazermos o repasse para a implantação dos Cras, que serão unidades públicas estatais de prestação de serviços sócio-assistenciais de proteção social básica.

Solicitamos que os órgãos de planejamento, gestão, do Orçamento do Estado e da Assembléia tenham sensibilidade. Conclamamos toda a sociedade para fazer essa defesa, porque não é uma questão específica da assistência social, mas da sociedade brasileira como um todo. A inclusão de famílias vulnerabilizadas é uma questão da sociedade brasileira. A implantação do Suas no País é uma responsabilidade da sociedade como um todo. Pedimos que os R\$3.000.000,00 pactuados pelo governo do Estado não constem na proposta orçamentária de 2006. A Sedese fez uma proposta de R\$4.000.000,00, que não foi aprovada. Não temos esses recursos para o próximo ano, apesar de ser muito pouco. Pedimos que todos fiquem atentos. Faremos uma discussão no grupo mostrando a necessidade de sensibilidade para que ocorra um choque social e um choque de gestão.

Há a questão da gestão, da execução orçamentária. Muitas vezes não se consegue fazer a execução orçamentária dos recursos aprovados. No próprio choque de gestão, sentimos grande falta da revitalização dos órgãos gestores das políticas públicas.

A Sedese possui 18 diretorias regionais. Há muito tempo, estamos lutando para que sejam revitalizadas, colocadas numa posição de gestão pública, porque é muito difícil chegarmos aos 853 Municípios. Se contarmos com o aparelhamento do órgão gestor da política pública de assistência social e com a revitalização dessas diretorias regionais, talvez alcancemos um nível maior de execução orçamentária.

A outra questão diz respeito aos R\$3.000.000,00. Apesar de pouco, foi um passo inicial. Parabenzamos e registramos publicamente a adesão do Governador, que colocou R\$3.000.000,00 na proteção social básica, ou seja, no co-financiamento dos Municípios.

Existe outra questão de responsabilidade do Estado que não está prevista no Orçamento nem entra como ação, ou seja, o Centro de Referência Especializado. Temos o Centro de Referência da Assistência Social - Cras - e o Centro de Referência Especializado de Ação Social - Creas -, que não possuam recursos previstos. A ação também não está incluída na proposta.

O Conselho Estadual desejou manifestar-se sobre isso, porque, como iremos discutir o assunto em um grupo específico do projeto, desejamos o apoio de todos. Obrigada.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - A Defensoria Pública é uma prioridade do governo. Os recursos orçamentários, embora julgados insuficientes por vários representantes desse órgão, foram elevados de forma significativa. No Orçamento de 2004, foram executados R\$24.641.000,00. Em 2005, R\$44.648.000,00. A proposta para 2006 é de R\$49.290.000,00. Haverá uma elevação significativa em 2006, ou seja, de 100%, em comparação com 2004. Além disso, foram tomadas todas as medidas de ordem administrativa para reforçar a Defensoria Pública, se não me engano, com contratação de novos Defensores. Essa é uma preocupação do governo Aécio Neves, particularmente do Secretário Antônio Augusto Anastasia.

Quanto à proposta orçamentária, espero haver respondido à sua primeira questão. É uma prioridade, porque subimos 100%. Insisto: não conseguimos atender a todas as demandas de orçamentos de órgãos e entidades. A receita é limitada. No que diz respeito à questão específica da Defensoria Pública, a comissão de compatibilização dos outros Poderes recebe e discute propostas do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do Poder Legislativo, levando em consideração a receita. Neste ano, as demandas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e do Poder Legislativo não foram atendidas totalmente, porque era impossível, dada a receita. Essa é uma questão muito importante, porque estamos falando sobre planejamento e orçamento público.

Abordarei algo complicado, mas, como é de meu estilo, entrarei nessa relação entre os Poderes e a questão orçamentária. Cada vez mais, o Poder Executivo - federal, estadual e municipal - fica refém de algumas autonomias administrativas e financeiras de outros Poderes. Somente o Executivo tem a obrigação de arrecadar e controlar receita e despesa. A legislação brasileira - o Congresso Nacional tem decidido isso - tem

deixado a área financeira e a questão da responsabilidade fiscal pressionada por essa autonomia.

Foi apenas uma reflexão. Temos de amadurecê-la e crescer nessa relação institucional, senão o Poder Executivo ficará sempre nessa completa dependência da autonomia dos outros Poderes.

A representante do Conselho Estadual de Assistência Social fez várias observações. Mariângela, sua intervenção foi elegante e precisa. Estamos tratando de uma questão difícil e complexa.

Parece que ficou faltando mesmo a inclusão desses recursos adicionais, que, no final do ano, colocaremos na proposta de 2006. A proposta da Seplag é rever a questão e verificar se temos espaço para incluir R\$3.000.000,00 ou R\$4.000.000,00 na referida proposta, para a continuação da implantação do Suas. A sua intervenção foi realmente muito elegante.

Quanto à revitalização das diretorias regionais, queria lembrar a complexidade da matéria. Precisávamos resolver a questão dos agentes penitenciários e estamos contratando agentes e tentando solucionar o problema. Tínhamos de realizar concurso na educação e o estamos fazendo. Tínhamos de resolver a questão dos contratos administrativos na saúde e estamos fazendo concurso na área. Enfim, várias áreas do Estado precisam de revitalização. Estamos fazendo isso, mas ainda não conseguimos atender a todas as áreas.

O Secretário Adjunto fará alguns comentários específicos sobre a educação, e queria retomar a resposta sobre Águas Formosas. O Gerente José Silva está presente e informou-me que o Minas sem Fome está em Águas Formosas, sim, com seis projetos, seis associações, num total de 56 famílias, e a atividade é a avicultura.

O Secretário Adjunto João Antônio Saraiva - Aproveitando que o Secretário Tadeu retomou a questão de Águas Formosas, quero prestar um esclarecimento. Foi dito que uma das escolas, não sei se estadual ou municipal, não possui água potável. A meta da Secretaria de Educação é assegurar a existência de energia elétrica, esgotamento sanitário e água potável em todas as escolas estaduais e municipais. A Secretaria fez um levantamento na região Norte de Minas, envolvendo também a área que vai de Paracatu até Governador Valadares. Identificamos todas as escolas estaduais e municipais nessas condições, sem água potável. A Secretária esteve na região de Águas Formosas conversando com todos os Prefeitos; já que o órgão não pode atuar isoladamente, tem de ser uma ação cooperativa com as Prefeituras. E está acertado com os Prefeitos que todas as escolas do Município, estaduais ou municipais, certamente terão água, luz e esgotamento sanitário.

Com relação à pergunta da Márcia Xavier a respeito da relação entre o programa estruturador inclusão digital e o Escolas em Rede, queria dizer que são programas distintos; o primeiro é coordenado e executado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Escola em Rede é um projeto da Secretaria de Educação incluído em dois de seus projetos estruturadores, um relacionado ao ensino médio e outro ao ensino fundamental. São projetos diferentes com objetivos e ações específicas distintas, mas que têm em comum o propósito geral de levar ao maior número de pessoas a possibilidade de acesso às informações por meio da internet e permitir que se desenvolva em Minas Gerais a cultura da informática, a fim de que todos tenham acesso às informações necessárias ao desenvolvimento do Estado. Embora distintos, os dois projetos são profundamente articulados. Nas escolas estaduais onde a Secretaria está fazendo um grande investimento em informatização, durante o período em que não estiverem sendo utilizados pela escola e pelos alunos, os laboratórios de informática estarão à disposição da comunidade, funcionando, por exemplo, como um telecentro e contribuindo para o desenvolvimento dessa cultura em todas as regiões de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini - Quero saudar todos os membros da Mesa e os participantes dessa discussão do PPAG e dizer da alegria de fazer parte de um governo que quer discutir com a sociedade a melhor maneira de aplicar seus recursos. Essa é mais uma inovação do Governador Aécio Neves: dispor-se a mandar sua equipe de governo ao Poder Legislativo, para, numa comissão de participação popular, colher informações e ajustar o plano de forma que melhor atenda a sociedade e que otimize as aplicações dos recursos.

A Assembléia Legislativa sofreu um retrocesso no passado, quando iniciamos um processo de discussão do orçamento participativo. As discussões eram feitas em todo o Estado de Minas Gerais com o objetivo de tentar identificar as prioridades de cada região. Criaram-se expectativas, e os governos executivos daquela época não cumpriram o que foi estabelecido. Houve duas falhas fundamentais. Na verdade, aquela discussão não se aplicava à discussão do orçamento. A discussão deveria subsidiar o PPAG, porque as demandas eram quantitativamente superiores ao orçamento.

Acredito que a discussão que realizamos aqui pela segunda vez, como se dispôs o governo, precisa ser melhor ajustada. Essa discussão será encaminhada, em forma de sugestão, à Comissão de Fiscalização Financeira, que é a comissão de mérito que votará o orçamento, e, portanto, poderá emendar o PPAG.

Qual o avanço que percebemos? A fala da companheira, da Assistente Social, revela-nos isso. A sociedade só pode ajudar no controle à medida que ela entenda o processo. Se a sociedade, principalmente aqueles cidadãos que têm responsabilidade de liderança, não entender corretamente os instrumentos de planejamento público, terá dificuldade de ajudar nessa fiscalização.

Acredito que começamos a dar os primeiros passos. Ainda sonho com a hipótese de Minas Gerais, que avançou no texto constitucional, verdadeiramente realize a discussão do PMDI como deve ser feita: pensar o Estado de Minas Gerais para os seus próximos 16 anos.

Trata-se, primeiramente, de a sociedade definir suas prioridades. Depois, realizaríamos uma boa discussão a partir do que foi definido no PMDI. Aí, sim, os governos apresentariam suas propostas, pois o PPAG é uma proposta, um plano de governo. Dentro daquilo que a sociedade estabeleceu como prioridade para desenvolver o Estado de Minas Gerais, nas suas diversas áreas, o governo diria em que parte do plano aplicaria os recursos. Aí, sim, na discussão da LDO, no momento em que serão definidas as prioridades para o orçamento, a sociedade entraria novamente na discussão. O orçamento viria normalmente como um resultado de tudo isso.

Essa discussão é importante, enriquece e permite também ao governo - como foi a escolha do Governador Aécio Neves - fazer um governo transparente. É bonito percebermos um parlamento que não tem de se preocupar tanto com CPIS, descasos, com desmandos, extravios, com isso e aquilo, e pode pensar proativamente sugerindo como aplicar e direcionar melhor os recursos. Esse é o papel do parlamento.

Estou muito feliz em fazer parte da Comissão de Participação Popular, que faz avançar, sem dúvida nenhuma, a democracia. Fica aqui esse meu sonho e, quem sabe, ainda possamos avançar na ampliação do processo de discussão para que não continuemos apenas a examinar o Plano Plurianual fazendo correções - porque qualquer plano, de qualquer economia, até mesmo estabilizada, e qualquer governo que tenha intenção de fazê-lo, é impossível acertá-lo em 100% quando se define o que se fará durante quatro anos, pois uma série de fatores interferem nesse processo: a economia do País, a economia internacional, as condições climáticas. O plano é fundamentado nesses projetos estruturadores, que são os alicerces que devem ser ajustados. Tudo será ajustado a partir desses balizadores, desses alicerces que são os projetos estruturadores. Necessariamente, eles sofrerão correções. Por isso existem a LDO e o Orçamento Anual. Até mesmo no Orçamento Anual, na junta de programação financeira e orçamentária, é feito um ajuste mais fino, porque tem de haver planejamento. O fato de estarmos planejando, discutindo isso, permite que, ao fazer-se o PPAG, ou ao se proporem a LDO e o Orçamento, eles terão de ter essa vinculação direta, coisa que no passado não existia.

Há pouco tempo, o PPAG era uma peça de ficção. Mandava-se qualquer coisa para cá, dentro do prazo, com números absolutamente irreais. Ainda está vindo alguma coisa assim. Acho que avanços precisam ser implementados com o objetivo de tornar cada vez mais reais esses instrumentos de planejamento, mais factíveis, mais próximos de uma expectativa real de receita e, conseqüentemente, de aplicação dessa receita.

Por isso, quero aqui falar dessa alegria de um governo que se mostra transparente e que quer caminhar com a sociedade, fazendo a sua discussão, acolhendo propostas, sugestões e, sem dúvida nenhuma, fazendo as suas correções. É isso que queria registrar, Sra. Presidente.

O Deputado José Milton - Deputada Maria Tereza Lara, Presidente desta audiência. Cumprimento os Deputados Miguel Martini, André Quintão, João Leite, demais lideranças aqui presentes e todos os representantes do governo do Estado que estão conosco.

Faço comentário das palavras do Deputado Miguel Martini, que disse que o PPAG era e sempre foi praticamente uma peça de ficção. Não era só o PPAG, o Orçamento do Estado, sempre que votávamos aqui, mesmo no meu segundo mandato, foram diversos os Orçamentos votados a cada ano. Apenas no governo Aécio Neves é que percebemos a seriedade com que os recursos do Orçamento são aplicados devidamente.

Há poucos dias, conversando com empresários de Minas e de São Paulo, percebi que eles notaram a seriedade do governo de Minas. Por isso estão aqui participando das obras de pavimentação do programa Pro-Acesso, que leva asfalto a 228 Municípios mineiros. E esses empresários falavam da seriedade com que o governo trata a questão dos compromissos assumidos com as empreiteiras. Os empreiteiros que estão tocando obras na região de Conselheiro Lafaiete, Lamim, Senhora de Oliveira e Rio Espera dizem que a Secretaria de Obras mede a obra licitada, pagando rigorosamente em dia. Temos de ficar atentos a isso, pois não adianta apenas discutir verbas, planejamento de ações, se, à frente, não há seriedade, não há compromisso de liberação desses recursos para a implementação dos programas previstos no PPAG e no Orçamento do Estado. Atesto a seriedade do governo do Estado.

Deputada Maria Tereza Lara, o mais importante é estarmos atentos à liberação dos recursos pactuados. Como bem disse a Mariângela, a liberação de R\$3.000.000,00 para ação social básica é realmente uma quantia pequena, mas, caso o governo do Estado assumia, no PPAG, o compromisso de liberação desse recurso, que realmente o faça.

Li, com muita tristeza, no domingo, no caderno de economia do jornal "O Globo", um dos mais respeitados do País, a manchete "O Barato Que Sai Caro". O assunto aborda a liberação de recursos federais previstos no Orçamento federal para o combate a pragas e doenças na lavoura e na pecuária. O artigo diz que, dos R\$109.948.000,00 previstos para serem liberados, no Orçamento de 2005, para programas de combate às pragas que assolam a lavoura e a pecuária, programas esses que garantem a exportação de 17 bilhões de produtos do campo, gerando milhões de empregos, foram liberados, até setembro, apenas 2,56%, ou seja, R\$2.818.000,00. Qual a conseqüência disso? Milhares de desempregados nos frigoríficos, um prejuízo de bilhões na exportação de carne que não será viabilizada em razão da febre aftosa, que assola o Mato Grosso do Sul, o Paraná e caminha para outros Estados. Portanto, há necessidade de o assunto ser tratado com a maior seriedade. Se os recursos de R\$109.948.000,00, previstos no Orçamento federal, tivessem sido liberados a tempo para a erradicação da febre aftosa, com certeza o País não estaria vivendo esse grave momento no mercado internacional, com franco prejuízo para a exportação da carne. São centenas de frigoríficos fechados e milhares de pais de família desempregados.

Mais importante que tratar de recursos, temos de ter a responsabilidade de cobrar e fiscalizar sua aplicação. O governo do Estado aplica com seriedade os recursos do Estado. A sociedade, aqui representada por suas lideranças, pode ter a certeza de que estamos cumprindo um importante papel social ao debater o PPAG. Acompanharemos a aplicação de cada centavo dos recursos que hoje motivam nossa discussão. Obrigado.

O Deputado João Leite - Saúdo a todos neste momento democrático vivido por esta Assembléia Legislativa, com a presença de vários gerentes de programas estruturadores. Farei um comentário e encaminharei duas perguntas.

Concordo com o Subsecretário Tadeu Barreto, como Secretário que fui da área de assistência social, dizendo que, num momento muito duro para o governo do Estado, em que houve um corte de 30% em seu orçamento, não faltaram os recursos previstos para a criança, para o adolescente e para os abrigos; imediatamente eram liberados os recursos. No tempo que ficamos ali, aconteceu dessa maneira. Tenho de reconhecer que foi nesse governo que aconteceu a retirada dos recursos da Loteria Mineira. Da própria Loteria saíam bolsas para portadores de deficiência. O governo do Estado deposita hoje esses recursos do Fundo Social de Assistência Social. Ele mostra qual é seu compromisso. O Conselho Estadual de Assistência Social determinará quais serão os portadores de deficiência a receber esses recursos. Essa é uma demonstração do que o governo faz.

Pudemos ver algo histórico acontecer, ou seja, a eliminação dos últimos espaços da extinta Febem. No Horto, chegamos a ter 400 crianças. Era um verdadeiro depósito. Hoje elas estão em casas-lares. São 12 no máximo em cada casa-lar. Cinquenta por cento dessas crianças voltaram para suas famílias.

Foi também neste governo que acabou a antiga Febem de Bom Despacho. Há 40 anos tínhamos 91 pessoas portadoras de sofrimento mental naquela instituição. Algumas voltaram para suas famílias e receberam o benefício da prestação continuada. Os que não tinham família estão em casas-lares. O governo fechou aquilo, que era uma vergonha. Encontramos ali uma situação impressionante. Encontramos um senhor que estava ali há 40 anos. Ele disparou um tiro de revólver contra um primo. Como não havia o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele foi levado para essa fazenda, permanecendo ali 40 anos. Este governo retirou aquele homem dali, e hoje ele está em uma casa-lar.

Quero encaminhar as duas perguntas. A primeira pergunta é dirigida ao Subsecretário Tadeu Barreto. Estou acompanhando a questão orçamentária. Acompanho a execução federal e a estadual. Tenho batalhado nesta tribuna por um novo pacto federativo. Ouvi que até agosto o governo federal arrecadou em impostos R\$32.000.000,00, quase dois Orçamentos do Estado de Minas. Quero saber quanto volta para Minas. Não consegui identificar no Orçamento quantos por cento da arrecadação de Minas são comprometidos com pagamentos e dívidas com o governo federal. Além do que o governo federal arrecada, gostaria de saber quanto é comprometido com a dívida federal. Todo mês Minas Gerais tem de saldá-la.

Gostaria, saudando o nosso Secretário de Educação, Prof. Filocre, de perguntar o seguinte: o governo federal enviou ao Congresso o Fundeb, esquecendo-se das crianças até 3 anos, esquecendo-se da creche. O orçamento da educação tem condição de capacitar professores ou alocar recursos para as creches em 853 Municípios de Minas Gerais? Ele tem condições de capacitar professores para a educação infantil em 853 Municípios de Minas Gerais?

A Sra. Presidente - Pergunta dirigida ao Subsecretário Tadeu Barreto: "O Orçamento do Estado para 2005 é de aproximadamente R\$25.000.000.000,00. Por que os recursos para os projetos estruturadores participam apenas de 4,7%? Os projetos estruturadores não são englobados? Vários são retirados do Ceap".

A pergunta do Sr. Evaristo de Mattos, do Conselho Municipal de Saúde, será oral. Aguardemos por 1 minuto. Pergunta do Clever, do Movimento de Luta Pró-Creche. "Por que não foi incluída, na revisão do PPAG, a capacitação dos educadores da educação infantil?".

Pergunta da Sra. Renata, assessora educacional, da Fetaemg, dirigida ao Sr. João Antônio Saraiva, Secretário Adjunto de Educação. "Minas Gerais será o último Estado do Brasil a realizar o Seminário Estadual de Educação do Campo, por meio do Mec, universidades e movimentos sociais e sem a participação da Secretaria de Estado de Educação. Por que o Estado não participa da discussão da educação para o meio rural, se as diretrizes operacionais para a educação do campo foram aprovadas em 2002?".

Pergunta da Sra. Maria Helena. "O senhor falou sobre a ampliação de vagas no sistema prisional e a segurança na Grande BH. Como fica a segurança pública na maioria dos Municípios pobres, já que a maioria das Prefeituras é que libera recursos para a segurança do seu município, principalmente no combustível, etc? Qual o papel do governo e dos Municípios na execução da segurança? Qual o percentual gasto pelo Estado na segurança pública?".

Pergunta do Sr. Domingos Nicanor, da Câmara Municipal de Itaobim, ao Deputado André Quintão. "Gostaria de saber por que o passe livre não inclui o acompanhante, já que o deficiente depende dele".

Pergunta da Sra. Liliâne Resende, do Dieese. "Se a educação aponta para a ampliação de metas físicas no atendimento a seus programas, como se justifica, na proposta da lei orçamentária de 2006, o montante para o gasto constitucional estimado em pouco mais de 1%, superior ao executado até mesmo em 2004?".

Pergunta da Sra. Terezinha Rocha, representante dos Conselhos de Saúde dos Hospitais Baleia e Odete Valadares. "Sr. Secretário, nós da saúde temos muita preocupação com a deficiência do atendimento ao usuário da saúde. O senhor fala de saúde em casa; gostaria de mais esclarecimentos. Obrigada. Parabéns à Mesa".

Pergunta do Sr. Ronaldo Manassés, do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu. "Qual o prazo de remoção e duplicação da Rodovia MG-020? Para que rodovias dentro de Belo Horizonte estão previstas as remoções e duplicações?".

Pergunta da Sra. Rosa, do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu. "Para quando está prevista a ampliação do Programa Fica Vivo e quais cidades regionais receberão essa ampliação?".

Pergunta do Sr. Salazar, da Assembléia Legislativa, ao Subsecretário. "Qual o montante de recursos passível de ser usado como fonte para as possíveis demandas oriundas das discussões dos grupos de trabalho temáticos para a revisão do PPAG? O que a Secretaria coloca à disposição para os grupos intervirem, como a mudança ou a ampliação de recursos?".

Temos mais três perguntas orais e pedimos aos inscritos que contribuam e falem em apenas um minuto, pois o nosso tempo já se esgotou. Peço a colaboração de vocês para ouvirmos o Secretário novamente, em suas breves considerações. Temos mais uma pergunta que será feita aos Deputados. Com a palavra, o Sr. Evaristo Mattos Garcia, do Conselho Municipal de Saúde.

O Sr. Evaristo Garcia de Mattos - Sr. Secretário, o reajuste fiscal é de má qualidade, porque quem paga é o salário. O recurso para o desenvolvimento está comprometido com o pagamento de juros da dívida. Em entrevista, ontem, o Governador Aécio Neves protestou contra os bloqueios dos recursos, e a reclamação aqui foi muito grande. Quer dizer, o que se faz com os recursos da Nação? Eles pagam a dívida? Eles vão lá para fora? O que é?

Só nesse governo, do ano de 2003 até a projeção para 2006, mandaremos para fora R\$244.000.000.000,00, entendo eu pela leitura popular, que correspondem a recursos de políticas sociais. O Governador não tem condições de reagir contra isso? Não pode exigir uma auditoria? O Senador Hélio Costa nos prometeu realizar uma auditoria, mas não se fez nada. Acredito que compete ao Estado exigir que esses recursos venham para cá, e não sejam enviados para fora.

Quanto ao desenvolvimento com inclusão social, pergunto se Lares Geraes, que é o mesmo que Cohab, nome fantasia da Cohab, atenderá à população das vilas e favelas, onde há centenas de famílias desestruturadas. Há uma fonte de recursos violenta, oriunda do FGTS - de onde, na gestão do governo passado, roubaram R\$110.000.000.000,00 -, do FAT, do Fundo de Assistência Social - FAS- e do Fundo de Desenvolvimento Social. Se há recursos para melhorar a vida das pessoas que moram em vilas e favelas, por que não os usam? Porque os dólares do Bird e do Banco Mundial inviabilizaram o nosso real. É isso.

A Sra. Presidente - Para suas considerações, com a palavra, o Sr. Mário, da Comissão de Mutuários da Cohab de Divinópolis.

O Sr. Mário - Felizmente acho ótimo estar aqui o Deputado Estadual José Milton, de Conselheiro Lafaiete. Os atropelos cometidos pela Cohab são inacreditáveis. Por mais que procuremos investigar, no mundo inteiro, no planeta Terra, não achamos nada igual.

No governo anterior de Itamar Franco, foi dada uma quitação conforme a Lei nº 10.150, de 21/12/2000. Essa lei foi feita exatamente pelo governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O atual Governador do Estado de São Paulo, quando era Deputado, fez a lei do consumidor. Vejam bem os senhores: são companheiros do mesmo Partido do Sr. Aécio Neves.

O governo de Itamar (...) a Lei nº 10.150, com publicação no boletim oficial da Cohab. Informou o mutuário de Conselheiro Lafaiete por telegrama, que é um documento público incontestável, para receber o documento de quitação exatamente no auditório da Cohab, na Rua Bernardo Guimarães, nº 2.640, Belo Horizonte, Bairro Santo Agostinho.

Receberam esse documento. Nós, em Divinópolis, fomos chamados por carta. Entregamos o documento solicitado pelo governo, pela Cohab, sendo o seu Presidente naquela época o Sr. Leonardo Perim, Secretário de Habitação e Presidente da Cohab. Ele assumiu dois cargos.

E o que aconteceu? Foi feita aqui uma audiência pública no dia 5/5/2004. E foi pedida pela Deputada Lúcia Pacífico uma entrevista com o Sr. Governador, a qual até hoje não se realizou. Não conseguimos chegar até ele nem ao Sr. Danilo de Castro.

O governo do Sr. Aécio Neves voltou a cobrar, por meio de uma resolução da Cohab de 5/8/2003, aquilo que tinha sido quitado no governo anterior, com documento com emblema da Cohab, adesão à Lei nº 10.150, porque ela aderiu a um documento.

Agora o que acontece? Todo governo passado por Minas Gerais recebeu o ônus e o bônus. Por que o governo do Sr. Aécio Neves não volta atrás, não faz um ato de humanidade? Esse dinheiro não é do governo do Estado, não é do governo federal nem municipal; é dinheiro do FGTS dos trabalhadores da rede privada, que quase construíram suas casas (...). Então, vou pedir ajuda para fazer uma comissão pluripartidária desta Casa, de forma democrática, e cobrar, antes que acabe o mandato do Sr. Governador.

A Sra. Presidente - Sugerimos ao Sr. Mário que, na comissão temática, amplie esse debate e faça uma proposta de encaminhamento de sua questão de ordem. Com a palavra, o último inscrito, Vereador Daniel Ramos, de Águas Formosas, a quem peço a colaboração. Entendemos que o senhor veio de longe para participar e, na sua pessoa, cumprimentamos todos os Vereadores que estão participando deste debate. É importante a participação das Câmaras Municipais, assim como a de todos os movimentos organizados. Não queremos, de forma alguma, impedir a intervenção, mas, como temos uma questão de ordem prática, solicitamos que seja breve, e que o debate mais ampliado seja feito nos grupos temáticos.

O Vereador Daniel Ramos - Procurarei ser o mais breve possível. Em relação ao Minas sem Fome, existem alguns projetos, há mais ou menos um ano e meio, mas os produtos ainda não chegaram ao Município de Águas Formosas, daí o questionamento.

No que diz respeito à Escola sem Água, a escola estadual do Distrito de Água Quente não tem água tratada, assim como mais de dez escolas municipais em nosso Município.

Durante a apresentação, observei a questão da educação no ensino fundamental e no ensino médio. Um dos problemas mais graves existentes no interior do Estado de Minas Gerais, e acredito que no interior do Brasil, pelo que os jornais de grande circulação, principalmente os televisivos, têm mostrado, é a questão do transporte escolar. Especificamente no nosso Município, crianças de 9 e 10 anos andam 12km e até 14km por dia para estudar. São crianças que saem da escola às 11h45min e chegam à casa por volta de 15 horas, sem almoço. Algumas delas chegam a ter problema de saúde.

De acordo com o planejamento existente, de que forma são feitos os convênios entre Estados e Municípios para que haja mais fiscalização em relação ao transporte escolar? Quando nós, Vereadores, tentamos fiscalizar, se não temos maioria na Câmara, nossa fiscalização é limitada. Se o advogado da Câmara não trabalha de acordo com o que o Presidente quer, também não há como fazermos cobranças. Resta-nos ir ao Ministério Público, de três em três meses. A cada dois anos muda-se o Ministério Público dos Municípios, e ficamos sem ter onde buscar recursos. Faço esta pergunta porque tenho acompanhado de perto a questão da água tratada, que está sendo abordada aqui e que muito me tem chocado.

No que diz respeito ao Luz para Todos, constantemente o governo federal dá uma justificativa, e o governo estadual dá outra justificativa. A pergunta que fiz em relação ao Luz para Todos é porque temos, insistentemente, brigado por isso. Em nosso Município as obras pararam. O governo federal disse que liberou o recurso, e parou, porque fez novas licitações. Aí, o governo estadual disse que parou porque está esperando alguma coisa do governo federal. Acho que a campanha eleitoral está começando antes. Temos de trabalhar um pouco mais. Pelos discursos que tenho ouvido aqui, parece que há muita gente com saudade do FHC. Eu não estou nem um pouco.

A Sra. Presidente - O.k., Daniel. A última pergunta, ao Deputado André Quintão e a mim, é formulada pelo engenheiro agrônomo e professor da Universidade do Vale do Rio Verde, de Três Corações - Unincor: "Gostaria de uma posição da Deputada Maria Tereza Lara ou do Deputado André Quintão após as colocações que se seguem: o Estado de São Paulo atingiu o nível de produção científica e tecnológica quando, efetivamente, houve o repasse integral dos valores previstos na Constituição daquele Estado em valores percentuais para a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp -; Minas Gerais é o Estado que detém o maior número de universidades federais e centros universitários federais da União, portanto tem um número significativo de pesquisadores; o Estado de Minas Gerais tem um grande número de universidades privadas qualificadas e muito bem acompanhadas, pelos dados do MEC.

Diante do exposto, como podemos cobrar o repasse efetivo de 1% de ICMS estadual para a Fapemig, uma vez que atualmente esse valor não atinge 0,55 do ICMS estadual? Há que se considerar que o desenvolvimento social passa, obrigatoriamente, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e novos conhecimentos científicos.

O Secretário Adjunto João Antônio Saraiva - Respondendo ao Deputado João Leite que indagou se a Secretaria de Educação teria condições e recursos para executar um programa de capacitação de professores de educação infantil nos 253 Municípios, o que a Secretaria tem feito nessa direção é, em primeiro lugar, ao ampliar o ensino fundamental para nove anos, ela já incluiu uma parte do que era a educação infantil no ensino fundamental, que são os alunos de seis anos. Portanto, o ensino fundamental ficou menor em Minas Gerais. Isso significa que quase 150 mil alunos novos, de seis anos, foram incorporados ao sistema estadual de ensino. Além da rede estadual ter passado a adotar esse esquema de ensino fundamental de nove anos, dos 853 Municípios, apenas 100 não adotaram o ensino fundamental de nove anos, que está quase universalizado em Minas Gerais.

Quase 90% das crianças de seis anos aqui em Minas Gerais já têm um lugar garantido no ensino fundamental. Evidentemente, esses professores precisam ser preparados. São duas ações distintas. Uma é como preparar esses professores que estão trabalhando com os garotos de nove anos, que eram da educação infantil e vieram para o ensino fundamental.

O Estado desenvolve um programa amplo de capacitação com todos os professores que lecionam com as crianças de seis anos em todos os 853 Municípios. Então, nesse caso, está abrangendo todo mundo. No caso dos Municípios, todos que adotaram o ensino fundamental de nove anos também têm o apoio técnico pedagógico da Secretaria de Educação, recebem os materiais e toda a assistência que a Secretaria pode oferecer para que esses professores desenvolvam um bom trabalho com esses alunos. Mais especificamente, a Secretaria tem assumido um compromisso com as Prefeituras da seguinte forma: não pode haver professor-leigo lecionando para essas crianças. Todos os professores que trabalham com as crianças de seis anos até o final da 4ª série precisam ser formados. A idéia é não ter em Minas professores leigos nessa área. Na rede estadual, que é quase zero, e especialmente na rede municipal. Em Minas Gerais ainda existem 2.800 professores leigos atuando nesse nível de ensino. O compromisso é o Estado bancar para os Municípios a despesa com a capacitação, a formação desses professores leigos que atuam nesse nível de ensino, desde que no Município não exista professor formado.

A Secretaria tem o levantamento dos Municípios onde há professor formado para lecionar nesse nível, e, apesar disso, o Município continua contratando o professor leigo. Nesse caso, a Secretária não banca as despesas de formação, mas em todos os Municípios onde não existe professor formado, a Secretaria tem o compromisso de assumir o custo de formação do professor, para que se alcance rapidamente a meta.

Para as crianças, o Estado tem feito e vai proporcionar aos Municípios um curso de capacitação. Os recursos são limitados, a Secretaria acabou de receber R\$300.000,00 para investir na formação de professores da educação infantil, até cinco anos. O plano ainda não está inteiramente elaborado, mas o recurso disponível na Secretaria para capacitação desses professores é dessa ordem.

Em relação à indagação da Renata sobre educação no campo, o que posso dizer é o seguinte: a Secretária de Educação, a Profa. Vanessa, tomou para si, pessoalmente, a responsabilidade de examinar essa questão e decidir sobre ela. Sei que já se reuniu várias vezes com lideranças e representantes do governo federal para discutir o assunto. A coisa está em andamento.

Não me preocupa o fato de Minas Gerais ser o último Estado a fazer o seminário para discutir o assunto. O importante é fazermos um trabalho bem-feito.

Na área da educação no campo e nas demais áreas e programas que a Secretaria de Educação desenvolve em parceria com o governo federal,

não executamos apenas o que o Ministério da Educação diz. Minas tem grande tradição na educação. Então, não pode simplesmente executar o que é pensado no Ministério. Nossa realidade é distinta, muito variada; por isso, fazemos questão - isso é praxe - de examinar detalhadamente a situação de Minas e tentar ajustar o planejamento do governo federal às condições efetivas da educação no Estado. Talvez por isso estejamos um pouco atrasados, mas os entendimentos estão em andamento.

Quanto ao transporte escolar, reconhecemos que é um problema que se está tornando mais agudo com o passar do tempo. Neste governo, a Secretaria de Educação tem tido mais presença do que em governos anteriores. Para os senhores terem uma idéia, nos quatro anos do governo anterior, apenas R\$5.000.000,00 foram aplicados no transporte escolar em Minas Gerais. Já em 2003 - portanto, no primeiro ano deste governo - a Secretaria de Educação aplicou R\$30.000.000,00; em 2004, R\$43.000.000,00; e, em 2005, mais R\$43.000.000,00. Mais de R\$110.000.000,00 foram aplicados nestes três anos de governo, e vejam que nem isso é suficiente para fazer face a todas as necessidades.

Apesar do apoio dado pelo governo nessa área, as dificuldades ainda são grandes. É um problema difícil de ser solucionado, mas a Secretaria continua atenta a ele.

Além de fazer disponíveis os recursos para os Municípios, a Secretaria de Educação, dentro de seus limites, faz o acompanhamento da aplicação desses recursos em cada Município; é preciso, no entanto, que tal acompanhamento seja feito também localmente, quer pela Câmara dos Vereadores, quer pelas instituições e pelas instâncias próprias.

No Estado, de um Município para outro, o custo por aluno varia muito. Então, é bom acompanhar atentamente a aplicação dos recursos - que não são muitos - em todos os Municípios.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Comprometemo-nos no pagamento de dívidas com 13% da receita corrente líquida, ou 8% da receita completa.

Por que estamos com 4,7% dos recursos do orçamento total em projetos estruturadores? Não sei se esse é o número exato, mas depois verificaremos. De qualquer jeito, é um número dessa ordem.

Dos R\$27.000.000.000,00 do orçamento total, R\$11.600.000.000,00 destinam-se à folha de pagamento do pessoal do Executivo e de outros Poderes. Cerca de R\$4.000.000.000,00 são para custeio da máquina normal; R\$2.200.000.000,00 destinam-se ao pagamento da dívida interna, e 25% do ICMS são para transferência a Municípios.

Portanto, quanto a recursos livres para aplicar em investimento, estamos fazendo um grande esforço para subir para R\$1.600.000.000,00 em 2006, tirando recursos de R\$342.000.000,00 do Orçamento de 2005, para R\$905.000.000,00 em 2006. Mas, mesmo assim, em termos de orçamento total, o valor é pequeno, em razão das vinculações constitucionais e legais que temos de cumprir.

O projeto de interiorização da segurança é mais uma preocupação com a segurança do interior e é uma das prioridades do Secretário de Defesa Social. Neste ano, foram aplicados R\$25.000.000,00. Já executamos, até o dia 20 de outubro, 76% dos recursos do Tesouro estadual destinados à defesa social.

A participação do Estado de Minas Gerais no programa Saúde em Casa é feita por meio de incentivo financeiro para as equipes do Saúde da Família que atuam nos vários Municípios e atendem a determinadas condições pactuadas com o Estado de Minas Gerais. Essas equipes passam a ter direito a incentivos financeiros a partir dessa pactuação.

Em relação à MG-20, o convênio foi assinado na semana passada pelo Governador Aécio Neves, pelo Prefeito Fernando Pimentel e por alguns Secretários. O recurso já está orçado para o próximo ano. São R\$4.000.000,00 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, R\$16.000.000,00 do Estado e recursos da Copasa, da Cemig e da Gasmig. Essa questão deve ser resolvida nos próximos meses.

A fonte de recursos para cancelamento é uma árdua tarefa dos Deputados, que deverão descobrir onde poderemos cancelar despesas para incluir em outras demandas sociais. Esse é um trabalho principalmente do Poder Legislativo. Depois entraremos em negociações.

A questão da Cohab é muito séria. O senhor traz uma informação nova, que encaminharei ao Presidente da Cohab, que é o gerente do projeto Lares Gerais e estará presente no grupo temático. A questão é realmente séria. Encaminharemos ao Presidente da Cohab, para que possa resolvê-la.

As informações sobre Águas Formosas foram passadas pelos gerentes dos projetos estruturadores. O projeto Luz para Todos dependia de um acerto do governo federal com o governo estadual, que demorou alguns meses. Esperávamos que isso estivesse resolvido desde o mês de maio. Não foi possível por várias razões, e só agora o convênio foi assinado.

Agradeço o espaço da Assembléia Legislativa. Reafirmo o compromisso do Poder Executivo com o avanço da participação popular. Lembro que a proposta de revisão anual do PPAG foi feita na proposta de lei que veio do Poder Executivo. Isso foi aprimorado e avançamos na participação com as contribuições e o avanço que a Comissão de Participação Popular trouxe ao processo. Estamos comprometidos com essa questão desde o início. É uma orientação do Governador Aécio Neves.

Agradeço as intervenções dos Deputados Miguel Martini, José Milton e João Leite, que só aumentam o compromisso do Poder Executivo com a execução das ações propostas no planejamento e no Orçamento. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Deputado André Quintão, para resposta à pergunta sobre a Fapemig.

O Deputado André Quintão - A pergunta feita sobre a vinculação de 1% do ICMS para investimento na Fapemig foi feita pelo engenheiro-agrônomo Néelson. Responderei pelo Bloco PT-PCdoB, dizendo que é fundamental que haja uma previsão todos os anos. Compartilhamos a necessidade de financiamento para pesquisa no Estado de Minas Gerais. Todos os anos apresentamos emenda orçamentária para que isso seja de fato realizado, porque muitas vezes isso não vem no Orçamento. Infelizmente nossas emendas não têm sido aprovadas por esta Casa. Na aprovação das contas de 2004 do atual governo, apresentamos uma emenda com a ressalva do não-cumprimento dessa previsão legal. E mais, muitas vezes esse recurso foi empenhado, e não liquidado. Ou seja, fica parecendo que esse recurso foi gasto, mas na prática não é executado. Estamos questionando isso há alguns anos na Assembléia, e também a necessidade de esse repasse ser feito por duodécimo, ou seja, a parcela total ser feita uma vez por mês, durante os 12 meses.

Concordo com as observações. A Fapemig é uma instituição muito importante e precisa desse recurso vinculado. Registro, Subsecretário, que a inclusão da MG-20 no PPAG, uma ligação importante, ou seja, a revitalização de um trecho do Km 11 ao Km 16, de Belo Horizonte a Santa

Luzia, a ser inaugurado em 2006, que facilitará a estação de tratamento do Onça garantindo a vida das famílias que possuem a tubulação da Gasmig embaixo, foi uma emenda popular aprovada na revisão e na discussão do PPAG. Parabenizo o Movimento Pró-MG-20 - estou vendo o Ronaldo e outros companheiros presentes - pela aprovação dessa emenda popular. Muitas vezes, as pessoas não acreditam na participação popular. Essa obra, superior a R\$4.000.000,00, que beneficiará 500 famílias, foi uma emenda ao PPAG.

Espero que o atendimento das crianças até três anos seja incluído no Fundeb. Todas as Deputadas e todos os Deputados desta Casa se manifestaram a esse respeito. Um documento foi enviado à Câmara Federal, para que possamos vencer a resistência de alguns Estados que não desejam a inclusão de crianças até três anos no Fundeb. Essa discussão está ocorrendo em todo o País. Foi designada no Congresso uma comissão especial. Esperamos que Minas Gerais caminhe unida para defender a inclusão dessas crianças no Fundeb.

Subsecretário, o Vereador Daniel, de Águas Formosas, abordou a situação de algumas escolas. Ontem, estive na Secretaria de Defesa Civil, com o Prefeito de Araçuaí. Mais de 70 Municípios do semi-árido estão sendo atingidos por um período de longa estiagem. As escolas localizadas em núcleos urbanos têm água da Copasa. Algumas escolas de unidades-núcleos ou de Distritos, como deve ser o caso de Água Quente - que conheço -, localizado entre o Município de Águas Formosas e o Distrito do Juru, na cidade de Joáima, passam por grandes dificuldades quanto ao abastecimento de água. Precisamos de um trabalho emergencial. O Prefeito de Araçuaí está utilizando - ação louvável - os recursos próprios da Prefeitura para as escolas, às vezes localizadas em Distritos, porque algumas comunidades podem ficar desassistidas.

Na reunião realizada na Secretaria de Defesa Civil, o Cel. Alexandre Lucas recebeu de maneira atenciosa o Prefeito de Araçuaí. Hoje, está sendo realizada uma reunião no médio Jequitinhonha para tratar dessa situação emergencial. Parabenizo pelo trabalho a coordenadoria estadual.

Deputada Maria Tereza Lara, parabenizo-a pela forma como V. Exa. preside a Comissão de Participação Popular. Essa revisão foi um passo adiante daqueles que demos nos dois anos anteriores. V. Exa. tem conduzido com muita seriedade a Comissão. Daí, o êxito deste evento. Farei mais um registro. Fico absolutamente à vontade para fazê-lo, porque sou Líder da Oposição nesta Assembléia. Ressalto a seriedade do trabalho realizado pelos técnicos da Seplag e gerentes dos processos estruturadores. A partir de 2003, instituímos um monitoramento, um controle de execução orçamentária e de metas físicas com a sociedade civil. Independentemente das diferenças de ênfases, de prioridades, de avaliação de rumos e de identificação de falhas na gestão, o importante é que o governo estadual e a Assembléia Legislativa estão criando mecanismos permanentes de transparência e acompanhamento da gestão pública. Todos que estão hoje na Seplag e na Assembléia deixarão isso para a sociedade mineira. Estamos muito felizes por estarmos aqui. A ajuda de vocês é muito importante. Obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Sr. Bernardo Tavares de Almeida, que responderá a uma indagação.

O Sr. Bernardo Tavares de Almeida - São duas questões. Uma foi feita pelo Diese, e a outra, pela Sra. Liliane, a respeito do percentual mínimo de aplicação na educação.

Os projetos estruturadores não consideram todos os recursos da educação. Só uma parte dos recursos que entram no câmputo da educação é que é utilizada pelos projetos estruturadores. Mas o Estado cumpre, em todos os Orçamentos, o percentual mínimo de aplicação na educação, até com certa folga.

Quanto à pergunta do Conselho Comunitário Ribeiro de Abreu, as unidades do Fica Vivo previstas para este ano, além das que estão operando, que seria Morro das Pedras, Cabana, Alto Vera Cruz, Pedreira Prado Lopes e o próprio Ribeiro de Abreu, são Ribeirão das Neves, Contagem, Betim, Santa Luzia e Vespasiano, e, no interior, que foi objeto da pergunta, Juiz de Fora, Uberlândia, Ipatinga, Valadares e Montes Claros. Obrigado.

A Sra. Presidente - Queremos agradecer ao Secretário João Antônio e ao Subsecretário Tadeu a parceria com esta Casa, e também ao Deputado André Quintão. É bom terminarmos esta audiência com considerações tão conciliadoras. Esperamos que, após o debate nos grupos, avancemos quanto a um acordo político, a fim de atendermos às reivindicações da população. É muito importante que o governo abra esse espaço para discussão com a Assembléia, que sejam acatadas as sugestões e que depois sejam viabilizadas. Para isso, é necessário vontade política desta Casa e também do governo do Estado. Nosso desejo é que esse trabalho continue, com diálogo e com questionamentos calçados em idéias. É assim que vamos construir alguma coisa e que o povo de Minas Gerais será beneficiado.

Queremos que haja cada vez mais uma radicalização na transparência, que é um requisito para o avanço da democracia no Brasil. E isso se deve dar tanto nos Executivos federal, estadual e municipal quanto nos parlamentos. Sabemos que há um esforço para essa transparência, por meio dos Sifafis e de momentos como o PPAG, quando esse processo avança, mas é preciso que isso que tanto defendemos aconteça durante todo o ano. Faço um apelo, então, para que todos aqui presentes contribuamos cada vez mais para esse processo, assumindo compromissos, para que no Brasil os órgãos públicos e os mandatos sejam radicalmente transparentes. É só dessa maneira que avançaremos e que construiremos a sociedade que tanto desejamos, com igualdade e fraternidade. Isso só será verdadeiramente possível com a participação popular. E é claro que dá trabalho. Democracia representativa, democracia direta e participativa só acontecem na prática quando todos estiverem dispostos a dar sua contribuição, como vocês fizeram aqui hoje.

Mais uma vez, agradeço à Mesa, sobretudo aos que permaneceram até agora e que vão participar dos grupos temáticos e dos trabalhos de amanhã. Precisamos continuar juntos, comprometidos com a defesa dos direitos da população, especialmente dos excluídos. Muito obrigada.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 26/10/2005

Presidência do Deputado Sebastião Helvécio

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Leitura das propostas dos Grupos de Trabalho I a VII - Entrega do documento final - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Miguel Martini - Palavras do Sr. Bernardo Tavares de Almeida - Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Helvécio) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; os Exmos. Srs. Deputados André Quintão e Miguel Martini, membros da Comissão

de Participação Popular desta Casa; Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; as Exmas. Sras. Maria Lúcia do Amaral e Alice Lorentz de Faria Godinho, coordenadoras do Grupo de Trabalho I; o Exmo. Sr. Nicodemus de Arimathéa de S. Júnior, coordenador do Grupo de Trabalho II; a Exma. Sra. Darcy Maria de Souza Vilaça, coordenadora do Grupo de Trabalho III; os Exmos. Srs. Deputado Padre João, Presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa e coordenador do Grupo de Trabalho IV; Lúcio Guterres, coordenador do Grupo de Trabalho V; a Exma. Sra. Lígia Corte de Souza, coordenadora do Grupo de Trabalho VI; os Exmos. Srs. Adriano Miglio, coordenador do Grupo de Trabalho VII; e Bernardo Tavares de Almeida, Superintendente da Central de Planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da audiência pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2004-2007", com a apresentação das propostas dos grupos de trabalho.

Leitura das Propostas dos Grupos de Trabalho I a VII

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os coordenadores dos grupos de trabalho farão a leitura das propostas de cada grupo. Cada um disporá de até 10 minutos para sua exposição, e, logo em seguida, haverá um comentário do Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, ou de um técnico por ele indicado. Com a palavra, a Sra. Maria Lúcia do Amaral, coordenadora do Grupo de Trabalho I, no que se refere a Educação.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho I, que são as publicadas no documento final.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Posso ser bastante objetivo, porque as propostas foram boas e objetivas também. Acredito que, quanto à questão da inclusão digital, são medidas operacionais de execução do projeto. Estou vendo o gerente da área, que está concordando comigo ao acenar a cabeça. Tranqüilamente, podemos atender a esse tipo de demanda.

Quanto às sugestões da educação, no projeto ensino fundamental, o foco da atenção aos seis anos é muito grande desde o início. Não haverá problema em melhorar isso no que for possível. Quanto a outras questões ligadas à escola rural, há uma atenção direta por parte da Secretária Vanessa. Assim, analisaremos, com detalhe, também essas sugestões, verificando se dizem respeito ao projeto ou às questões operacionais da Secretaria. Não vejo dificuldade quanto a isso.

Vejo a criação de pequenas escolas com certa restrição. Está bem claro que o diagnóstico para as grandes soluções da educação hoje passa pela melhoria da qualidade. Temos de nos ocupar mais com essa melhoria e com o desempenho dos alunos. Não focaria nessa questão de construção de escolas, mesmo que seja para facilitar o deslocamento dos alunos, em áreas urbanas.

Quanto à capacitação dos professores, também não vejo problemas de atendimento dessa sugestão, já que é um dos focos do projeto. Quanto à Escola Viva, em todas as áreas de risco social, precisávamos ver o custo disso para discutirmos as possibilidades concretas, para atendermos uma proposta desse nível.

Quanto ao ensino médio, a alimentação escolar vem com proposta de valor, o que deverá ser abordado pelos membros da Comissão de Participação Popular e depois encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Curso técnico já é uma ocupação do trabalho do ensino médio, sempre preocupado em melhorar a forma de inserção dos alunos no mercado de trabalho, no próprio currículo escolar. A atualização permanente em informática já vem acontecendo e pode, eventualmente, haver ainda alguma melhoria operacional.

Quanto ao livro didático nas Escolas Famílias Agrícolas, como imagino que se trata de um número pequeno de alunos, acredito que não há problema de atendimento. No meu modo de entender, essa questão já devia ter sido atendida. Se alguma escola não foi atendida, deve ser por questão de logística. A intenção é levar livro didático para 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece o Dr. Tadeu Barreto. Passaremos à leitura das propostas relacionadas a cultura e turismo. Com a palavra, a Sra. Alice Lorentz de Faria Godinho, para proceder à leitura.

A Sra. Alice Lorentz Godinho - Inicialmente os meus cumprimentos à Mesa. Boa tarde a todos e a todas. Como participante da sociedade civil, não posso deixar de cumprimentar e de agradecer a esta Casa e ao governo do Estado a oportunidade que nos está sendo dada. Este não é o primeiro evento do qual participo nesta Casa. Tive oportunidade de ver a participação da sociedade civil crescer cada dia mais. Temos a possibilidade de falar e de sermos ouvidos. Quanto ao atendimento, compete-nos continuar brigando.

Portanto a nossa expectativa é que nessa aprendizagem cheguemos algum dia àquela gestão efetivamente participativa com que todos sonhamos, saindo daquela tradição de gestão centralizadora.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho I, que são as publicadas no documento final.

O Sr. Bernardo Tavares de Almeida - Iniciarei pelo corredor cultural, pois só tive acesso às propostas, gentilmente cedidas pelo Deputado André Quintão, no final da leitura.

Já existe projeto para a implantação do CVT e do telecentro. Um dos prédios será destinado a uma praça das ciências. Tentaremos verificar essa possibilidade e se há espaço para um CVT ou um telecentro, desde que seja algo relacionado a tecnologia, inclusive de tecnologia de telecomunicações. Disponibilização de um espaço no prédio Rainha da Sucata para sediar o Museu Clube da Esquina. A destinação dos prédios foi definida com o Governador e com os parceiros. Essa é uma construção feita entre governo e parceiros. O que posso fazer para contribuir é tentar informar ao gerente, que já deve ter sido informado, sobre a proposta.

A capacitação de ambulantes na linha, taxistas, etc. é uma atribuição da Prefeitura Municipal, e acho que ela já desempenha essa função.

Instalação do Circuito 24 Horas. O modelo de gestão do circuito está sendo concebido este ano para implementação no próximo ano. Nesse modelo de gestão, possivelmente, estará incluído o horário de funcionamento das atividades da Praça da Liberdade.

Não consegui compreender a Proposta nº 5, que não está relacionada com o projeto estruturador. Também não tenho conhecimento sobre o

assunto "Museu de Águas".

Retorno ao início, para o Estrada Real: inclusão na área de qualificação de mão-de-obra, de ação específica para a correta exploração turística de terras indígenas em todo o âmbito do projeto Estrada Real. Existe uma ação de capacitação no programa. O que podemos fazer é incluir essa atividade na finalidade da ação.

Reativação do conselho. Essa não seria uma atividade para o PPAG.

Desenvolvimento de um plano de revitalização, preservação e manutenção do Rio das Velhas e seus afluentes. Isso está previsto no programa de Revitalização do Rio São Francisco. Aliás, um dos focos do Rio São Francisco é o Rio das Velhas. Acho que essa ação já está contemplada naquele programa.

Quanto à divulgação do que é realmente Estrada Real, a Secretaria de Turismo trabalha com o Instituto Estrada Real. Já existe uma divulgação estabelecida, conceitos do que é o Estrada Real e todos os produtos turísticos que envolvem essa área.

É muito interessante a Proposta nº 5: mapa com detalhamento sobre capacidade de hospedagem, número de restaurantes, etc. Se ainda não existe o mapa, acho que poderia ser contemplado.

Há uma série de propostas que não têm a ver com o orçamento, com exceção da Proposta nº 9, dos recursos para o Trilhas Parques. Não acredito que o recurso tenha sido desviado, pode ser que tenha sido redirecionado.

Quanto à comunicação do proponente por via postal do acatamento de emendas, a Assembléia pode, após a sanção do orçamento, enviar para os proponentes as respostas aos pleitos.

Sobre as propostas que envolvem recursos, temos a nº 15, que é do Instituto Estrada Real, pedindo a instalação de CVTs na Estrada Real. Dentro do programa Inclusão Digital, existe um programa de CVTs na Estrada Real. No ano passado, foram instaladas três. Não recorro a meta para este ano, mas esse é um foco do programa Inclusão Digital.

Basicamente são essas as propostas. Com isso, encerro meu comentário.

O Sr. Presidente - Convidamos agora o Sr. Nicodemus de Arimathéa Júnior, do Conselho Estadual de Saúde, coordenador do Grupo II, para sua explanação.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho II, que são as publicadas no documento final.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - O Grupo II tem boas propostas em termos de diretrizes. Todas as questões serão encaminhadas aos gerentes e aos responsáveis. A Emenda nº 29 ajudaria a avançar no que diz respeito à questão da saúde, se conseguíssemos uma regulamentação. Com isso, evitaríamos um desgaste de energia sobre o que incluir em gastos com saúde.

A questão do Conselho Estadual de Saúde também deve ser discutida com os profissionais da saúde. O governo estadual entende que a Oscip é um dos instrumentos que podem melhorar a eficiência da gestão pública e o que pode ser aplicado também na área de saúde. Aliás, técnicos da Seplag estiveram em São Paulo com o objetivo de conhecer a experiência daquelas Oscips.

Quanto à habitação, as diretrizes serão passadas aos gerentes. Espero que, no próximo PPAG, aprofundemos a participação e a relação entre o Executivo e o Legislativo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Tadeu Barreto e passamos ao Grupo III, convidando a Sra. Darcy Maria de Souza, Gerente de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte, para as suas considerações.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho III, que são as publicadas no documento final.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Mais uma vez, acredito que os relatórios apontam o quanto a audiência pública evoluiu em termos de qualidade das propostas. A redução da criminalidade, o foco no atendimento ao adolescente, no Fica Vivo e na interiorização da segurança são ações prioritárias do projeto. Já existem recursos nessa direção. Uma proposta de aumento de recursos para essas ações é algo que tem de ser discutido na própria Comissão de Participação Popular e, depois, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Propostas nesse sentido são bem-vindas, dado que são focos do projeto.

Ampliação de vagas. A questão das salas e bibliotecas. Não vejo problema. É uma boa sugestão, que deve ser incorporada pelo gerente.

O Primeiro Emprego. Se entendi bem, uma lei estadual criando CPPTs em todos os Municípios, não vou ousar comentar sobre essa proposta, que, a meu ver, é muito inovadora. Prefiro que os Deputados a analisem. Só uma reflexão: na verdade, toda a idéia do CPPT funciona melhor quando há um pacto com os atores de cada Município, tanto da sociedade civil quanto do poder público municipal.

Inclusão social. Várias propostas. A primeira, dos R\$3.000.000,00, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Ontem fiz um comentário sobre a possibilidade concreta de revermos o orçamento para 2006 incluindo esse valor, dado que o crédito suplementar para essa política foi feito na semana passada. Podemos corrigir essa questão em negociação com as Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

As demais metas financeiras para recompor o orçamento de 2006 com base em 2005 serão objeto de negociação no âmbito das duas comissões.

A questão do Fundo da Infância e da Adolescência, idem.

A recomposição do Minas sem Fome. Gostaria de contar aqui com a contribuição da bancada ligada ao governo federal, para buscarmos elevar os recursos de transferências voluntárias, porque o Tesouro fez um significativo aumento da sua participação, uma participação marginal em anos anteriores para uma participação de R\$8.500.000,00. Poderíamos caminhar na busca de convênios com o governo federal para ampliar o Minas sem Fome, que é um programa que já tem vários resultados concretos.

Agora dois comentários gerais: seria uma boa sugestão acatar todas as propostas. Algumas são sugestões para secretarias, algumas podem produzir emendas, mas isso será sempre um processo de negociação com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Gostaria de fazer um comentário de ordem geral. Quando criamos novas ações, como as propostas do Minas Sem Fome, pode acontecer uma diminuição da capacidade de execução. Quanto mais ações tem um projeto, menor a capacidade do gerente de fazer com que aquilo efetivamente aconteça. Portanto, na maioria das vezes, o foco, a priorização, de um número pequeno de ações é mais importante que um leque muito grande de ações.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Padre João, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para suas considerações a respeito do Grupo IV.

O Deputado Padre João - Saudações ao Presidente da Mesa, Deputado Sebastião Helvécio, à Presidente da Comissão, Deputada Maria Tereza Lara, e ao Subsecretário Tadeu Barreto, representante do Executivo. Gostaria de destacar a importância e a riqueza do trabalho do Grupo IV. Esta Casa possibilitou essa integração do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil organizada. Vou ler o texto inteiro para valorizar a participação de cada um, que foi fabulosa, tanto em relação ao número de pessoas quanto à qualidade.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho IV, que são as publicadas no documento final.

O Sr. Bernardo Almeida Tavares - A maioria das propostas refere-se às questões de legislação e de normas internas dos órgãos. A Assembléia Legislativa, trabalhando essas propostas, poderia encaminhá-las aos órgãos. Poderemos contribuir com as informações e os requerimentos, para que os órgãos respondam e tomem as devidas providências, a fim de atender às propostas apresentadas.

Relacionei algumas que têm relação direta com o Plano e com o orçamento. No caso da gestão ambiental, propuseram o aumento da dotação do Igam. Os órgãos ambientais vêm recebendo, a cada ano, mais recursos. Acreditamos que estejam muito bem aquinhoados, mas, se isso for do desejo de todos, respeitando-se a autonomia da Assembléia Legislativa, poderemos estudar o orçamento de cada unidade.

Em relação à realização de investimentos financeiros no Cetec, faço a mesma observação.

No que diz respeito à implantação de unidade de conservação, proteção e integração, salvo engano, já há dotação orçamentária. Poderíamos verificar com a unidade responsável se está sendo atendido o que a Associação Mineira de Defesa do Ambiente pretende.

A Proposta nº 11 diz respeito à Ceapa, ou seja, a recursos para a cafeicultura. Nesse caso, teríamos de verificar no PPAG e no orçamento se já existe previsão para esses recursos. Caso não exista, as comissões da Assembléia Legislativa poderão propor alguma modificação.

Em relação à proposta de estabelecimento de verba específica para assistência técnica e monitoramento da gestão integrada de resíduos sólidos, faço a mesma observação.

No que diz respeito à ampliação dos recursos da ação Lixo e Cidadania, essa proposta pode ser estudada. Caso a Assembléia Legislativa deseje, poderemos proceder a uma construção conjunta dessa proposta, para chegarmos a um bom termo.

Em relação à proposta de estudos técnicos ambientais para atender à legislação das APAs, podemos tentar chegar novamente a um consenso.

Sobre a questão dos recursos da Fapemig e do maior aporte para a Epamig, acredito que, ao longo do PPAG, elas vêm recebendo mais recursos. Poderíamos estudar, posteriormente, essa proposta.

Sobre a criação do projeto estruturador, imagino que seja muito complicada a sua implementação neste momento, pois estamos no final de um plano. No próximo ano, proporemos um novo plano. Acredito que o momento ideal para a proposição de novos projetos estruturadores e para uma redefinição estratégica mais profunda seria no ano de 2007, para não iniciarmos um novo projeto no final da vigência do Plano Plurianual.

Novamente, a questão do Agrominas. Propõe-se mais apoio para a Emater. Acredito que o Presidente do órgão poderá falar sobre o aporte de recursos que está sendo feito para modernização e ampliação de seus escritórios. Além disso, a criação das unidades de beneficiamento de café. Não tenho informações sobre essa atividade, mas poderemos informar, posteriormente, se já existe ou não.

Por fim, os 100% de eletrificação rural, que é a meta do governo dentro e fora da área de concessão da Cemig. Este ano, iniciaram os 100% fora da área da Cemig, com a transferência de recursos para as outras concessionárias. Possivelmente, essas 826 famílias serão contempladas.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Bernardo. Convidamos o Dr. Lúcio Guterres, Vice-Presidente da CUT, para comentar o Grupo V: "Fomento ao Desenvolvimento".

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho V, que são as publicadas no documento final.

O Sr. Bernardo Almeida Tavares - Novamente, boa parte das propostas envolvem legislação ou normas específicas das unidades. A nossa opinião é a mesma: se for desejo da Assembléia, deverá encaminhar requerimento aos órgãos. Poderemos contribuir para a elaboração desse requerimento e para buscar respostas das unidades.

Muitas das questões que envolvem orçamento foram apresentadas pelo governo estadual. Não comentarei sobre elas porque a discussão do orçamento no âmbito do Poder Executivo está encerrada.

Existe uma proposta de um milhão para o fortalecimento da Rede Mineira de Incubadoras e outras duas sobre incubadoras. Quando analisadas nas Comissões, poderemos contribuir com informações sobre a existência de recursos previstos para essas atividades. Essa observação é geral. Quando as comissões estiverem trabalhando no processo legislativo, no qual a Assembléia Legislativa tem autonomia, contribuiremos informando se há ou não previsão de recursos e informando ao Executivo o desejo de que aquele recurso específico seja alocado em alguma atividade ou no Município onde foi feito o pleito.

A Proposta de nº 15, que destina, no mínimo, R\$50.000,00 para a ação referente ao Núcleo de Informação Estratégica, com vista à sua consolidação no APL Eletroeletrônico, é específica. Acredito que a gerência do programa deve tratar de algo relacionado a isso. Talvez seja o caso, como mencionei, de realocação de recursos ou de destinação de R\$50.000,00 para esse Núcleo de Informação Estratégica.

A Proposta nº 16 trata do asfaltamento da estrada que liga Brás Pires a Catas Altas. A Diretoria-Geral do DER, que aqui se encontra, informou que faltam apenas 22km. O restante encontra-se em obras. Existe previsão de esse pleito ser atendido - imagino - sem que seja necessário nenhum aporte orçamentário adicional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Lígia Corte de Souza, Assessora Jurídica do Instituto de Promoção Humana, coordenadora do Grupo VI, que terá 10 minutos para fazer suas considerações.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho VI, que são as publicadas no documento final.

O Sr. Bernardo Tavares de Almeida - Considero interessante essa primeira proposta, a idéia de ciclovias nos trechos constantes nos processos, realizada, se não me engano, pelo Deputado João Leite, enquanto Secretário de Desenvolvimento Social. Nos estudos de viabilidade, a idéia não se mostrou viável naquele momento. Acho que a construção da estrada não impede a implantação futura da ciclovia. Acredito que seja mais importante agora concluir os trechos, para, depois, tentarmos aumentar a qualidade e incrementar a segurança desses trechos com as ciclovias.

Quanto à manutenção da ação destinada à construção de portos fluviais, essa ação foi excluída porque os recursos para ela são não orçamentários, não dependiam do Tesouro Estadual. Como os recursos não estavam chegando, decidimos excluí-la, até para que, no ano seguinte, não tivéssemos baixa execução do programa.

Alocação de recursos na Rodovia 354. É uma proposta feita pelo Executivo. A discussão, no Executivo, repito, já foi encerrada.

Quanto ao estudo da viabilidade de fusão, a Proposta nº 2, e quanto à outra, em relação à restauração de taludes, acho que os representantes da Radial Bioenergética podem contactar os dirigentes do DER para apresentar as propostas, porque acho que envolvem mais tecnologia empregada que orçamento ou ação orçamentária.

São esses os comentários às propostas apresentadas.

O Sr. Presidente - Convidamos agora o Sr. Adriano Níglio, do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, que é o Coordenador do Grupo VII, Planejamento e Gestão, para suas considerações.

- Procede-se à leitura das propostas do Grupo de Trabalho VII, que são as publicadas no documento final.

O Sr. Bernardo Tavares de Almeida - Com relação ao choque de gestão, a primeira proposta será enviada à análise da Seplag, mas creio que não altera o espírito da ação de formação, qualificação e capacitação de recursos humanos. A segunda ação é uma ampliação do programa de formação e qualificação, incluindo, de forma mais efetiva, os servidores da educação. Informarei sobre esse desejo o pessoal da Secretaria, mas creio que não altera o espírito dessa ação.

A não-participação de Oscips não é objeto do PPAG, devendo ser analisada pela Assembléia. Quanto à criação de meios de acesso, a quarta e a quinta ações são questões de gestão, em que não cabe nenhuma alteração na estratégia de governo definida no Plano e no orçamento.

Quanto às PPPs, a primeira proposta é a alteração de um projeto de lei complementar. Apesar de termos tomado conhecimento desse pleito apenas agora, não há relação direta com o plano e o orçamento. Quanto à segunda questão - repasse direto, e não por meio de parcerias, de R\$25.000.000,00 -, fere o espírito do programa, pois repasse direto não é parceria. Se fere o espírito do programa, essa ação não cabe no projeto de PPP. Poderia caber em outro projeto ou outro programa do governo.

A Asmare desempenha um excelente trabalho e poderia ser uma importante parceira nos projetos do Estado, não sei se por meio de PPP, com a legislação atual, por meio de convênios ou de outra forma mais simplificada.

Quanto ao projeto de modernização da Receita, no que se refere aos pontos de consulta ao orçamento, há uma interação. Creio que, futuramente, utilizaremos os CVTs e os telecentros para permitir que a população acesse as informações do Plano e do orçamento. Antes, porém, é necessário que essas informações sejam digeridas pela sociedade, pois são de difícil interpretação. Poderemos iniciar um trabalho de construção, com uma linguagem mais acessível para a sociedade.

Há ainda o projeto estruturador da inclusão digital, a implantação das redes de computadores nas escolas estaduais, com cobertura plena até 2007. A meta da educação é bastante ousada. Não sei se a cobertura é plena, mas é uma meta ousada. A educação tem um desempenho extraordinário neste governo.

Quanto ao projeto estruturador, a meta é a melhoria e a ampliação do ensino médio, a ampliação dos recursos técnicos e humanos do Conselho do Fundeb. Normalmente, não é uma proposta que apresenta relação direta com o PPAG ou com o orçamento. Obrigado.

O Sr. Presidente - Encerrada a fase de apresentação dos coordenadores e dos comentários da Seplag, a Presidência vai destinar um tempo desta reunião para algum comentário adicional daqueles que tiverem participado dos grupos. Solicitaria a quem tiver o interesse de usar a palavra que levantasse a mão direita para fazermos uma previsão do número de oradores para esse momento.

A Deputada Maria Tereza Lara - Gostaria de fazer uma proposta para o encaminhamento após as falas.

Todos receberam um relatório, por escrito, das propostas. É importantes que façam nele as anotações. As pessoas que participaram dos grupos, às vezes, podem sentir que a redação não abrangeu algum item da discussão realizada. Assim, poderiam entregar, por escrito, para o Coordenador do grupo.

Convido, desde já, os movimentos sociais a participarem da Comissão de Participação Popular. Analisaremos, discutiremos e aprovaremos algumas propostas. Se houver necessidade de alguma intervenção, será com o objetivo de completar. O processo não permite a quem não participou dos grupos apresentar proposta nova, porque houve todo um processo de discussão, quando ouvimos os gerentes, discutimos, concordamos, discordamos, elaboramos. Então, a apresentação de proposta nova de quem não participou do processo fica prejudicada. Gostaria de propor o seguinte: se quem participou do processo não estiver sentindo-se atendido e quiser acrescentar alguma questão, poderá fazê-lo depois de todas as apresentações, ou entregar por escrito à Mesa para que seja considerado na comissão. Fica aqui o convite para as entidades participarem tanto da Comissão de Participação Popular quanto da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Sra. Dea Fonseca - Apenas gostaria de fazer uma retificação. Encaminhei uma proposta de um grupo de transportes, sobre a recuperação da BR-354, que se está formando no corredor viário de Ibiá até Patos de Minas. Esse grupo ainda não é uma associação, mas eles me fizeram essa solicitação.

Na hora de encaminhar e de escrever a proposta, coloquei o meu nome e a Secretaria a que pertença. Então, apareceu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que, aliás, não tem muito a ver com essa história de estrada. Cometi um erro de encaminhamento.

O Bernardo disse que assuntos de governo já estavam encerrados. Portanto, gostaria de retificar o encaminhamento. Foi eu que trouxe, a pedido de um grupo que está-se organizando na região dessa rodovia. Peço que isso seja avaliado e considerado pela Seplag.

O Sr. Evaristo Garcia - Meu nome é Evaristo Garcia e sou do Conselho Municipal de Saúde. A minha proposta para o Projeto Estruturador Habitação - Trabalho Unitário: União e Estado é o aproveitamento dos recursos do FAT, do FGTS, do FAZ e do FDS em saneamento e no Plano Especial de Habitação Popular, com atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos.

A intenção do governo foi fazer isso a fundo perdido. Assim, gostaria de contar com a boa-vontade do Estado, junto ao governo federal, a fim de resolvermos os problemas das famílias desestruturadas que vivem em favelas: a prostituição infantil e a violência.

Então, peço que esses recursos sejam aproveitados. Infelizmente, a Prefeitura de Belo Horizonte não quis nos atender. Por isso conto com a bondade dos senhores. Estranhei o fato de o Dr. Nicodemus não ter lido as propostas do grupo que ele coordenou. O que chegou ao nosso conhecimento foi o seguinte: "Auditoria dos recursos da Câmara de Compensação que custeiam ações extrateto da Programação Pactuada e Integrada - PPI - conforme os padrões e as normas do Sistema Nacional de Auditoria, para maior eficiência e eficácia em sua utilização; preenchimento do cargo de auditor por profissional médico". Isso é um absurdo, o cargo tem de ser preenchido por trabalhadores da área de saúde. Por que por médicos? Médico não tem nada a ver com saúde. Desculpem-me a expressão. Médico foi feito para curar doenças.

Peço ao Dr. Nicodemus, Vice-Presidente do Conselho Estadual, e ao nosso Conselho Municipal, do qual sou membro, que resolva esse problema. Agradeço a atenção.

O Sr. Marcos Landa - Meu nome é Marcos Landa, da Direção Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, suplente do Conselho Nacional das Cidades e também Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Regional de Políticas Urbanas.

O nosso grupo, Habitação e Saúde, aprovou a proposta de posse dos integrantes do Conselho. Fomos eleitos há dois meses, mas, até agora, o Governador não empossou os membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais. Faltou essa proposta no debate, da companheira Edinéia, da Fameng.

Quanto ao Aeroporto de Confins, somos plenamente favoráveis à implantação do aeroporto industrial. Porém, gostaríamos de discutir os impactos ambientais e sociais acarretados por essa implantação.

Esse é um problema sério. Foi-nos mostrada toda a parte verde, mas não existe ainda um plano diretor que defina como será feito o adensamento. Nesse sentido, propomos que, antes da implantação e implementação do aeroporto industrial, sejam feitos seminários, audiências públicas e um plano diretor microrregional com vistas a direcionar o adensamento populacional de toda infra-estrutura compatível com o empreendimento, visando à não-favelização das cidades vizinhas, como garantia de habitação de qualidade aos futuros moradores - tendo em vista que tal projeto implicará aumento populacional dos Municípios vizinhos - bem como de qualidade humana sustentável, ambiental e social, em consonância com o Estatuto da Cidade.

Portanto, estamos apresentando nossa proposta. Somos contra e queremos discutir de forma mais qualificada essa questão.

A Sra. Regina Mendes - Meu nome é Regina Mendes e sou do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca - e da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Proposta nº 18 é acréscimo e detalhamento da proposta que fala em destinação de recursos do Tesouro do Estado no valor mínimo de R\$500.000,00 por ano para o FIA. Estou detalhando a proposta: construção do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil; realização de seminário e capacitação de Conselheiros Municipais; elaboração de "folders", cartazes e cartilhas (material gráfico); e divulgação de campanha na mídia com o objetivo de erradicar o trabalho infantil.

O outro item refere-se às ações do Cedca: descentralização das ações; realização de plenárias microrregionais e de reuniões itinerantes das comissões temáticas; e capacitação de Conselheiros Estaduais.

Há um acréscimo também na meta orçamentária dessa proposta. Obrigada.

A Sra. Ana Beatriz Marques Silva - Meu nome é Ana Beatriz e sou da Organização da Sociedade Civil Verde Água. Quero fazer uma alteração na proposta nº 2 do Grupo 2 - Saúde e Habitação. Meta para 2006 - 25 cidades e R\$25.000.000,00; meta para 2007 - 25 cidades e R\$25.000.000,00. Houve um erro. Na proposta está R\$5.000.000,00, mas, na verdade, são R\$50.000.000,00, e estou pedindo que seja feita a divisão. Obrigada.

A Sra. Edinéia Aparecida - Meu nome é Edinéia Aparecida, da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais. Simplesmente quero destacar as propostas nºs 6 e 7, devido ao peso que têm na discussão da habitação. Uma trata da exclusão, no Programa 213 - Lar e Gerais -, da Ação nº 1.005, que trata da produção de moradias em áreas separadas da cidade para a população que cuida da segurança: os policiais.

Acreditamos em uma cidade inclusiva e entendemos que esse público também tem que fazer parte da população em geral. Entretanto, da forma como está colocado, esse projeto segrega ainda mais a população, separando o Estado nas horas em que deveria fazer-se presente.

Por outro lado, estamos propondo o aumento da quantidade de habitação definida no programa Lar e Gerais. Como estamos pedindo a exclusão, os recursos poderiam financiar moradias para atender à população de baixa renda do Estado. Obrigada.

O Sr. Nelson Dantas - Meu nome é Nelson Dantas, participo da ONG Transporte, Ecologia e Movimento - Trem - e sou do Grupo 6, Subtransporte, primeiro projeto estruturador, que é o programa Pró-Acesso.

Insisti na questão do cuidado com a bicicleta. Brinco dizendo que os baianos são muito bons em "marketing". Quem teve a oportunidade de conhecer Itacaré sabe que, naquelas belas praias, foi construída a primeira rodovia ecologicamente correta do Brasil, com dutos para passar caranguejos e redes, além de um pequeno cuidado para o ciclista chegar a Itacaré, apesar do aclave. Solicito sejam incluídos no programa Pró-

Acesso esses pequenos cuidados, porque a população dessas cidades utiliza, com muita frequência, a bicicleta.

Não sei se sabem quanto custa manter um carro. Na última revista "SBPC", foi publicado que um carro popular zero custa R\$800,00 por mês em média. Então, na impossibilidade de se manter um carro, o uso da bicicleta torna-se constante. Se o carro foi a solução de transporte nos anos 50 e 60 no mundo, com o petróleo a US\$10,00, hoje, com o barril a US\$60,00 ou US\$70,00, será mais difícil ter um. Gostaria de incluir a questão da bicicleta no programa Pró-Acesso. Obrigado.

O Sr. Antônio Édson Fernandes de Andrade - Meu nome é Antônio Edson Fernandes de Andrade, da Associação dos Servidores da Superintendência de Limpeza Urbana.

Gostaria de fazer duas pequenas correções.

Em relação ao projeto estruturador Corredor Cultural da Praça da Liberdade, foi sugerido, na discussão de ontem, um local específico, que seria o Centro de Referência do Professor, porque o local depende somente de uma revitalização, e o da Praça da Ciência depende de obras.

A proposta foi feita em meu nome, mas fiz a minha inscrição em nome da Associação. Gostaria que a proposta saísse em nome da Associação. Passarei à Mesa essa solicitação.

A Sra. Eunice Tavares de Paiva - Meu nome é Eunice Tavares de Paiva e represento a Associação de Amigos do Trevo. Gostaria de esclarecer algumas propostas encaminhadas.

Na discussão de ontem, o Grupo I teve um problema de espaço. Como a sala era muito pequena, para acolhermos todas as pessoas, tivemos de subdividir o Grupo. Com isso, não pudemos ter acesso a todas as discussões relativas aos temas desse Grupo. Daí, advieram problemas que gostaria de corrigir agora.

Encaminhei a proposta de criação do museu interativo de ciência e tecnologia, solicitando fosse destinado a esse fim um dos prédios da Praça da Liberdade. Como não tinha participado da discussão sobre essa praça, pois estava em outra sala, fui informada de que já havia sido destinado o prédio da Uemg para a instalação do museu. Então, restringi a minha proposta apenas à denominação do museu, pois gostaria que fosse feita uma homenagem à Sra. Beatriz Alvarenga.

A proposta inicial seria a criação de um museu interativo de ciência e tecnologia, para prestar apoio a toda a rede escolar. Os professores poderão levar os seus alunos para aprenderem manipulando os artefatos. Isso seria muito útil e também um atrativo turístico. Essa seria a Proposta nº 5 do corredor da Praça da Liberdade.

Em relação ao projeto estruturador Agrominas, encaminhei a Proposta nº 2. Gostaria que fosse feita uma correção. A minha proposta é de incentivo e apoio aos produtores para a criação de consórcios e de cooperativas de produtores, a fim de agregar-se valor ao café, com torrefação, moagem e distribuição. Além do apoio à indústria de derivados: café solúvel, "capuccino" e outros. Poderia também ser criada uma rede de franquias estruturadas no Estado. Isso traria muito valor.

O Sr. Luiz Mário Giolian - Meu nome é Luiz Mário Giolian. Sou membro da Comissão de Mutuários da Cohab de Divinópolis e Diretor da Associação dos Deficientes. Exigimos que o governo do Estado e a Cohab cumpram, de uma vez por todas, com a Lei nº 10.150. Houve uma violação inacreditável. Entregaram documento de quitação, suspenderam o envio da boleta de pagamento - não havia como pagar - e, posteriormente, correu solto no governo Itamar Franco. De forma inacreditável, o governo do Sr. Aécio Neves voltou a cobrar, por meio da Diretoria da Cohab, com uma resolução do dia 25/8/2003. Resolução não é lei, e isso violou uma lei fundamental, que é o Código de Defesa do Consumidor.

Os deficientes e idosos solicitam que a Assembléia Legislativa e o governo busquem recursos para propiciar o passe livre, conforme o Estatuto dos Idosos e as leis que beneficiam os deficientes, os quais não são cumpridos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - O Lúcio propôs marcarmos o encontro para a segunda quinzena de outubro de 2006. Lembro que teremos eleições, podendo ocorrer segundo turno. Logo, há dificuldades para marcar a data previamente.

No final de 2002 e início de 2003, o governo federal repassou R\$780.000.000,00 para que 6.000km de estradas federais fossem cuidadas pelo Estado de Minas. Todas as análises, que são consistentes, demonstram que a verba é insuficiente para cuidar dessa extensão. Porém, assustamos o fato de que os R\$780.000.000,00 poderiam ter sido utilizados para cuidar de 1.000km, 1.500km. Se considerarmos a BR-354 como uma estrada estratégica no contexto da concessão, entendo que a reivindicação vale a pena.

Apelo para que haja uma solução nessa pendenga entre os governos estadual e federal. Não é possível ficar colocando a culpa em um e em outro. Os governos existem para facilitar as ações, e não para dificultá-las. Lamentavelmente, essa polêmica é utilizada muito mais em disputas político-eleitorais do que para solucionar os problemas.

Há muitos lutando em defesa da regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29. Uma parte do governo estadual - a Secretaria - está nessa luta, porém, não se trata de uma disputa de governos. Reivindico que o governo de Minas alie-se, para defender a regulamentação da emenda, ao governo federal e ao Congresso Nacional. Ao defender a regulamentação da Emenda nº 29, o governo está clamando para que ocorra conforme a Resolução nº 322, do Conselho Nacional de Saúde, e o Projeto de Lei Complementar nº 1/2003. Espero que o governo de Minas cumpra o que foi proposto no PPAG. Que cumpra a Resolução nº 322, do Conselho Nacional de Saúde, e faça com que os recursos aplicados na saúde estejam de acordo com esses referenciais, para que a Emenda nº 29 seja plenamente cumprida, independentemente de regulamentação. Do contrário, mais uma vez ficaremos na retórica e na polêmica, que nunca termina nem avança no Congresso Nacional. O prejuízo fica para a população, que diante de riscos de doenças, maiores do que um furacão que atinja a América Latina, o Brasil e Minas. Obrigado.

O Sr. Jair Pereira dos Santos - Com relação às ciclovias, já defendi várias vezes a necessidade de se retirarem os motoqueiros do trânsito tumultuado de Belo Horizonte. É necessário que essas ciclovias sejam destinadas também aos motoqueiros para solucionar o conflito deles com os carros.

A Sra. Alice Lorentz Faria Godinho - No projeto de gestão ambiental, causou-me profunda estranheza a omissão de determinado assunto. A água é nosso problema mais sério, e não só no Brasil. No mundo inteiro, todos estão preocupados com a água. Os comitês de bacias hidrográficas são a espinha dorsal da gestão de recursos hídricos no Brasil. No entanto, em momento algum esse assunto foi abordado, nem se falou da necessidade do fortalecimento e da implantação desses comitês. Além disso, quando se referem ao turismo, tratam somente dos projetos Estrada Real e Corredor Cultural da Praça da Liberdade. No entanto, há muitos Municípios mineiros com potencial turístico, que

dependem do turismo para crescerem. Obrigada.

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente - Convidamos os Coordenadores dos Grupos de Trabalho para entregarem aos Presidentes das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira o documento final contendo as propostas.

- Procede-se à entrega do documento final, contendo as Propostas de Ação Legislativa nºs 441 a 654/2005, publicadas nesta edição, na Ata da 84ª Reunião Ordinária.

Palavras do Deputado André Quintão

Cumprimento o Deputado Sebastião Helvécio, que tão bem coordenou esse trabalho. Faço esse reconhecimento de público. Tive a honra de coordenar os processos anteriores como Presidente da Comissão de Participação Popular, hoje sucedido pela Deputada Maria Tereza Lara. O Deputado Sebastião Helvécio sempre foi o relator do orçamento e do PPAG. E, como relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Deputado Sebastião Helvécio sempre teve sensibilidade no acolhimento das emendas populares.

Gostaria de fazer os meus agradecimentos primeiramente às entidades e aos que participaram deste evento. Ontem participaram mais de 500 pessoas e entidades; hoje, aproximadamente 300, nos trabalhos em grupos, e ontem na plenária geral. Foram apresentadas 203 sugestões. Uma coincidência: em 2003 foram também apresentadas 203 sugestões. Queria agradecer a todas essas pessoas e entidades, ao corpo técnico da Assembléia Legislativa. É impressionante a dedicação e a seriedade de todos os setores envolvidos da Assembléia, Gerência-Geral de Projetos Institucionais, Consultoria, Relações Públicas, TV Assembléia, e dos gabinetes - do meu gabinete, do da Deputada Maria Tereza Lara e dos outros Deputados. Gostaria de agradecer muito esse empenho.

Encerra-se esta etapa, e uma mais importante se inicia: a concretização das sugestões em emendas populares. Realizaremos debates na Comissão de Participação e de Fiscalização, em negociação com a base do governo, porque queremos ver as emendas aprovadas. Elas não devem ficar no papel. Nos processos anteriores, muitas foram cumpridas.

Queria também cumprimentar a Seplag, os gerentes que aqui estiveram nestes dois dias. É muito importante esse modelo de acompanhamento e de participação.

Sr. Presidente, concluo dizendo que nós, da Assembléia, os Deputados e Deputadas de todos os partidos, junto com a Seplag e a sociedade civil, estamos dando exemplo de participação em processo de planejamento de médio prazo, de acompanhamento e de execução orçamentária, de metas físicas. O trabalho continua, o processo continua. Parabéns a todos vocês que nos ajudaram nesse trabalho. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Miguel Martini

Sr. Presidente, senhoras e senhores, participantes, esta Assembléia vive um momento muito bonito. Disse ontem e quero repetir que a Assembléia, enquanto ainda nesse modelo representativo, tem o papel de aproximar-se do povo para melhor compreender as suas reais prioridades. As comissões permanentes desta Casa têm-se prestado a isso, mas a Comissão de Participação Popular avançou um pouco mais, ou seja, abriu um pouco mais de espaço para a participação popular.

De pouco adiantaria termos uma Comissão de Participação Popular, se tivéssemos um governo insensível, fechado, que não se dispusesse a ouvir a sociedade e a acolher as suas propostas e sugestões. Também nisso o Governador Aécio Neves inovou, dispondo-se a vir à Casa do povo e, junto ao povo, não mais por meio dos seus representantes, discutir o seu plano de governo, o PPAG. Discutir, fazer correções de rumo, adequando-se às reais necessidades e prioridades do povo.

Seria bom que a Prefeitura de Belo Horizonte e o governo federal fizessem o mesmo; seria bom que os outros Governadores copiassem. Recentemente, Minas Gerais procedeu à redução de 150 impostos, atitude copiada, imediatamente, pelo governo de São Paulo, que também é tucano. Lançou, lá, a Primavera Tributária, de redução de impostos. Na verdade, os bons exemplos vão sendo copiados. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que teve, no passado, experiência com audiências públicas, precisa avançar.

Acredito que essas reuniões para reavaliação do PPAG - discutia isso, há pouco, com os técnicos - precisam ser mais bem ajustadas, para produzir um resultado melhor. Atualmente, ainda há um descompasso entre a LDO, o PPAG e o Orçamento. Se promovermos esses ajustes, os resultados serão ainda melhores. Trabalharemos, na Comissão de Participação Popular, as propostas, as sugestões. Em seguida, passaremos à Comissão de Fiscalização Financeira, que é a comissão de mérito, para que faça também os ajustes. Sem dúvida, isso contribuirá com o que foi proposto, tendo em vista o plano de governo, de forma que os projetos estruturantes se ajustem à realidade de Minas Gerais.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão falou de R\$700.000.000,00. Minas Gerais e o Brasil sabem que esses recursos foram usados com a finalidade de resolver um problema do governo Itamar Franco, que não dispunha de dinheiro para pagar o 13º salário. Infelizmente, vieram sob o título de estradas, mas não para as estradas.

Nas propostas do Grupo II para a área de saúde, observei que as pessoas percebem o saneamento básico como saúde, conforme verificamos nestes itens: "Visita técnica da Copasa ao conjunto habitacional situado na nascente do brejo, em razão do lançamento de dejetos da Granja Verde; criação, no Programa 80, da despoluição dos esgotos sanitários nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; prestação de contas da Copasa, etc.". Tudo isso se inclui na questão da saúde.

É claro que todos os governos prefeririam aplicar tudo o que pudessem em saúde, visto que, no Brasil, os recursos destinados a essa área - considerando o setor privado e o setor público - giram em torno de R\$60.000.000.000,00 a R\$65.000.000.000,00. Para oferecer saúde ao povo brasileiro, precisaríamos de cerca de R\$150.000.000.000,00 a R\$180.000.000.000,00. Na realidade, o valor de que dispomos está muito aquém; é a realidade. Por isso, trabalhar a saúde preventiva é uma alternativa. Seria importante promover a prevenção, cuidar dos esgotos, do saneamento básico, promover o tratamento da água. Dessa forma, evitaríamos gastos com remédios e internações, entre outros fatores.

Essa discussão não se refere ao campo ideológico, mas ao que é possível ser feito. Na minha opinião, pode-se ampliar a participação da sociedade. Ontem, o Deputado Sebastião Helvécio, durante o encontro de Líderes, falou de algo fundamental, que esta Casa, bem como os demais parlamentos, ainda não realizou. Aliás, de algum modo, estamos fazendo isso com o PPAG. Todavia, proponho avaliarmos a execução das políticas públicas, para verificar se o resultado se deu conforme o esperado e com o menor custo.

A construção de uma estrada em determinado lugar não significa que foi algo bom ou ruim. Essa questão dependerá do resultado, do que será

beneficiado. Então, penso nessas avaliações; esse é o avanço do Poder Legislativo. Quanto a essa questão, precisamos avançar substancialmente. Vamos debater na comissão, com sensibilidade, esses aspectos, sempre buscando atender ao que for melhor.

Parabéns aos técnicos do governo e ao Secretário, que vieram aqui, por ordem do Governador Aécio Neves, discutir, ouvir e prestar contas. É um governo transparente, é a modernidade administrativa que foi implantada e que, a cada dia, cresce mais.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, não se preocupe, pode deixar para 15 de outubro do próximo ano. Acredito que a situação de Minas Gerais se resolve no primeiro turno. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Bernardo Tavares de Almeida

Gostaria de agradecer o tratamento dispensado por esta Assembléia, por intermédio do Deputado Sebastião Helvécio, que desde o início contribui e dá força para esse processo.

O Deputado André Quintão sempre teve muito cuidado para não transformar o debate das audiências públicas em disputa política. Em todos os momentos, a construção, determinação do Governador Aécio Neves, foi conjunta. Buscamos aprimorar o plano, e não entrar em conflito, bater ou trombar de frente com o plano e com a estratégia. Muitas estratégias foram construídas nos planos e orçamentos, desde 2003.

Conforme observações do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em relação às estradas, o governo de Minas, neste ano em que a situação fiscal, em função do choque de gestão, melhorou um pouco, vem aplicando no Pró-MG, por exemplo, 120 milhões. É um volume expressivo de recursos. As estradas estaduais vêm sendo recuperadas.

Nesse processo de construção conjunta, o governo também, em parceria com a Prefeitura, dará em breve ordem de início à Linha Verde. Há outras parcerias com a Prefeitura Municipal, independentemente de posições partidárias.

Todos esperam que o processo seja uma construção, e não um embate. Havendo o embate, quem perde é a audiência pública e a sociedade, que não terá seus pleitos atendidos.

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece ao Dr. Bernardo Tavares, que também tem contribuído de modo exaustivo para o aprimoramento do sistema de planejamento do Estado de Minas Gerais.

Palavras do Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães

Gostaria também de agradecer a atenção dos Deputados Sebastião Helvécio, André Quintão e Miguel Martini e da Deputada Maria Tereza Lara, pelo compromisso de estarmos aqui, até a esta hora, num processo de revisão do PPAG.

Não é comum, neste espaço, dar importância ao instrumento de planejamento, que é sempre visto como tarefa de alguns burocratas e economistas. Trata-se de um instrumento que, quanto mais utilizado e mais discutido, melhor poderá ser usado pela classe política e pelas lideranças da sociedade a fim de definir os rumos dos setores públicos municipal, estadual ou federal.

Este é o espaço para buscarmos ligar o orçamento ao planejamento de médio prazo, que sempre foi um ponto importante para nós. Na verdade, um princípio, com o que o orçamento passa a ser uma peça ligada a uma visão de maior prazo.

Todos nós sabemos que há divergências políticas claras, manifestadas pelos jornais por intermédio da diferença entre os números da Seplag e os do Deputado André Quintão, por exemplo. No entanto, nesse momento, devemos tentar construir juntos a melhor solução para a sociedade mineira.

Desde o início, a orientação do Governador Aécio Neves é de o Poder Executivo estar aqui e dar à participação popular a importância que merece. Desde o primeiro momento, os Secretários de Estado, os Diretores e os Presidentes de empresas, assim como os gerentes, estiveram aqui apresentando as ações de governo. Buscamos sempre maior transparência na ação do governo Aécio Neves.

Finalmente, agradeço a audiência de todos os representantes, porque avançamos. Esse terceiro momento foi melhor que o primeiro e o segundo. Espero que esse processo continue pelos próximos anos.

Quanto à data para o ano que vem, o final de novembro talvez fosse melhor, porque evitaria qualquer polêmica.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Nossos cumprimentos ao Deputado Sebastião Helvécio, que coordena esta reunião e representa não só a Assembléia de Minas, mas também a Comissão de Fiscalização Financeira. Nossos cumprimentos aos membros da Comissão de Participação Popular, Deputados André Quintão e Miguel Martini, e ao Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães, que teve a abertura de construir, em conjunto com a Casa, esse espaço de revisão do PPAG com a participação popular.

Agradecemos ainda à Consultoria, ao GPI, à Escola do Legislativo, a todos os funcionários da Casa, aos coordenadores dos grupos, que deram uma grande contribuição, aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos Deputados da Casa, sobretudo àqueles que estão até agora conosco. Agradecemos àqueles que vieram fazer a sua exposição, os gerentes, os representantes de Secretarias e de órgãos públicos do Executivo estadual.

Agradecemos, de modo especial, aos representantes dos movimentos sociais, dos sindicatos e das Câmaras Municipais. Não adiantaria a vontade política do Executivo e da Assembléia Legislativa de Minas se não fosse a efetiva participação dos movimentos sociais. Não teria sentido o nosso encontro ou não alcançaríamos os objetivos que tivemos nesse processo de revisão do PPAG.

Como Presidente da Comissão de Participação Popular, faço um balanço bastante positivo desse processo. Tivemos 583 inscrições de representantes de movimentos sociais e de Câmaras Municipais, que passaram conosco esses dois dias debatendo exaustivamente essa proposta de revisão do PPAG. Foram 205 sugestões, além das 203 já mencionadas pelo Deputado André Quintão, que vem, há dois anos, envidando todos os esforços nesse processo de revisão do PPAG. Então, mais duas sugestões foram acrescentadas. O processo continua.

O grande desafio é acompanharmos, efetivamente, a execução desses projetos estruturadores e construirmos juntos uma avaliação permanente. Registro que Minas tem dado ao País o exemplo de participação popular. Temos de avançar mais ainda na transparência tanto da Assembléia de Minas quanto do Executivo.

Deve haver a integração das três esferas de poder. Na situação que vivemos hoje, não é possível construir a sociedade justa, fraterna, igualitária e transparente que defendemos se não houver a integração das três esferas de poder. Temos trabalhado também para conseguir esse objetivo.

Encerrando, gostaria de dizer ao nobre colega Deputado Miguel Martini que, de fato, temos elogiado essa participação popular tanto do Executivo quanto do Legislativo. Desde 1993, a Prefeitura de Belo Horizonte vem construindo o Orçamento Participativo. Em 2003, o governo federal construiu várias audiências públicas do PPAG participativo, não só reconhecendo o processo positivo, mas também fazendo justiça com a esfera executiva municipal de Belo Horizonte. A esfera federal também tem dado essa contribuição.

Mais uma vez, agradecemos a todos e convidamos os movimentos sociais a continuarem acompanhando as propostas nas reuniões das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, bem como a execução do PPAG e a lei orçamentária, para que, cada vez mais, possamos assumir esse compromisso público, efetivo, ouvindo a sociedade civil organizada.

É preciso avançarmos na democracia representativa, que deve ser fortalecida. A democracia deve ser participativa e direta, para que a população não só eleja seus representantes, mas também acompanhe os mandatos do Legislativo e do Executivo. Dessa forma, teremos uma democracia fortalecida, uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Obrigada.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece muitíssimo ao Dr. Tadeu Barreto. Devo dar também o meu testemunho de que Deus tem-me dado a felicidade de estar como Deputado desde a nossa quarta constituinte, época em que o Secretário Anastasia era o nosso Consultor-Chefe para elaboração da constituinte. Dr. Tadeu, nesses meus quase 20 anos de mandato parlamentar, nunca vi uma Seplag tão interessada e com sentimento de participar com a Assembléia para que possamos ter realmente uma peça de planejamento que seja o pensamento do Executivo e do Legislativo. Portanto, o nosso agradecimento muito especial.

Com grande alegria, conjugamos hoje o verbo "deputar". Esse verbo, tantas vezes incompreendido, é utilizado com o significado de representar. Com muita alegria, em nome da Presidência e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, posso afirmar que, hoje e ontem, ocorreu, nesta Casa, um exercício profundo do verbo "deputar".

Nas últimas eleições, os Deputados Estaduais tiveram votação maior em Minas Gerais que o Presidente Lula e que o Governador Aécio Neves, o que mostra a importância do Poder Legislativo para a sociedade brasileira. Num momento em que há um desgaste acentuado da classe política, é da maior relevância podermos ter a grandeza de discutir, em Minas Gerais, os alicerces para uma política de planejamento. Tenho, no planejamento, um momento único da história, para buscarmos esse entendimento a favor do planejamento. Na verdade, se fizermos uma digressão histórica, constataremos que a mãe de todos os planejamentos é a Gosplan.

Em 1921, na Rússia, nasceu a idéia da economia planificada. Naquela época, os Estados Unidos, com o impacto do liberalismo, contrapunha-se totalmente às idéias do planejamento. Em 26/12/28, o Presidente Coolidge encaminhou ao Congresso americano a mensagem para o ano seguinte, afirmando que 1929 seria um ano histórico de imensa felicidade, devido à riqueza do país naquele ano.

Em outubro de 1929, ocorreu a quebra da Bolsa de Nova Iorque e, certamente, foi o momento mais grave do capitalismo. Foi exatamente o planejamento que permitiu ao capitalismo organizar-se, inspirar-se nas técnicas modernas do planejamento, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, quase todas as sociedades democráticas se fundamentam na questão do planejamento. Portanto a discussão não é ideológica. É a busca do planejamento como sendo uma ferramenta de eficiência, de eficácia, para que possamos melhorar a vida das pessoas que dependem do poder público. É esse o grande momento que todos nós tivemos.

Acredito que o Dr. Tadeu, representando o Executivo; a Deputada Maria Tereza Lara, representando o Legislativo; e cada um dos participantes - escolherei o Arimathéa, como sendo um dos representantes dos mais de 500 indivíduos e entidades que nos ajudaram -, todos nós terminamos esta tarde da primavera de 2005 com um sentimento único: o encanto da possibilidade. Saímos daqui acreditando que a nossa participação poderá ajudar a melhorar a vida de alguém. Talvez não haja sentimento maior para quem deseja se representar ou representar alguém e obter essa possibilidade.

Que Deus nos ilumine para que tenhamos sempre, em Minas Gerais, momentos como estes, ou seja, em que a sociedade se reúne com os Poderes Executivo e Legislativo, visando a uma única coisa: o bem-estar dos mineiros. Um grande abraço. Muito obrigado.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 20/10/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Alencar da Silveira Jr., Irani Barbosa e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Genaro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do trabalho dos empreendedores populares de Belo Horizonte e Região Metropolitana e comunica o recebimento de ofício do Sr. Fernando Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, justificando sua ausência nesta reunião. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Renato Franco de Almeida, representando o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público; Djalma Pereira, Presidente da Associação Geral dos Empreendedores Populares; Maria Gorete de Paula, representante do "Shopping" Oiapoque; Luiz Carlos de Souza, representante do "Shopping" Xavantes; Hélio Leitão, representante dos Ambulantes; Adão Meirelles, representante do "Shopping" Venda Nova; Jonas Júlio da Cruz, Presidente da Fenashopping e Mário Valadares Resende Costa, proprietário dos prédios dos "Shoppings" Tupinambás e Oiapoque, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Carlos Gomes. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Alencar da Silveira Jr. faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2005.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Elisa Costa - Jô Moraes.

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Sebastião Helvécio, Paulo Piau, Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado José Henrique, por indicação da Liderança do PMDB) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gustavo Valadares, Paulo Cesar e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elisa Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Srs. Marcus Pestana, Secretário de Saúde e Gestor do SUS (18/10/2005); Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Aguinaldo Mascarenhas Diniz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (20/10/2005). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.141/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição); 2.325/2005 (relator: Deputado Ermano Batista) na forma do vencido no 1º turno, e 2.264/2005 na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 8 (relator: Deputado Sebastião Helvécio). Neste instante, registra-se a presença do Deputado José Henrique. São também aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.070/2005 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e 2.338/2005 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e pela rejeição da Emenda nº 1 (relatora: Deputada Elisa Costa); 2.364/2005 (relator: Deputado José Henrique) e 2.429/2005 (relator: Deputado Jayro Lessa) na forma dos Substitutivos que receberam o nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e 2.548/2005 (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição). Neste momento, o Deputado José Henrique deixa a reunião e é substituído pelo Deputado Antônio Júlio. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005 e pela rejeição da Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista) é apresentado, pela Deputada Elisa Costa, requerimento de destaque da Emenda nº 1 do Bloco PT-PCdoB. Submetido a votação, é aprovado o parecer, salvo destaque da Emenda nº 1, registrando-se o voto contrário da Deputada Elisa Costa. Colocada em votação, a Emenda nº 1 é rejeitada, registrando-se o voto contrário da Deputada Elisa Costa. O Projeto de Lei nº 1.991/2004 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ermano Batista, em que solicita seja encaminhado pedido de informação ao Secretário de Fazenda sobre a inclusão dos produtos contantes dos incisos XIV, XV, XVI e XVIII, do art. 12, § 30, do Projeto de Lei nº 1.991/2004, em tramitação nesta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 27/10/2005, às 12 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.991/2004, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Ermano Batista - Elisa Costa - Jayro Lessa - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.573/2005, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 5.518/2005, do Deputado Miguel Martini; e 5.530, 5.531 e 5.533 a 5.535/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e discutir o desativamento de destacamentos de menor porte da PMMG nos Municípios mineiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.511/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 5.543/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.566/2005, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial do Cooperativismo, a realizar-se às 14h30min do dia 8/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados que discorrerão sobre o tema "Cooperativismo: história, evolução e importância"; e discutir e votar proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e buscar soluções, em audiência pública, para o conflito existente no Condomínio do Conjunto Juscelino Kubitschek.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 9 e 14 horas do dia 7/11/2005, destinadas à realização do Ciclo de Debates: Implantação do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais - SUAS.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 7/11/2005, destinada à comemoração dos 50 anos de história da televisão em Minas Gerais, com homenagem especial à TV Itacolomi.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os mecanismos de controle da poluição do ar causada por veículos automotores e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2005, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proposta contida no Projeto de Lei nº 2.555/2005, da Deputada Elisa Costa, que dispõe sobre a emissão de notas fiscais do produtor rural em nome da família, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2005.

Padre João, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e os Deputados Padre João, Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 9/11/2005, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o tema "Competitividade e Sustentabilidade - A Eficácia dos Instrumentos de Gestão Ambiental", com o objetivo de estudar as medidas necessárias para adaptar a legislação ambiental à realidade do setor produtivo do Estado.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/11/2005, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, os problemas decorrentes da edição de ato normativo que restringe o afastamento e o deslocamento de membros da PMMG e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 27/10/2005

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, funcionários presentes nas galerias, ocupo esta tribuna por mim, como tucano, e autorizado pela Bancada do PSDB.

Anteontem, dia 25 deste mês, o Senador Eduardo Azeredo, num gesto de grandeza diante do seu partido e de seus correligionários, renunciou à Presidência nacional do PSDB. Renunciou para assumir, sem o escudo que o cargo lhe dava, sua posição na trincheira da moralidade, a que foi guindado ao longo de uma vida pública pautada pela ética, pelo desapego a questões materiais e pela simplicidade.

Inferno a qualquer tipo de desvio de conduta, Eduardo sempre cora, com justa razão, ante a possibilidade de vir a ser questionado. Enrubescer porque não se permite desviar e, não tendo de fato desviado, esta convicção passa-lhe a dor de estar sendo traído. O caráter de Eduardo Azeredo é inquestionável. Sua reputação de homem público sempre foi exaltada. Foi Vice-Prefeito e Prefeito de Belo Horizonte e Governador do nosso Estado. Ninguém que procedesse com isenção encontrou motivo para tripudiar sobre sua honra e seu caráter.

Agora, com essa onda criminoso que avassala o País, sob o comando do Palácio do Planalto, assaltando os cofres públicos, sangrando as parcas economias do povo brasileiro, sabe Deus com que intenções, buscam, a qualquer título, desenterrar argueiros, dando-lhes a dimensão que não têm para criar a cortina de fumaça que julgam necessária para obnubilar a visão que hoje a Nação tem do furacão que se instalou e se encosta em Brasília, ameaçando destruir a democracia consolidada neste país. Contra-senso vexamoso, absurdo estabelecer paralelo entre contribuição de campanha, não foi mais do que isso, realizada em 1998, com o atual procedimento continuado de dilapidação do patrimônio público, roubarheira epidêmica no governo federal, que faria o gigante PC encolher à estatura de um pigmeu.

Tivesse o Governador Eduardo Azeredo usado a máquina para se reeleger, com certeza seria vitorioso, depois de ter praticado uma das melhores administrações no Estado, ao longo de toda a sua história. Mas o escrúpulo acentuado em Azeredo, escasso, infelizmente, e até ausente hoje no Planalto, não o permitiu.

Meu caro coestaduano Senador Eduardo Azeredo, parabenoize-te pelo descortino, pela grandeza de deixar seus companheiros de partido à vontade, numa demonstração patente de que não tem o que temer nem mesmo o que explicar.

Esteja certo, Senador, nós, mineiros, conhecemos-te, exaltamos-te. A caudal suja e fétida que escorre do Palácio do Planalto está prestes a

afogar seus algozes, aliás, verdugos do povo brasileiro, mas não terá, jamais, o poder de te sepultar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elmiro Nascimento - Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje para prestar a homenagem desta Casa à Diocese de Patos de Minas, que comemora o jubileu de ouro de sua criação.

O então Papa Pio XII, em 5/4/1955, assim se pronunciou no início da Bula Pontifícia que criou a Diocese de Patos:

"Para perpétua lembrança do acontecimento. Desde o dia em que a infinita bondade de Deus quis elevar-nos à suprema dignidade da Igreja, e possuir a plenitude do poder sagrado, nada consideramos melhor e mais santo que apresentar àqueles que se gloriam do nome de cristãos o caminho cada vez mais cômodo e mais apto para a salvação eterna. Como, portanto, o nosso venerável irmão Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo de Uberaba, zeloso do bem dos fiéis que vivem na região meridional do seu Estado, chamado Minas Gerais, na República brasileira, pedisse a esta Sé de Roma que, dividido o território da sua extensíssima diocese, fundasse uma nova diocese, julgamos que sem dúvida se deve atender a este pedido."

Proféticas palavras de Sua Santidade. Há 50 anos, a Igreja em Patos faz por honrar a instalação de sua Diocese e, para perpétua lembrança do acontecimento, faz de sua história o fiel testemunho da mensagem evangélica. De fato.

Instalada em 30/10/55, com a posse de seu primeiro Bispo, o saudoso Dom José André Coimbra, a Diocese de Patos é semente fecunda de paz em seu território.

Paz que é plantada pelas ações testemunhais de seus presbíteros, seminaristas, religiosos e leigos. São eles, em conjunto, que fazem dessa Diocese modelo da prática cristã e de convivência harmônica entre as religiões nela sediadas.

Com orgulho, posso dizer que a nossa Diocese tem uma sólida história na construção da cidadania, do desenvolvimento sustentado, da educação e da formação de nossa gente.

A rigor, Patos de Minas nasceu sob a bandeira da fé.

Desde o momento em que Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua mulher, D. Luiza Corrêa de Andrade, em junho de 1826, doaram uma "parte de terras de culturas e campos da fazenda denominada Patos, na aplicação de Sant'Anna da Barra do Espírito Santo, Termo de Araxá e Comarca da Villa de Paracatú do Príncipe, para que se construísse um templo ao Glorioso Santo Antônio", a história foi pródiga com a região.

O crescimento do lugarejo foi vertiginoso para a época. "Terra nutriz, poenta e avermelhada" atraiu pessoas de todos os cantos, que vieram fazer das margens do Rio Paranaíba um recanto bom de se viver.

E a Igreja Católica se fez presente desde o nascedouro do lugar. Daí a formação cristã do patense ser tão sólida. As terras foram desbravadas, tendo, por guia, sacerdotes que se dedicavam à educação e à formação do povo dos Patos.

Seu primeiro pároco, na condição de vigário encomendado, foi o Pe. José de Brito Freire e Vasconcelos, que iniciou a construção do primeiro templo para o lugarejo.

Sucedeu-o o Cônego Getúlio Alves de Melo. Quando assumiu o paróquio patense, em 1875, instituiu uma comissão para que se 'erigisse um templo em louvor a Santo Antônio dos Patos'. Cônego Getúlio faleceu em 1919, sem ver concluída a obra que iniciou, a Matriz da Praça Dom Eduardo, cuja conclusão se deu com o saudoso Monsenhor Manoel Fleury Curado.

Monsenhor Fleury, como carinhosamente era chamado por todos nós, foi um gigante na história da criação da Diocese. Foi ele quem primeiro percebeu o crescimento do lugar e o quanto a cidade do 'povo dos Patos' iria representar para toda uma vasta região.

Percebeu Monsenhor Fleury que Patos seria sede de uma diocese, tendo em vista a extensão geográfica da área territorial da Diocese de Uberaba. Percebeu, também, que a matriz iniciada pelo Cônego Getúlio seria pequena para atender a cidade. Para atender uma diocese, então, seria impraticável.

Iniciou, então, o movimento para a construção da nova matriz, que seria a futura guardiã da cátedra do Bispo de Patos.

Quando, em 30/10/55, D. Armando Lombardi, Núncio Apostólico, à frente de comitiva de cinco bispos, deu posse a D. José André Coimbra, a Catedral de Santo Antônio estava pronta.

Permito-me, Sras. e Srs. Deputados, prestar uma homenagem a sacerdotes que, de forma exponencial, prestaram à Diocese de Patos valorosa contribuição. Minha homenagem é pela grandeza do trabalho que realizaram. Foram verdadeiros apóstolos na formação musical, na educação, na pregação do Evangelho e na formação de várias gerações de adolescentes, que povoam nosso país e honram nossas mais caras tradições.

Ao enumerá-los, deixo registrada minha saudade e minha admiração. Conheci a todos eles. Com alguns, tive convivência mais próxima, com outros, tive a respeitável convivência que os mineiros aprendem, desde o berço, a ter com os mais velhos e com aqueles que são luminares da ciência e do saber.

Em primeiro lugar, Monsenhor Fleury, por quem todos os patenses, independentemente de cores partidárias, têm saudoso respeito.

D. José André Coimbra, nosso saudoso D. José, Bispo pré-conciliar que nos cativou com sua pobreza evangélica e sua riqueza cultural. Morreu pobre e repousa em nossa catedral, onde seu túmulo pode ser visitado por todos.

Pe. Antônio Alves de Oliveira, o cura da catedral de minha infância. Cerimonioso, austero e músico primoroso, prematuramente faleceu em desastre automobilístico.

Pe. Almir Neves de Medeiros, talvez o maior orador sacro que tive a oportunidade de ouvir e com quem tive a oportunidade de conviver. Sem

medo de errar, posso dizer que Pe. Almir foi o responsável maior pela formação de boa parte da juventude de Patos. Cheio de manias, com uma cultura invejável, de trato às vezes difícil, era, contudo, um amigo leal e companheiro de tantas jornadas de muitos patenses.

Pe. Dias, Antônio Dias dos Reis; Pe. José André Caldeira Coimbra; Monsenhor Sebastião Fernandes; Frei Antônio e Frei Joaquim de Gangi; Pe. Bosco.

Pe. Tomaz e Pe. Vieira, que tanto colaboraram para o crescimento de nossa diocese. Hoje, afastados do ministério sacerdotal, continuam com os mesmos ideais cristãos.

Quero deixar expressa, ainda, minha homenagem ao Monsenhor Josias Tolentino de Araújo, nosso eterno Pe. Josias. Foi ele o Secretário da Sessão de Instalação da Diocese e é o único que ainda, graças a Deus, encontra-se entre nós, em pleno ministério. Em seu nome, Pe. Josias, deixo meu abraço a todos os padres da nossa querida diocese cinquentona.

A Diocese de Patos de Minas é composta pelos Municípios de Abadia dos Dourados, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Guimarânia, Ibiá, Iraí de Minas, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Monte Carmelo, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros e Varjão de Minas. São 24 Municípios das regiões do Alto Paranaíba e Noroeste mineiro, que recebem os ensinamentos da cátedra de D. João Bosco Óliver de Faria.

D. João Bosco, como carinhosamente o chamamos, desde a instalação da diocese é o seu quarto Bispo. Sucedeu a D. José Belvino e a D. Jorge Scarso. Tomou posse da nossa diocese em 22/2/92.

Chegou e foi recebido com carinho pelo povo dos Patos. Implantou um novo sistema de administração na diocese, e suas visitas pastorais são o testemunho de seu lema. Lema que assina o brasão de armas e já chamou a atenção de todos pelo fato de não ser grafado em latim, como de praxe acontece. Em letras firmes, seu lema convida-nos a uma reflexão diária: "Só o amor constrói".

D. João Bosco explica a todos que quer fazer de seu episcopado uma mensagem de paz à violência do mundo moderno, apresentada pela violência dos sistemas econômicos, das nações grandes sobre as pequenas, do terrorismo, da violência urbana e da violência contra as famílias.

Pastor ciumento de seu rebanho, D. João Bosco tem dado à Diocese um novo cariz. E essa novidade, a rigor, tem como fundamento uma frase lapidar que encima a capela de sua casa: "Deus é maior do que o meu problema".

Receba, D. João Bosco Óliver de Faria, os agradecimentos do povo de Minas Gerais pelos grandes benefícios que a Diocese de Patos de Minas trouxe para as regiões do Alto Paranaíba e Noroeste mineiro.

Que venham outros 50 anos!

Sr. Presidente, formalizando os cumprimentos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais à da Diocese de Patos de Minas em razão de seu aniversário, apresento-lhe o seguinte requerimento: o Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a realização de uma Reunião Especial desta Casa para homenagear a Diocese de Patos de Minas pelas comemorações dos seus 50 anos de sua instalação. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte)* - Como patense, não poderia deixar de manifestar a minha alegria pelos 50 anos da Diocese de Patos de Minas.

Cumprimentamos D. João Bosco, Bispo atuante e zeloso da nossa Igreja Católica.

Recordo-me, dos meus tempos de menino e de jovem, de D. José André Coimbra e de D. Jorge Scarso, Bispo que já se hospedou em minha casa. Sou-lhe grato por presentear-nos, a mim e a minha esposa, ao retornar de um encontro com o Papa João Paulo II em Roma, com um pôster autografado pelo Papa.

Parabenizo o Deputado Elmiro Nascimento por sugerir nesta oportunidade essa homenagem especial à Diocese de Patos de Minas, que conduz tão bem os seus trabalhos. Temos de mostrar os bons exemplos das pastorais e do trabalho social da Igreja Católica. Isso é muito oportuno para dizer aos mineiros que a Igreja faz o bem, e que temos de estar sempre, como a Assembléia Legislativa, apoiando todas as instituições que trabalham pelo bem do povo. Parabéns por essa iniciativa.

O Deputado Elmiro Nascimento - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todos. Neste momento, ocorre uma reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, ocasião em que se discute o Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 1.991.

Nesse projeto, há várias emendas importantes. Com a Deputada Elisa Costa, representando o Bloco PT-PCdoB, apresentamos essas emendas. Estamos tentando convencer os Deputados a aceitá-las.

Com o Deputado Antônio Júlio, apresentamos uma emenda que autoriza o parcelamento da dívida do IPVA em até 12 vezes. Já apresentei a esta Casa projeto de lei que autoriza o governo do Estado a dividir em 12 vezes o débito dos contribuintes do IPVA. A proposta visa a alterar a Lei nº 14.937, que dispõe sobre o pagamento desse imposto.

Além de parcelar a dívida, a medida apresentada autoriza o governo mineiro a conceder desconto sobre os juros, multas e mora incidentes sobre os impostos. A redução será exclusivamente em relação ao valor das multas e dos juros de mora cobrados nas parcelas atrasadas e não incidirá sobre o valor do débito principal. Por exemplo, se o contribuinte for acertar o seu IPVA atrasado e dividi-lo em seis vezes, terá 80% de desconto na multa e nos juros cobrados.

Quem pagar à vista não arcará com juros ou multas. O desconto segue os limites propostos: 100% para pagamento à vista; 90% para pagamentos de duas a quatro parcelas; 80% para pagamentos de cinco a sete parcelas; e 70% para pagamentos de oito a 10 parcelas. Não há redução para pagamento de 10 a 12 parcelas.

O governo do Estado concedeu desconto nos juros e nas multas do ICMS para as empresas de telefonia. Se garante esse desconto para elas, por que não fazer o mesmo para todos os cidadãos que, muitas vezes, estão custando a pagar suas dívidas?

A medida, se aprovada, sem dúvida propiciará um acréscimo às receitas do Estado, uma vez que os contribuintes serão estimulados a quitar débitos e dívidas tributárias com desconto sobre o valor da multa e dos juros de mora. A dispensa do pagamento de multa e de juros de mora é um expediente que não prejudica, de maneira alguma, as finanças do Estado. Ao contrário, estimula a quitação junto ao fisco.

A título de exemplo, o governo do Estado de Minas editou, no dia 18/2/2005, o Decreto Lei nº 43.970, que dispensa as empresas concessionárias de telefonia do pagamento de multa relativa à falta de pagamento do ICMS, que é o principal tributo do Estado. O que o governo fez? Dispensou as empresas de telefonia. Ora, se até as grandes concessionárias estão dispensadas de pagar multa pelo atraso ou pela falta de pagamento de ICMS, nada mais justo que conceder o mesmo benefício aos demais cidadãos mineiros, que, frente às dificuldades financeiras, vêem-se obrigados a deixar de pagar seus impostos em dia.

Saliento: a lei que ora propomos modificar foi objeto de recente modificação, quando houve a discussão do propalado tarifaço do Aécio, um pacote de medidas que criavam e aumentavam impostos e taxas. Com relação ao IPVA, o aumento foi abusivo e chegou a 100% sobre motos, "vans" e veículos utilitários. Por outro lado, as grandes empresas de locação de automóveis tiveram uma redução de 50% do tributo.

O que aconteceu? Houve aumento de 100% para os contribuintes que têm moto, e as locadoras de veículo tiveram 50% de desconto na taxa de licenciamento. Ou seja, aumenta-se para o povo e reduz-se para as locadoras. Essa é uma medida muito injusta, a qual questionamos e abominamos. Daí a importância da aprovação do nosso projeto, que garante o parcelamento do IPVA e possibilita desconto nas multas e nos juros. O Estado arrecadará mais, porque as pessoas não têm condições de pagar da maneira que o governo quer cobrar.

Espero que os Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária tenham essa sensibilidade. Que a nossa emenda, com o Deputado Antônio Júlio, seja acatada.

Não só o parcelamento, que o relator, Deputado Jayro Lessa, já garantiu que acatará, mas também a revisão de juros e multas relativos ao IPVA.

Outra emenda ao Projeto nº 1.991 refere-se ao fim da Taxa de Incêndio para o comércio e para a indústria. Lutamos muito, denunciemos e brigamos. Por meio da aprovação da Lei nº 15.425, conseguimos banir a Taxa de Incêndio residencial de todos os Municípios de Minas Gerais. Conseguimos acabar com a cobrança abusiva que o governo estava fazendo para as residências. Aprovamos emenda de minha autoria e do PMDB, uma Adin foi impetrada pelo Bloco PT-PCdoB, a qual está tramitando no STF, e estamos aguardando resposta. Se nossa emenda for acatada, haverá a possibilidade de acabar com a novela da Taxa de Incêndio de uma vez por todas. O Governador não queria dar o braço a torcer. Chegou a enviar as boletas de cobrança para as residências, mas a sociedade se revoltou, as associações em todo o Estado pressionaram, e, por meio da emenda que apresentamos, a Taxa de Incêndio para as residências foi revogada. Esperamos que nossa emenda revogando a Taxa de Incêndio para o comércio e a indústria seja aprovada. Se não for, não desistiremos; denunciaremos e continuaremos a brigar nesta Casa.

Outra emenda importantíssima, de nossa autoria, garante a gratuidade para a retirada de segunda via de documentos furtados ou roubados - Carteira de Identidade, Certificado de Registro e Carteira de Habilitação. Se o cidadão teve seu documento roubado ou furtado, se o governo do Estado não lhe deu segurança, ele não pode ser penalizado duas vezes. Ele é penalizado quando seus documentos são furtados e depois é penalizado ao ter que pagar um valor exorbitante para obter a segunda via desses documentos. Isso não é justo. Se o Estado não garantiu a segurança do cidadão, ele tem o direito de obter gratuitamente a segunda via de seus documentos. Isso é honesto e justo. Apresentamos essa emenda e esperamos que seja aprovada. Já era lei do Deputado Gil Pereira, revogada pelo Governador no "tarifaço". Gostaria de saber por que o Governador fez isso com um Deputado da base de governo. Agora queremos que seja garantida a gratuidade da segunda via dos documentos roubados ou furtados.

Outra emenda, muito justa, diminui o ICMS na conta de energia elétrica. O cidadão mineiro paga 30% de ICMS, o mais caro do Brasil. A conta de energia elétrica subiu recentemente 23,88%, três vezes acima do índice inflacionário. A Cemig teve um faturamento, em 2004, de mais de R\$1.300.000.000,00. Apresentamos um projeto de lei e uma emenda diminuindo o ICMS para 25%, que seria muito justo. Esperamos que os Deputados tenham sensibilidade e a acatem.

Com relação ao IPVA, houve um aumento exorbitante da taxa de licenciamento de veículos. Apresentamos uma emenda para que o valor dessa taxa seja reduzido em 50%, tal como foi feito para as locadoras de veículos. Se houve redução de 50% para as locadoras, que haja também para o contribuinte.

Em 2003, o valor da taxa de licenciamento era de R\$28,50; em 2004, R\$35,59; em 2005, R\$46,10. Ou seja, em dois anos, houve aumento de mais de 61%. Pode-se aumentar a contribuição do povo mineiro, sem problemas, mas dar reajuste aos servidores... Aliás, o reajuste foi dado de forma enganosa: será de 5% no ano que vem, para os servidores da educação, descontada a VTI. Por que não garantir esse mesmo reajuste aos servidores, aos professores que estão há 11 anos sem aumento e têm piso salarial de R\$212,00, menos que o salário mínimo?

Mas é possível aumentar as taxas de licenciamento e de energia elétrica; criar taxas de incêndio e de 2ª via de documentos; diminuir o desconto das locadoras de veículos; criar taxa de R\$97,00 por ano para os despachantes, que já pagam vários impostos; criar taxa de certidões para a Polícia Militar. Aliás, queremos parabenizar o Deputado Jayro Lessa por ter acatado a emenda de minha autoria que acabou com a taxa de certidões para a Polícia Militar. Também é possível criar taxa de faixa-domínio para as empresas de "outdoor". Uma empresa teria de pagar R\$5.000,00 por ano para ter uma placa em rodovia, e poderia alugá-la por aproximadamente R\$200,00. O governo queria cobrar R\$5.000,00. Denunciamos, brigamos e conseguimos diminuir o valor dessa taxa, que será de 5 Ufemgs por m², por ano, ou seja, R\$8,00. Como um "outdoor" possui 27m², a empresa terá de pagar cerca de R\$200,00, o que é justo. Mas querer cobrar R\$5.000,00 é acabar com as empresas!

Para finalizar, gostaria de dizer que está havendo usurpação de autoria nesta Casa. Apresentamos um projeto, o Governador o considera bom e o copia. Estou há quase três anos nesta Casa denunciando que os produtos da cesta básica em Minas Gerais têm a maior tributação de todos os Estados brasileiros. Estou batendo pesado, falando que o Governador tem de diminuir, pressionando. Apresentamos um projeto, o de nº 1.991, que está em tramitação, e o Governador, de forma esperta, apresentou-lhe um substitutivo, para que não fosse votado o meu projeto de redução zero do ICMS do arroz e do feijão. Como o apresentei primeiramente, o meu projeto tem prerrogativa, mas o Governador faz questão da sua autoria. Queria dizer, Governador, que não há problema; pode ficar com a autoria. Não fazemos questão de ser o pai da criança. O mais importante é garantir a redução do preço do arroz e do feijão para os trabalhadores que passam por dificuldades, garantir a aprovação do projeto e a sua transformação em lei. Aliás, as distribuidoras de arroz não agüentam mais a alta carga tributária do nosso Estado. A maioria fechou e foi para outros Estados, como Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Fico feliz de terem sido acatadas algumas emendas que apresentamos, como a que garante o parcelamento do IPVA em 12 vezes, o que é muito importante. Garantimos também que as certidões da Polícia Militar sejam gratuitas. Em relação ao IPVA, participaremos da Comissão e continuaremos a argumentar para que seja garantido o desconto da multa e dos juros.

No mais, queremos agradecer ao Presidente, Deputado Rogério Correia, e dizer que continuaremos atentos. No Orçamento, que será votado no final do ano, proporemos modificações para a garantia de mais recursos e dignidade para os servidores públicos, que receberam aumento esdrúxulo.

Os servidores do Estado estão revoltados com o posicionamento do governo, que prometeu, mas não cumpriu. Houve um grande aumento da arrecadação. O governo havia dito que, de acordo com a arrecadação do Estado, seria garantido o aumento dos servidores, mas isso não aconteceu. Continuaremos cobrando e pressionando. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/10/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando, a partir de 7/11/2005, Arlinda Freire França do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Lucas Varela Braga para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando, a partir de 7/11/2005, Lilian Ferreira de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Daniela Lúcia Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Geraldo Magela Sales Guedes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 7/11/2005, Saulo Alcântara de Carvalho do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP;

nomeando Arlinda Freire França para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP;

nomeando Dinorá Pereira de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PCdoB.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Arinos. Objeto: doação de um microcomputador Compac-Prolinea. Licitação: dispensa.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais. Objeto: locação do Edifício Montesquieu. Objeto deste aditamento: 5ª prorrogação e adaptações no prédio, objeto do contrato. Vigência: 1º/12/2004 a 1º/12/2007. Licitação: dispensada. Dotação orçamentária: 33903900.